



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 186

PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 30 DE OUTUBRO DE 2019

ANO VIII



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA Capa

SUP. DE RECURSOS HUMANOS 4096

SECRETARIA LEGISLATIVA 4099

TAQUIGRAFIA

ATA DA 26ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA TRATAR SOBRE A ESTRATÉGIA PARA A MELHORIA DO ENSINO PÚBLICO EM RONDÔNIA (Em 21 de Outubro de 2019)

Presidência do Sr.
Lazinho da Fetagro - Deputado

(Às 14 horas e trinta e três minutos é aberta a sessão)

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores, comunidade da Educação preciosa e valorosa do Estado de Rondônia, senhores que nos acompanham a partir deste momento pela página da Assembleia Legislativa, no Facebook, no Youtube, nossos telespectadores, convidados, senhoras e senhores professores, os nossos cumprimentos a todos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Lazinho da Fetagro, após aprovação em Plenário, realiza esta Audiência Pública para tratar sobre as estratégias para a melhoria do ensino público em Rondônia.

Assim sendo, nós convidamos as nossas autoridades para que, por gentileza, componham a nossa Mesa de Honra. Convidamos Excelentíssimo Senhor Lazinho da Fetagro, Deputado Estadual proponente desta Audiência Pública.

Excelentíssimo Senhor Adelino Follador, Deputado Estadual. Excelentíssimo Senhor Jhony Paixão, Deputado Estadual. Excelentíssimo Senhor Francisco Herbert Lima Vasconcelos, Secretário Municipal de Educação do Município de Sobral – CE. Senhor Alexandre Campos Silva, Diretor da Google. Senhor Alexandre Campos Silva é o Diretor da Google for Education do Brasil. Senhor Suamy Vivecananda, Secretário de Estado da Educação, neste ato representando o Governo do Estado de Rondônia. Senhor Claudiomiro Alves dos Santos, Presidente da Associação Rondoniense dos Municípios. Senhor Vilson Macedo, Presidente da UNDIME – União dos Dirigentes Municipais de Educação. Senhora Claudia de Jesus, Vereadora do município de Ji-Paraná, neste ato representando todos os senhores vereadores. Senhor Daniel Pereira, Superintendente do SEBRAE. Senhor Gilberto Baptista, Superintendente da FIERO. Senhora Lionilda Simão, Presidente do SINTERO.

Senhor Presidente, proponente desta Audiência Pública, com a palavra.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta reunião de Audiência Pública para tratar sobre as estratégias de melhoria do ensino público em Rondônia.

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) – Nós pedimos, por gentileza, àqueles que puderem se coloquem de pé. Juntos, ouviremos o Hino Nacional.

Senhor Deputado Alex Redano acaba de chegar. Nós queremos convidá-lo também a compor a Mesa de Honra. Seja muito bem-vindo.

(Execução do Hino Nacional)

Estejam todos à vontade. Nós também gostaríamos que estivesse conosco, à Mesa de Honra, o Conselheiro Paulo Curi Neto, Presidente eleito do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, que muito nos honra com a sua presença.

Registrar a presença do senhor Flávio Henrique de Melo, Juiz de Direito. Ele já, já, vai participar com todos nós e fará uso da palavra. Senhor Eduardo Guimarães Borges, Defensor

MESA DIRETORA

Presidente: **LAERTE GOMES**
1º Vice-Presidente: **ROSÂNGELA DONADON**
2º Vice-Presidente: **CASSIA MULETA**

1º Secretário: **ISMAEL CRISPIN**
2º Secretário: **DR. NEIDSON**
3º Secretário: **GERALDO DA RONDÔNIA**
4º Secretário: **EDSON MARTINS**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - **Hélder Risler de Oliveira**
Departamento legislativo - **Maria Aparecida Silva N. Lima**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 - Porto Velho-RO

Público, que neste ato representa a nossa valorosa Defensoria Pública do Estado de Rondônia. Seja muito bem-vindo.

O proponente desta Audiência Pública, Deputado Lazinho da Fetagro, Presidente da Comissão de Educação desta Casa, com a palavra.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado. Bom dia a todos e todas. Ah... Boa tarde! (Esse troço aqui está estralando, vê aí para mim. Eu gosto que estrale a pipoca. Agora, o microfone...) Boa tarde. É porque eu ainda não almocei. Por isso que é “bom dia”.

Gente, quero agradecer imensamente a cada um e a cada uma que se faz presente, a todos que participaram conosco na mobilização, que participaram conosco em cada município. Agradecer ao Secretário de Estado, Suamy Vivecananda, pela disponibilidade, juntamente com as técnicas que foram conosco lá para Sobral; o Secretário Municipal de Porto Velho e todos os municípios que se fazem presentes.

Para nós é uma honra muito grande tê-los nesta Casa.

Nós, no primeiro momento, quando tomamos posse na Comissão de Educação, eu tinha muito medo de encabeçar, a pedido dos nobres deputados, esta Comissão. Porque minha formação (eu consegui fazer o segundo grau aos 45 anos de idade, lá em Jaru, naquele seriado, hoje é EJA, naquele tempo não era EJA, não é? Três anos em um ano e meio). E, sabendo que ia debater um tema, na nossa visão, da mais relevante ação do Estado todo, eu tinha medo de estar num momento como este e falar: “O que é que eu vou dizer?”.

Mas eu posso confessar para vocês que eu me sinto muito à vontade e muito honrado em poder começar a conhecer as coisas boas, as dificuldades, os problemas que nós temos na Educação. Porque todos nós, às vezes não gostamos do problema, mas é por ele que nós vivemos. O problema sempre traz sonhos de realizá-los. E é em cima dessas realizações que nós temos que lutar. Tudo o que nós vamos passar aqui, antes de cumprimentar a Mesa, eu quero que vocês entendam, que de forma nenhuma os nobres deputados desta Casa e da Comissão querem menosprezar ou desprezar tudo o que nós conquistamos ao longo da nossa história no nosso Estado no que se refere à Educação.

A nossa luta, a luta dos nossos profissionais, dos governos que passaram, dos municípios e seus Prefeitos que passaram, dos Secretários. Muito pelo contrário. A nossa intenção é estimular, trazer novas iniciativas, trazer novos sonhos, e ter certeza de que, com a capacidade que nós temos, o material humano que nós temos, nós, em pouco tempo, estaremos muito além do que nós podemos imaginar.

Não que nós não tenhamos avançado. Nós temos avançado. Não que nós não teremos problemas. Nós teremos problemas, mas, volto a repetir, é isso que fará de nós um grande Estado no que se refere à Educação.

Desde já, a gente parabeniza as iniciativas que já existem no Estado. Parabenizamos os avanços que nós tivemos nos últimos anos no que se refere ao IDEB, por exemplo. Questiono, eu, pessoalmente, muitas ações ao longo do tempo que eu não concordo, mas que, como Presidente da Comissão, e democrata que sou, tenho a obrigação de deputado de tentar melhorar ao máximo aquilo que eu não concordo, como é a militarização da escola e a mediação tecnológica como fim.

Porém, como Presidente da Comissão e deputado, eu sou obrigado, e com muita honra luto para que a gente possa avançar também naquilo que eu não concordo pessoalmente.

Então eu quero deixar esta primeira introdução, eu que sou um agricultor familiar e moro em Rondônia há 36 anos. A

gente vê o esforço dos professores, o esforço dos municípios, do Estado, para que a gente atinja o objetivo que precisa alcançar. Então, de forma nenhuma eu quero que seja mal-entendido como se nós estivéssemos querendo mostrar para vocês, uma coisa que vocês não saibam. Muito pelo contrário, nós temos certeza que se há alguém que sabe sobre educação está aqui nesta sala, neste Auditório, temos certeza disso. O Estado está reunido aqui. E aí a gente quer plantar só mais uma semente nessa árvore que já deu muitos frutos e com certeza irá produzir muitos mais. Era essa a nossa introdução e eu quero agradecer mais uma vez a vocês que se disponibilizaram, aos Prefeitos, Secretários, aos Vereadores e Vereadoras que aqui estão e cumprimentar toda a nossa Mesa posta, em nome do Deputado Adelino Follador, do Deputado Jhony e Deputado Alex Redano e da Assembleia Legislativa coordenada pelo Presidente Laerte, nós saudamos toda esta Mesa e todos vocês aqui presentes.

Eu vou assim, passar mais ou menos como nós pretendemos tocar a Audiência Pública.

O objetivo foi dado e nada impede que a gente não possa mudar ao longo da história, a nossa trajetória. Mas nós vamos tentar ao máximo pedir a compreensão de cada um e cada uma para que a gente possa atingir o principal objetivo. Nós vamos primeiro ouvir os deputados que darão as boas-vindas.

Posteriormente nós vamos passar para os palestrantes, o Secretário Herbert Lima, o qual eu cumprimento e apresento a todos vocês, que muito bem nos recebeu em Sobral e se faz presente aqui conosco. Eu queria uma grande salva de palmas para o professor Herbert. Posteriormente o Alexandre que é o Diretor Nacional do Google, que também vem trazer as experiências e, em seguida, nós vamos passar para os debatedores, com cinco minutos para cada debatedor, ou seja, os outros membros da Mesa. Em seguida nós escolhemos três municípios que têm experiência já diferenciada, que estão com a semente plantada no que se refere à educação especificamente, que são os municípios de Ji-Paraná, que vai escolher ou o Prefeito ou o Secretário para fazer uso da palavra; Ariquemes que vai fazer da mesma forma e o nosso município de Porto Velho que se estiver ou o Prefeito ou o Secretário poderá expor até como anfitrião do nosso evento. Vamos também, depois, abrir para que a plateia possa intervir, a princípio, dez intervenções. Então, a gente vai tentar fazer de uma forma, Deputado Adelino, Vice-Presidente desta Comissão, com que a gente consiga, lá pelas 18 horas, encerrar. E eu, democraticamente, estarei dizendo que o tempo venceu para quem passar do tempo, assim, sem colocar o dedo. Nós vamos, democraticamente, tentar avisar para que a gente possa ouvir o máximo de pessoas possível.

Passo então a palavra aos cumprimentos dos nobres deputados, o Deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar a todos os componentes da Mesa já citados aqui para ser rápido, porque tenho certeza que a expectativa, hoje, nesta plateia é ouvir os convidados que vieram de longe para trazer uma mensagem. E é aquilo que o Deputado falou, nós já discutimos na Comissão de Educação, que nós não estamos aqui trazendo nada de novo. Nós estamos querendo trazer a experiência de lá que já teve sucesso, para que a gente consiga implantar, os municípios que, porventura, ainda possam implantar, mas tem que ter uma decisão política e depois uma decisão também da categoria, a mobilização.

O que eu fiquei entusiasmado lá, Deputado Lazinho, Secretário, é o entusiasmo da categoria e isso vai ser muito

importante que a gente os chame para querer, senão nada imposto funciona. Deixar um abraço a todos e vamos ser rápidos para poder ouvir os palestrantes e depois a gente pode fazer algum comentário. Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, Deputado Adelino. Deputado Adelino, eu acho que onde ele está eu estou, porque nas Comissões estamos juntos em todas e na Educação eu sou Presidente ele é Vice, não é?

Passo, então, a palavra para o meu amigo e Deputado Jhony Paixão, de Ji-Paraná.

O SR. JHONY PAIXÃO - Boa tarde a todos os presentes. Assim como o Deputado Lazinho ainda não comi, mas ainda bem que acertei, Deputado Lazinho, é a tarde. Na verdade, serei bem breve que nossas estrelas estão aqui ao nosso lado, apostos, e a gente fica muito feliz com os senhores, viu Presidente, pela sua propositura. Realmente quem ganha com isso são os municípios, o Estado. Quem me conhece, nós temos aqui a Rosângela Marum, a Claudia de Jesus, que também é do mesmo município que eu. Minha mãe é professora, minha tia, meu primo, eu desde cedo tenho uma vontade de ser policial militar, mas sempre tive também a vocação para estar dentro da sala de aula. Sou formado em Magistério e licenciado em Física, e fico muito feliz em saber que nós podemos contar com os senhores hoje, com esse conhecimento, o qual vocês vão nos trazer, vão compartilhar conosco. Nós sabemos que nada surge do dia para a noite. Sabemos que teve uma construção baseada na meritocracia, valorização do profissional. Então, tenho certeza que as pessoas certas estão aqui na nossa frente e nós sairemos daqui hoje com copo transbordando de conhecimento, cheio. E nós acreditamos, sim, que nossos gestores vão aderir porque é algo que deu certo, nós não estamos inventando a roda. Ela já existe e anda muito rápido. Eu tenho certeza absoluta que nós vamos sair daqui restabelecidos com muito conhecimento, ok?

Então, só agradecer a presença de todos os senhores e finalizando a palavra e dizendo boa tarde. E que os senhores consigam lograr o êxito nas explicações. Ok? Uma abençoada tarde.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Passo agora para o Deputado Alex Redano.

O SR. ALEX REDANO - Boa tarde a todos. Eu já almocei, viu? Cumprimentar a todos os componentes da Mesa e gostaria de fazer algumas ressalvas. O Deputado Lazinho é uma grata surpresa, a dedicação que ele vem tendo como Presidente da Comissão de Educação. Tive a oportunidade de viajar com ele ao município de Sobral, o qual confesso que fiquei encantado com o modelo de políticas públicas voltados para a Educação, no qual já agradecemos a presença do Senhor Herbert, que é o Secretário de Educação, que nos recebeu muito bem em Sobral. E é um modelo diferente, só que precisa ter coragem política, porque tem que investir muito na Educação; e o resultado demora. Eles começaram há 20 anos e estão colhendo resultados, mas esse é o caminho e precisa ter coragem.

Eu queria também parabenizar e cumprimentar o nosso Secretário Suamy Vivecananda, que está ali, que é um grande mestre em Educação. O nosso Estado está em boas mãos. E também eu quero relembrar, parabenizar, o nosso ex-governador Daniel Pereira. Eu tive algumas emendas na área educacional, as quais foram todas liberadas, teve todo apoio e hoje à frente do Sebrae. Eu acompanho, Daniel, sua trajetória,

e você está no Sebrae mas está com programa à frente do Sebrae voltado para educação. Então, meus parabéns a todos vocês.

Eu tenho certeza que vamos aprender muito aqui também. Está o diretor do Google Education, que todos os Estados que nós vamos, as pessoas estão comentando muito bem, que é o senhor Alexandre Campos. E falar para vocês que Ariquemes fez o dever de casa, tá? Quem é de Ariquemes aqui, levanta a mão, só para ver. Mais de 40 pessoas de Ariquemes. E Ariquemes já tem a sementinha plantada da educação e o Prefeito Thiago Flores com certeza usará a palavra para explicar como está a educação de Ariquemes. Boa tarde a todos. Um prazer estar aqui.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, Deputado Alex. É um prazer tê-lo conosco nesta Casa. Eu cumprimento, em especial aqui, ao Excelentíssimo Senhor Francisco José Pinheiro, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho aqui de Porto Velho, do Estado. Obrigado pela presença, Doutor. Obrigado pela presença. É um prazer muito grande ter o senhor, assim como o Doutor Flávio, junto com a gente. Muito obrigado.

Eu passo então a palavra para o nosso Mestre de Cerimônias para dar continuidade aos trabalhos. Como a apresentação será aqui, se os membros da Mesa quiserem levar as cadeiras e descer até embaixo, ou só virar, fiquem à vontade, está bom? Obrigado.

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) - Nós queremos registrar a presença do senhor Charles Gomes, Prefeito do Município de Vale do Paraíso; o Charles, que é o Presidente Estadual do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, o FUNDEB, os nossos cumprimentos. Registrar a presença do senhor Thiago Flores, Prefeito do Município de Ariquemes, muito obrigado. Senhor Luiz Alberton, Prefeito do Município do Vale do Anari, os nossos cumprimentos. Senhor Abel José, Prefeito do Município de Theobroma, também nos honra com a presença. Nós queremos agradecer de maneira muito especial em nome do nosso Presidente desta Casa de Leis, Deputado Laerte Gomes, todos os diretores, vice-diretores, coordenadores pedagógicos, supervisores, todo o corpo docente das escolas municipal, estadual, federal que, porventura, os senhores servidores que estejam conosco nesta tarde memorável, nós queremos dizer muito obrigado a todos. Às senhoras e senhores coordenadores pedagógicos, os nossos cumprimentos a todos e obrigado pela mobilização de cada um de vocês. Nós queremos agradecer a presença dos diretores regionais do SINTERO, muito obrigado pela mobilização, a qual os senhores abraçaram para que nós pudéssemos estar reunidos em grande número de pessoas nesta tarde.

Senhoras e senhores, com grande honra, nós convidamos para que faça uso da palavra e possa proferir a sua palestra "A Visão do Google sobre a Educação", por Alexandre Campos Silva, Diretor do Google For Education.

Vamos recebê-lo com uma calorosa salva de palmas.

O senhor tem um tempo de 20 minutos para proferir a sua palestra.

Nós queremos registrar a chegada do Deputado Chiquinho da Emater. Os nossos cumprimentos ao Deputado Chiquinho e também convidado para estar junto as nossas autoridades.

O SR. ALEXANDRE CAMPOS SILVA – Boa tarde a todos, as autoridades presentes, aos professores, professoras, coordenadores pedagógicos, diretores e gestores escolares e demais participantes deste debate. Minha meta aqui, em 20 minutos que tenho, é ser bastante rápido, mas principalmente compartilhar com vocês como essa parceria entre a área do Google for Education e os professores têm sido possível para que a gente leve tecnologia para a sala de aula.

Hoje, se vocês pararem 10 segundos e pararem para se recordar daqueles professores que te encantaram na escola e daquele momento que você era aluno. Lembraram-se da sua sala de aula? Se vocês voltarem lá amanhã, muito provável que nada tenha mudado nessa sala de aula, não é? Então, o que eu mostro aqui, imagine uma sala de aula 50 anos atrás, ali do lado esquerdo e a sala de aula hoje. O que é que mudou para vocês, olhando a sala de aula há 50 anos e a de hoje? O que mudou? Deixe-me ver: na feição de muitos de vocês nada. Eu costumo dizer que o que mudou é a pessoa mais importante da escola, que são os alunos. Os alunos de hoje não têm a paciência que nós tínhamos de ficar sentado, copiando da lousa das 07:00 horas ao meio dia. Trata-se de uma nova geração que vive no mundo conectado como nós. Então, essa mudança cultural, onde nós viemos, ao longo do tempo, estudando sozinho, fazemos as provas sozinhos, mas quando a gente chega no mercado de trabalho, você faz tudo em equipe, ninguém faz nada sozinho; onde você não tem mais horário para estudar, você pode estudar a qualquer hora, em qualquer lugar, se conectando com qualquer colega de turma, com teu professor ou quem quer que você queira. E você, hoje, tem essa dimensão global. Está num clique aí dos celulares, que eu vejo que todos vocês estão usando aqui, vocês se conectam com o mundo, falam com que vocês querem, buscam as informações desejadas. Então, esse é o contexto de mundo que a gente vive. E, infelizmente, a experiência com tecnologia hoje é melhor fora da escola, do que dentro da sala de aula.

O Google for Education nasceu graças a vocês professores, que 10 anos atrás começaram a procurar o Google, os fundadores do Google, o Larry e o Sergey, pedindo ajuda, falando: queremos usar a tecnologia da escola, você podem nos ajudar? E os fundadores do Google, eu gosto muito de lembrar o papel importante que o professor teve na história da criação do Google. Esses dois alunos estavam fazendo o doutorado na Universidade de Stanford e eles chegaram para o seu professor e falaram: "professor, eu vou trazer a internet inteira para esse computador e fazer uma área buscadora do mundo". Naquele momento, o professor teve um papel fundamental. Seria normal ele dizer: meninos, vão fazer outra coisa, isso é impossível. Seria natural ele dizer isso. Mas, o que é que o professor disse naquela hora? "Meninos, gostei do projeto de pesquisa de vocês, vou orientá-los no doutorado". E esse projeto de doutorado virou buscador que ajuda a grande missão do Google, que é organizar as informações e torná-las acessíveis a todo mundo.

Agora, esse é o Presidente Mundial da Google hoje, o Sundar, e essa frase é bastante importante: "a tecnologia por si só não vai melhorar a Educação, mas ela pode ser uma parte importante da solução". Um dos desafios que nós temos aqui no Brasil é a evasão escolar no ensino médio. A gente precisa fazer as crianças sonharem que quando elas estão terminando o ensino fundamental II, que estudar vai levá-las a um futuro muito melhor e uma oportunidade de carreira na vida. Eu acho que esse é o grande momento de desafio que nós todos aqui vivemos como país e, sem dúvida, a tecnologia, na nossa visão, tem um papel importante para colaborar nesse sentido.

A tecnologia tem uma dimensão, e eu vou compartilhar com vocês os casos de sucesso no nos quais a gente tem conseguido fazer isso acontecer. Em sala de aula ela vai conectar estudantes com estudantes, professores com professores. Só que ela traz uma dimensão para a gestão da Secretaria de Educação, da conexão da Secretaria de Educação com os diretores de escola, com os coordenadores pedagógicos, com os professores. A tecnologia permitindo aos pais para que eles possam acompanhar a vida escolar dos alunos, aproximando os pais das escolas.

(Apresentação de PowerPoint)

E a gente vê isso acontecer pelos projetos de forma natural. Poxa vida, olha que bacana algumas dessas fotos que a gente coloca das crianças trabalhando em equipe. Vocês estão vendo eles carregando aí, um Chromebook. O Chromebook, o Google tem muito orgulho, é um computador construído pelo Google, porque lá atrás a gente começou a ouvir dos professores que existiam duas grandes razões pelas quais eles não usavam tecnologia na escola. Uma: por que os computadores estavam sempre quebrados e nunca estavam disponíveis - vocês já viram isso acontecer nos laboratórios nas escolas onde vocês lecionam?

Então é ser a primeira a razão. E a segunda razão pela qual o professor não usava a tecnologia com os alunos, era que os aplicativos eram muito complexos e o Google começou a trabalhar o quê? A partir da voz de quem está na ponta na sala de aula, construir soluções para isso. O Chromebook é uma dessas soluções. Então, são os notebooks mais seguros e mais baratos que existem no mercado. E é incrível porque a bateria dura o dia inteiro, dura 12 horas, então você pode usar na escola nos três turnos e ele liga em menos de 10 segundos.

Quando você bota no computador e ele liga em menos de 10 segundos, faz toda a diferença para vocês professores que estão com aquela meninada na sala de aula, não ter tempo de todo mundo se dispersar. Ligou, está funcionando, você disparou o desafio, os alunos estão trabalhando. Então essa sempre foi uma das soluções construídas pelo Google.

Agora, a tecnologia está aqui para quê? Para inspirar essas competências do século XXI, resolução de problemas, comunicação, pensamento crítico, trabalho em equipe, e principalmente os projetos que dão muito certo é numa parceria da plataforma do Google com a Secretaria de Educação e os professores. Na linha de que: precisamos empoderar professores e gestores para o uso criativo de tecnologia. O que é natural, e a gente percebe hoje, o professor, assim como eu, filho de professor e já fui professor, nós temos medo de usar a tecnologia com os alunos, por quê? Porque esses meninos dominam tecnologia muito melhor do que nós. Agora, não pensem que isso acontece só com vocês, isso acontece não só no Brasil, mas por todo mundo. É diferente, essa criança nasceu com a mamadeira na mão e um celular na outra. E o nosso projeto e visa e foca muito o quê? Nessa transformação da sala de aula baseado na formação contínua dos professores, ajudando a vocês a levar o que tem de melhor de tecnologia, que essa meninada usa sozinha, sem ter nenhum direcionamento, para vocês construírem essas experiências em sala de aula. Então, tem uma série de conteúdos gratuitos que o Google disponibiliza para vocês poderem usar, por exemplo: cidadania digital e segurança, que é fundamental. O primeiro passo é estar seguro para o uso da internet, para preparar os meninos, preparar vocês e as famílias, o que tiver de dúvida, o Google vai criando conteúdo a respeito. Segunda coisa importante é valorizar o professor. Então, a gente tem certificações mundiais que valorizam vocês professores, que

criam essas dinâmicas de sala de aula que engajam as crianças, que fazem elas aprenderem de uma forma nova. E uma comunidade de professores que troca experiências pelo Brasil inteiro pela internet, pelo celular, pelo computador, por qualquer *device* que se conectar a rede.

Então o que é essa solução que o Google tem ajudado com as escolas? Primeiro é a plataforma do G Suite For Education, que está aqui, que é gratuita. As escolas estaduais de Rondônia têm a plataforma disponível para ser utilizada, por exemplo. Você precisa ter computadores e, na nossa visão, os Chromebooks são os melhores computadores para sala de aula. Vou compartilhar os números mundiais com vocês para vocês acessarem todos os recursos que estão aí disponíveis, que vocês já construíram – professores –, que os municípios já investiram, e que estão aí na rede para serem utilizados. Então, esse é o tripé de como você leva a tecnologia para a sala de aula.

Aqui é um gráfico rápido, que mostra que em 2010 o Google começou a conversar com os professores para entender porque vocês professores não usavam tecnologia na escola, se o PC está aí há 30 anos. E para a gente entender, não é? E foi o que eu falei: “aplicativos complexos e computadores não funcionando”. Vejam que interessante: quando o Google lançou o Chromebook, (essa linha amarela), como ele se tornou rapidamente o número 1 nas escolas americanas. E olha que a gente tem competidores de peso, hein. Não é tarefa fácil. E foi por isso: mais barato, mais leve, mais seguro, a bateria dura o dia inteiro. Isso fez com que a plataforma fosse cada vez mais usada.

Meu grande desafio aqui, na felicidade de liderar esse time do Google for Education no Brasil, o que é? É levar projetos como esses que vocês podem ver nas melhores escolas ricas do Brasil, que levam essa experiência digital para a meninada, proporcionam essa oportunidade para as crianças, meu grande desafio é levar para onde? Para a rede pública. Então, quando nós começamos, mesmo os professores dessas melhores escolas privadas tinham esse medo de tecnologia que eu mencionei para vocês. E o projeto só deu certo porque o projeto tinha muita capacitação e acompanhamento dos professores ao longo de uma jornada, que vai durar um, dois, três anos.

Depois de a gente trabalhar com essas escolas privadas, interessante que as universidades começaram a nos procurar.

Então, nós temos *cases* de sucesso interessantíssimos desde a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo ou da Unicamp ou como da Universidade Tiradentes em Sergipe, aqui no Nordeste, que se tornou um *case* mundial por levar a plataforma do Google for Education e os Chromebooks para a sala de aula, e mudar esse modelo de sala de aula que está aí há tanto tempo. Mas o meu grande desafio sempre foi chegar na rede pública.

Felizmente, hoje eu posso compartilhar com vocês uma série de casos de sucesso onde essa transformação aconteceu. Então vou falar: Barueri, que é ali pertinho de São Paulo; Prefeitura de São Caetano do Sul; Jaraguá do Sul, em Santa Catarina; escolas estaduais do Estado do Espírito Santo; Fortaleza e Sobral, onde começamos, lançamos esse projeto há pouco mais de um mês – não é, Professor Herbert? –, quando eu estive lá com vocês, para você trazer o quê? Trazer tecnologia para sala de aula, empoderar esses meninos para eles se prepararem para uma nova geração de empregos que nem nós sabemos quais serão, não é? Provavelmente seus pais perguntaram para vocês: “meu filho, você vai ser médico, advogado, engenheiro ou professor?”. Talvez vocês tenham escutado da mesma forma que eu escutei dos meus pais.

Hoje em dia, o desafio de educação é que vocês estejam preparando crianças para empregos que a gente nem sabe quais serão.

Então, poder desenvolver nesses alunos esse raciocínio lógico, pensamento, irem atrás das informações e aprenderem sozinhos, guiados pelos professores, é algo que tem muitíssimo valor para que eles possam competir pelos melhores empregos não só de Rondônia, não só do Brasil, mas do mundo, não é? E o que a gente vê nessa parceria com esses municípios é o medo de dar esse passo. O medo do Secretário de Educação: “puxa vida, vou botar tecnologia na mão da meninada, vai ser uma bagunça na escola”. Esse é o medo mais comum que existia tanto na escola privada quanto na pública. Quando esses gestores percebem que você cativou a atenção das crianças e o professor está fazendo com que essas crianças estejam concentradas em resolver os desafios colocados em sala de aula, é sensacional. A plataforma do Google, quando os alunos usam na escola, quando eles chegarem à tarde em casa, e, muitas vezes, o único *device* que ele vai ter em casa vai ser um celular, ele vai poder continuar estudando na plataforma educacional no seu celular. Ele vai poder entregar as tarefas para os professores, vai poder trabalhar com os coleguinhas como se estivesse em um computador. Então, você quebra mais um paradigma, que é o quê? Puxa vida, o celular é só para brincar? Não, gente. É para estudar também, desde que os professores tenham disparado os desafios e as atividades para os meninos, não é? Então, eu acho que essa dimensão de espaço e tempo que a plataforma do G Suite for Education proporciona é muito bacana. Enquanto estou na escola, uso os equipamentos disponibilizados pela escola. Quando eu estou em casa, uso o que eu tenho.

(Exibição de vídeo)

E eu queria mostrar esse vídeo. Essa é uma experiência de um piloto numa escola ribeirinha do Amazonas. Então é muito similar do que muitos de vocês podem ter por aqui. Vou cumprir meus 20 minutos, Presidente da Mesa, eu não vou atrasar, já estou no final.

Bacana, não é pessoal? E é isso que a gente precisa fazer. Fazer as crianças voltarem a sonhar que ir à escola vai levá-los a um futuro e uma vida muito melhor.

Então, como que a gente pode fazer isso acontecer, como os senhores que têm responsabilidade de gestão nos municípios e no Estado podem fazer isso acontecer? A plataforma do G Suite for Education com todos os aplicativos é uma doação do Google gratuito para qualquer escola deste País ou do mundo. Então essa parte dos aplicativos está resolvida. Quais são as etapas que os senhores têm que planejar? Esses projetos desses municípios todos que eu mostrei para vocês deram certo, por quê? Houve um planejamento muito bem feito antes do lançamento do projeto, e é isso que eu quero compartilhar agora, para encerrar, com os senhores. Qual foi esse planejamento? Bom, eu preciso providenciar a infraestrutura de conexão internet e o Wi-Fi nas escolas. “Puxa, mas a minha internet é tão lenta, nessa região só chega a dois megas”. Começa com dois megas. Tem um monte de escola no interior de São Paulo que começou com dois megas, era o que tinha. Enquanto isso você está formando seus professores e eles estão usando uma turma só, naquele período na escola, para conseguir usar as máquinas com a internet que tem. Daqui a um ano essa internet vai chegar a 10 mega, daqui a dois, a cinquenta e vai melhorar.

Mas você já começou essa transformação de preparar os professores para uso de tecnologia em sala de aula. Então, planejamento de infraestrutura e rede Wi-Fi na escola é

fundamental. Vocês não estão acostumados a chegar aos lugares e pedirem: "tem Wi-Fi aqui?". Alguém faz essa pergunta? Levanta a mão quem faz essa pergunta. Não sou só eu não, não é? Todo mundo faz essa pergunta. Na escola também tem que ter Wi-Fi. Tem que chegar. Depois vocês precisam planejar o quê? A integração do sistema de matrícula dos seus municípios, com a plataforma do Google, porque aí o professor, quando chega à sala de aula, você já tem um aplicativo Google Sala de Aula com todos os alunos registrados, aí, é só disparar as tarefas para a turma dele e começou a botar as tarefas digitalmente. E aí simplifica a vida de gestão do professor com tecnologia e do aluno, que não vai ter mais aquela conversa do aluno: "professor, eu esqueci o trabalho". Não, estava aqui, estava no seu celular, era para entregar até tal dia e tal hora.

Outra parte fundamental: formação dos gestores e da Secretaria de Educação, formação dos professores. É uma formação, não adianta você chegar e dá um workshop de 16 horas e deixar o professor abandonado ali para o resto do ano. Você tem que dar formação continuada ao longo de um ou dois ou três anos. Por quê? Porque têm alguns professores que são mais rápidos e vão começar a criar essas dinâmicas em sala de aula. Legal! Isso vai ser o quê? 20%, 30% dos seus professores. Só que nesse momento esse professor vai ficar mais popular na escola, e os outros 70% dos professores que têm dificuldade? Vão precisar de ajuda na formação para preparar o conteúdo deles para levar tarefas digitais para a meninada. Por isso a importância dessa formação continuada e comprar os *devices*, que na visão do Google, a nossa recomendação, são os Chromebook que são muito mais baratos, mais simples de gerenciar. O Ministério da Educação nos Estados Unidos faz as provas digitais no Chromebook, porque é o ambiente mais seguro que você tem para usar.

Então, se eu tiver hoje aqui uma avaliação para fazer para 30 mil alunos, eu, do meu celular, se eu sou o gestor de tecnologia, eu dou e eu dou um click e eu travo todas as 30 mil máquinas e os alunos nesse momento só vão fazer a prova, e nada além disso.

Então, esse é o caminho: um bom planejamento, uma parceria muito grande com os professores, um apoio para os professores e esse investimento de infraestrutura. E aí vocês vão perceber, nós temos programas de formação que colocam os alunos para ajudar os professores nesta jornada. E tem sido muito legal a gente construir essa parceria aluno/professor em prol da escola.

Então é isso. Essas fotos vocês já viram. Eu só tenho a agradecer pelo convite e oportunidade de compartilhar com os senhores um caminho que nós acreditamos que vai ajudar muito essas crianças brasileiras a poderem competir pelos melhores empregos do Brasil e do mundo. Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Alexandre. Vamos passar direto para o outro expositor, vamos lá Mestre de Cerimônia.

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) – Nós queremos registrar a presença, embora ele tenha pedido para não ser mencionado, Deputado Aécio da TV que está aqui conosco, ali em pé, acompanhando essa aula importante, esta Audiência Pública. Nós queremos dizer muito obrigado pela presença.

Senhor Márcio Antônio Félix, Secretário Municipal...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Deputado, faz favor. Ninguém manda o senhor estar de camisinha de manga

curta. Chega aqui, por favor. Deputado Aécio é o que mais coloca emendas na Educação, ou seja, quase tudo. Uma salva de palmas para ele. Ele não queria vir para cá porque o bichinho é feinho demais da conta, e dá nisso.

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) – Nós queremos registrar a chegada do Senhor Márcio Antônio Félix, Secretário Municipal de Educação, as nossas boas-vindas. A presença do senhor Guilherme Erse, Corregedor desta Casa de Leis, nosso muito obrigado pela sua disponibilidade de nos ajudar na realização desta Audiência Pública. Nós queremos mais uma vez agradecer de forma muito especial os senhores vereadores interessados com a Educação dos seus municípios que vieram em comitivas. Em nome da Cláudia de Jesus, Vereadora de Ji-Paraná, nós queremos saudá-los com grande alegria e dizer muito obrigado pela presença dos senhores.

Senhoras e senhores, o senhor Francisco Herbert Lima Vasconcelos é servidor público federal no cargo de professor efetivo adjunto III da Universidade Federal do Ceará.

Possui graduação na área de Licenciatura em Física, pela Universidade Federal do Ceará. Realizou o seu Mestrado com pesquisa na área de Tecnologia Aplicada e Educação e Metodologia de Ensino com Objeto de Aprendizagem no Ensino de Ciências da Natureza e Física em Ciência da Comunicação.

Possui doutorado na área de pesquisa em Avaliação da Efetividade e do Desempenho da Aprendizagem com Análise Multidimensional e Multilinear, em Engenharia de Teleinformática, ambos também pela UFC.

Senhoras e senhores, recebamos com aplausos o senhor Francisco Herbert Lima Vasconcelos, o nosso segundo palestrante.

O SR. FRANCISCO HERBERT LIMA VASCONCELOS – Boa tarde. Boa tarde a todos e a todas. Eu queria inicialmente, cumprimentar os deputados que compõem esta Mesa e agradecer pelo convite de participar desta sessão com vocês. Queria também cumprimentar as demais autoridades aqui presentes e dizer que para mim é uma grande honra, uma grande satisfação e uma grande alegria. Vim para cá para aprender um pouco e também para compartilhar um pouco do trabalho que a gente tem feito no município de Sobral.

Na verdade, a minha fala, a minha palestra vai contar uma história. Uma história que se iniciou há 23 anos em um município, a 244 km da capital do Estado do Ceará, que é Fortaleza, e que atravessava imensas dificuldades, como muitos municípios hoje no país atravessam, em relação às suas condições econômicas, geográficas por estar no sertão central de um dos Estados mais pobres da Federação, e também a necessidade de algumas rupturas do ponto de vista político para a construção de políticas públicas.

Então, eu trouxe essa história, espero conseguir nos 30 minutos expor um pouco para vocês, e aí eu vou dividir a minha fala em três partes. Primeiro eu vou situar onde ocorreu essa experiência, onde ela tem ocorrido há mais de duas décadas. Depois eu vou falar sobre alguns princípios e características. Eu até, conversando com alguns deputados, eu brincando com eles, perguntei: "Posso contar mesmo, toda história, de como aconteceu lá?". Eles disseram: "Pode. Pode ficar bem à vontade".

Então vou falar um pouco das dificuldades, dos desafios, dos entraves, dos embates, que são muito importantes no modelo de construção de uma gestão pública eficiente, especialmente em um país democrático como a gente vive.

E, por último, vou falar sobre desafios. Desafios de aprendizagem, desafios para além das questões cognitivas.

Bom, situar, rapidamente: o Município de Sobral fica há aproximadamente a 244 km da capital do Estado do Ceará.

Nós somos hoje quase 210 mil habitantes. É uma população onde, eminentemente, 170 mil se encontram na área urbana e o restante se encontra dividido em mais de 13 distritos e áreas rurais. Nós temos unidades escolares que estão há mais de 80 km de distância da sede urbana do município. Essa é uma característica muito comum de alguns municípios brasileiros.

(Apresentação de PowerPoint)

Aqui do lado direito é uma imagem que ilustra um pouco um fenômeno importante que Sobral foi palco. No ano de 1919 nós recebemos, no interior do Ceará, ou seja, exatamente há 100 anos, uma expedição de britânicos, americanos e pesquisadores brasileiros que se instalaram em Sobral. Passaram alguns meses aguardando um eclipse solar. Como nós estamos a 3º da Linha do Equador, Sobral é um dos municípios brasileiros com maior intensidade de raios solares. Por isso que a temperatura é bastante elevada.

E na ocasião, no dia 29 de maio de 1919, (este ano completou 100 anos), esse eclipse permitiu a comprovação de uma das teorias científicas mais importantes da humanidade, que é a teoria de um cientista muito popular, muito famoso, chamado Albert Einstein. É graças à teoria dele e à comprovação dessa teoria, que ocorreu no Brasil, que ocorreu no Nordeste, que aconteceu em Sobral, que nós temos hoje celulares, computadores, GPS, etc.

Bom, eu queria começar então a minha palestra com esta imagem. Essa imagem representa como estava a estrutura física das escolas de Sobral na década de 90. Na metade da década de 90, Sobral chegou a ter 5 prefeitos em um único ano. Havia uma grande dificuldade no campo da gestão pública.

Gestores que eram impedidos, por questões legais, de darem continuidade as suas gestões.

Então o Vice assumia, o Presidente das Câmaras assumia, depois era impugnado, o Prefeito retornava e etc. E o parque escolar estava completamente destruído. Essas duas fotos são a mesma escola. No meio da década de 90, ali pela pichação do muro, para quem for atento, está percebendo que tem uma disputa eleitoral ali, de dois candidatos à presidência da República. E, no final da década de 90, como a escola ficou.

E aí, o que é que se tinha nos anos 90? Primeiro: um parque escolar destruído, boa parte das escolas, além da falta de estrutura física, não havia uma política educacional; um analfabetismo muito grave, crianças que chegavam ao primeiro e ao segundo ano do Ensino Fundamental II sem ler e escrever, ou seja, sem ter adquirido as habilidades básicas do processo de alfabetização. Uma distorção idade-série elevadíssima: crianças que estavam em determinada idade, mas não estavam na sua série correta; turmas multisseriadas em um mesmo espaço físico, em uma mesma sala de aula havia alunos de primeiro, de segundo, de terceiro, de quarto, de quinto ano, atendidos pelo mesmo professor. E uma política educacional do município sem metas e sem estrutura de formação de professores.

Então, em 1997 houve uma ruptura. Elege-se uma gestão municipal e a primeira medida, aparentemente impopular, foi reduzir, de quase 90 escolas, para 50 escolas o parque escolar.

Isso, vocês podem imaginar, o grau de insatisfação da população. Inclusive, na ocasião, os artigos, os livros da época citam que a oposição usou isso contra o Prefeito. A cidade passou a achar que o Prefeito estava fechando escolas. Mas o

que acontecia em Sobral e acontece ainda, muito, no nosso País; que eram unidades escolares pequenas chamadas de escolas, que muitas vezes serviam muito mais para atender a interesses políticos, do que, de fato, construir uma educação de qualidade.

Então havia pequenas salas de aula, pequenos prédios, que eram barganhados por políticos da época, que viam ali uma oportunidade para criar-se o que nós chamamos, historicamente no nosso País, de curral eleitoral. Então a primeira medida foi transformar essas pequenas unidades, em anexos vinculados a uma escola central e a partir daí ter uma gestão de escola forte para que pudesse gerenciar o seu prédio principal, a estrutura maior da escola, mas pudesse ter outros prédios agregados.

O outro ponto que nós identificamos é que apesar de ser legítimo dentro da matriz constitucional, mas Sobral, os cargos de diretores e coordenadores que eram cargos em comissão, eram cargos meramente de indicação política. Nós tínhamos diretores de escolas e coordenadores que assinavam os recursos federais que chegavam à escola ou até mesmo do município, com o polegar no cheque, porque não sabiam ler nem escrever. Para ser diretor era muito mais um administrador do prédio do que, de fato, um profissional que tivesse formação técnica na área pedagógica. E aí o Prefeito, à época, tomou outra medida, bastante impopular e bastante difícil: exonerou todos os diretores e coordenadores, não permitiu mais indicação política, tentou buscar um mecanismo que nós chamamos de gestão democrática por meio da eleição, mas identificou que no processo eleitoral de seleção de diretores e coordenadores havia interesses políticos partidários e também influências.

Ou seja, eu ajudo você a se eleger como coordenador, como diretor e depois, na minha campanha eleitoral, você me ajuda a me eleger também. E nós estreamos o modelo lá: todos os diretores e coordenadores de escola há 17 anos e assim permanecem até hoje, só ingressam no cargo em comissão, só ingressam na carreira por meio de seleção pública, prova escrita eliminatória, análise de título, curso comportamental e, a partir daí, a gente começou a criar uma estrutura meritocrática. Vinte anos depois, nós temos 62 escolas. A escola tem que ser um prédio forte, ela tem que ter uma gestão escolar técnica. São mais de 110 prédios. Nós atendemos 35 mil alunos, mas escola, unidade escolar, são 62. Então, gerir com qualidade, com eficiência, é centralizar essa gestão escolar e fortalecer ela por meio de subsídios.

Outra característica importante foi, aos poucos, tentar tornar as escolas especialistas. No Estado do Ceará, Estado e município não disputam mais matrícula de aluno. É competência dos municípios atender a educação infantil de zero a cinco anos e do primeiro ano ao nono ano do ensino fundamental dois, e ponto. Cabe ao Estado atender exclusivamente o ensino médio. A primeira coisa foi separar.

Hoje, 99% dos municípios, dos 184 municípios cearenses atendem de zero a 14 anos de idade e o Estado, 15, 16 e 17.

Competência do Estado o ensino médio, competência dos municípios educação infantil e ensino fundamental um e dois.

Outra característica deste modelo, tentar tornar as escolas especialistas. E olhem que o que eu estou dizendo para vocês aqui, eu não estou defendendo como certo nem errado, estou só contando um pouco da nossa história, um pouco da nossa experiência. O que é que significa tornar as escolas especialistas? Vamos supor que eu tenha um bairro, uma área rural, e eu tenho duas unidades escolares lá, que

atendem a educação infantil, o ensino fundamental um o ensino fundamental dois, o que eu faço? Eu estabeleço que a primeira unidade escolar, que eu vou chamar de escola A, vai atender exclusivamente o ensino fundamental um e a segunda unidade escolar vai atender exclusivamente o ensino fundamental dois.

Ou seja, eu vou separar por modalidades. O que é que a nossa prática tem mostrado? Que quando você separa por modalidades, aquele núcleo gestor, aquele diretor e aquele coordenador é mais forte porque ele passa a se especializar naquela modalidade. É diferente uma criança que está com 5, 6 anos se alfabetizando, misturada no mesmo espaço da dinâmica de uma escola de ensino fundamental dois, por exemplo, de pré-adolescentes.

Então, o que a gente tem feito, contando um pouco da nossa história é isso, tornado as escolas cada vez mais, especialistas. São treze de ensino fundamental dois, quatorze de ensino fundamental um e se vocês observarem a gente ainda tem vinte escolas para transformar. Isso é um processo lento que tem que ser planejado, que tem que ser construído aos poucos e é isso que nós temos feito em Sobral.

Aqui são alguns dos indicadores, quando esta política começou e nos dias atuais. Então, no final da década de 90, início do ano 2000, nós tínhamos uma distorção idade/série, ou seja, crianças que tinham certa idade, mas estavam na série incorreta, no ensino fundamental um; 32 no ensino fundamental dois, 74%, e essa foi a queda, levando em consideração o ano de 2018, e ali a questão do abandono. A criança presente na escola passou a ser um dos pilares mais importantes da política educacional do Município de Sobral. A nossa meta, o nosso objetivo é ter 100% das crianças, ou seja, ninguém fora da escola. E isso está dentro do protocolo de gestão do diretor.

Então, nós criamos mecanismos simples. Por exemplo, a criança falta um dia. Está dentro das atribuições do diretor reservar um tempo no dia para ligar para todos os pais daquelas crianças que estão ausentes. Ou, se for uma zona rural, ou se o pai não tiver como se comunicar, tem um profissional técnico, de apoio técnico, na escola - pode ser com a bicicleta, pode ser com a moto - ele se desloca com uma ficha, com protocolo, até a casa da criança para entrevistar a família e saber o que foi que aconteceu pela ausência da criança. Então é uma busca permanente. Nós temos um sistema integrado com a Secretaria de Saúde do Município. Eu monitoro, na minha sala, todas as adolescentes grávidas do nosso município. Quando ela vai o primeiro dia ao Posto de Saúde, que ela faz o cadastro, ela cai no sistema, e eu acompanho todo o pré-natal dela. Sabe por quê? Quando o neném nasce, um técnico da Secretaria de Educação vai lá ao hospital e matricula a criança na creche. É não deixar, literalmente, ninguém de fora.

Aqui é um pouco da estrutura, essa estrutura física, que são os Centros de Educação Infantil. Isso aqui é um pouco das características das escolas de tempo integral. Vou falar um pouco sobre elas para vocês. Então, no nosso caso, de zero a três anos o Brasil tem uma média de atendimento da ordem de 24,8%, ou seja, na creche o Brasil consegue atender 24,8% das crianças. No Município de Sobral a gente alcançou 50,6%, então o dobro da média brasileira. Mas observe que a gente ainda tem aí um espaço para crescer. Já de 4 a 5 anos, o Brasil está chegando aos 90% de atendimento. Nós, a 5 anos atrás, chegamos aos 100% de atendimento. Ou seja, nós conseguimos universalizar 4, 5 anos na escola. O que é que isso significa? Aparentemente, para muitos modelos pedagógicos a criança na pré-escola, ela está sendo acolhida, ela está sendo cuidada. Às vezes é uma criança que vai para a

unidade escolar porque o pai, a mãe e a família vão à busca de renda para sobreviver, vai desenvolver uma atividade laboral, mas para nós, pré-escola é aprendizagem, pré-escola tem que ter currículo. No Brasil o Governo Federal não financia ainda material didático de 0 a 5 anos. O PNLD, que é o Plano Nacional do Livro Didático, não tem material didático estruturado para a educação infantil. O que é que nós fazemos há mais de 10 anos, em Sobral? Nós adquirimos e compramos material didático, porque a gente quer investir na base. Isso é uma coisa muito óbvia, sabe por quê? Com certeza alguns de vocês aqui devem ser pais, mães, avós de crianças de 4, 5 anos que estão em escolas particulares. O que acontece com a criança aos 4 anos em uma boa rede de ensino privada? Ela aprende a ler palavras e frases. No Brasil, o processo de alfabetização até dois anos atrás, antes de o atual governo revogar, era avaliado do terceiro ano do Ensino Fundamental 1. Ou seja, para quem é criança, para quem é a família pobre, tem criança na rede pública, de acordo com o Sistema Nacional de Avaliação, o processo de alfabetização aos 8 anos de idade e não aos cinco. Hoje nós temos outro desafio, não é? Com a extinção da ANA, do Exame Nacional de Alfabetização, e da vinda do processo de alfabetização de avaliação para o 2º ano, nós estamos dizendo então que nós podemos começar a medir, mensurar alfabetização a partir dos 7 anos. Em Sobral, há 12 anos nós buscamos o processo de alfabetização aos 5 anos de idade para crianças que são crianças vinculadas à rede pública.

Então, não é o grau de pobreza ou de condição econômica que impede ou não uma criança de ser alfabetizada, mas sim uma boa estrutura de política pública que possa atendê-la.

Outra característica são as escolas de tempo integral. O Brasil tem vivido uma experiência, nos últimos anos, bastante exitosa que mostra que o tempo integral é, sim, o modelo educacional que gera resultados interessantes, não é? E assim como o Estado de Pernambuco, Espírito Santo, o Ceará também tem feito um trabalho muito forte, e a gente tem levado esse trabalho para os municípios, que é buscar transformar, ampliar o parque de atendimento das escolas em tempo integral. Então, a criança chega pela manhã, toma o café da manhã, almoça na escola, fica no período da tarde, toma o café da tarde, e só às 16:45 horas vai embora. Nós conseguimos alcançar já 30% da rede. A nossa meta, em dois anos, é chegar a 50% dos alunos de tempo integral.

Outra coisa que nós observamos, nosso município, a faixa etária salarial, as famílias que são pobres, vivem mensalmente com menos de um salário mínimo. E a nossa renda salarial, que é a realidade de alguns municípios também do Nordeste. E a gente percebeu que muitas das crianças são vulneráveis. São crianças que, muitas vezes, ao retornarem para casa, não têm a principal refeição do dia nutricional. Então, além do PNAE, que é o Programa Nacional de Alimentação Escolar, com certeza tem alguns Secretários, Prefeitos, aqui que conhecem muito bem a importância desse recurso, nós começamos a aportar recursos do Tesouro Municipal, dentro da Matriz Constitucional obrigatória dos 25%, para garantir que quando a criança chegue à escola pela manhã, ela tome o café da manhã. Parece uma medida simples, mas tem um impacto significativo no aprendizado, tem um impacto importante porque muitas vezes ela vem sem esse café da manhã e a gente pode atrelar isso, por exemplo, a assiduidade, a frequência. Nós começamos a estabelecer que as crianças precisavam chegar num horário, porque era o horário que ia ser ofertado o café da manhã.

Bom, então três eixos resumidamente estruturam essa política educacional. A primeira é questão da gestão escolar.

Então, diretores e coordenadores são cargos em comissão, têm a prerrogativa de serem nomeados pelo Prefeito; mas há 17 anos não são. É um edital público, com seleção pública, prova escrita, prova de título, entrevista com psicólogos para saber se o profissional tem condições emocionais, afetivas de lidar com conflito, de ser gestor público e depois ele é aprovado e vai para um de Banco de Selecionados. Quando começa o ano letivo, ele é convidado a ser gestor, a ser diretor.

Se ele faz um bom trabalho, ele permanece na gestão da escola, se ele não faz um bom trabalho, ele dá oportunidade a outro candidato aprovado no Banco. De 2 em 2 anos nós fazemos processo seletivo para gestores.

Engraçado contar para vocês, que há 20 anos, a primeira vez que o Prefeito fez isso; aí eu vou compartilhar isso, principalmente com os nossos colegas aqui prefeitos e vereadores, também foi algo muito difícil. Eu estou falando de ruptura política, ruptura de um modelo. O que acontecia? Quando o Prefeito lançou o Edital e abriu a primeira seleção para diretores e coordenadores, os vereadores pediram audiência no gabinete do Prefeito e chegavam para o Prefeito e diziam: "Prefeito, o senhor está louco, o senhor vai tirar o nosso apoiador, o senhor vai colocar oposição para passar na seleção". E o Prefeito: "não, agora vai ser seleção sabe por quê? Porque fazer educação tem que ser com técnico, é com professor, é com especialista em gestão, é para quem tem experiência em sala de aula, para quem tem experiência de coordenação". E aí os vereadores insistiam: "Mas, Prefeito, isso é uma maluquice, nós vamos perder". Por fim, a história conta, está disponível em vários artigos publicados, etc., que os vereadores diziam assim: "pois olhe, Prefeito, fique sabendo de uma coisa, que nem para vereador o senhor se elege mais, quanto mais para Prefeito". E aí, foi prefeito duas vezes, foi governador do Estado duas vezes e na última eleição senador da república mais votado proporcionalmente nos Estados da federação. Sabe por quê? Porque a sociedade passou a entender que é possível ser ter um modelo meritocrático. Porque os políticos, que são muitos importantes por sinal, vereadores, prefeitos, deputados, fazem um papel - tudo que eu estou falando aqui é decisão política, pensar em política pública é decisão política, sai daqueles que são escolhidos para representar os interesses. Agora, que podem construir uma interlocução de separar o que é política partidária do que é política pública, isso que é fundamental. E eu acho que é isso um pouco desses 20 anos que a gente tem construído nessa experiência.

A outra questão é a questão da autonomia financeira e administrativa nas escolas. A nossa Secretaria de Educação não paga conta de luz de escola, não paga conta de água, não manda pintar escola, não paga internet, não manda xerocar nada, eu não mando trocar fechadura. Quem faz isso é o diretor.

Sabe por quê? Porque nós aprovamos na Câmara Municipal, que foi sancionada por um Prefeito, uma Lei de transferência direta de recurso, onde o gestor escolar, o diretor tem autonomia financeira. Então, ele recebe um valor de manutenção da escola, faz a gerência, desburocratizando vários processos, mas no final do mês ele tem que prestar conta e seguir todos os ritos previstos na legislação. Só que isso, você dá autonomia, ele passa a não depender diretamente da gestão mais centralizada.

Outra característica é a questão do fortalecimento da ação pedagógica. Nós criamos uma escola, onde essa escola não recebe alunos. Sabe quem é que vai para lá todo mês? Todos os professores do município. É uma escola de formação continuada de professores. Todo mês, pelo menos de 4 a 8

horas, os professores saem da sala de aula, entra um professor substituto naquele dia e os professores do município vão para uma capacitação. E aí, nessa capacitação, é estudado material didático, são desenvolvidos planos e planejamento de aula.

E o terceiro elemento é a política de valorização do magistério. O salário do professor de Sobral é o piso nacional, ponto. Nós só temos o FUNDEB e nós temos os 25% obrigatório do Tesouro Municipal de um município que está no Nordeste, que tem poucos recursos, como muitos municípios daqui. Nós somos muitos parecidos em relação a Estado ou em condição econômica, Norte/Nordeste em geral têm condições muito semelhantes. Só que, o que foi que a gente fez? A gente reorganizou a nossa portaria de matrícula, buscamos pagar o piso que é o mínimo, é o mínimo previsto em lei. O gestor que não que não consegue fazer isso está descumprindo a Lei do Piso Nacional. Só que, além disso, a gente foi criando leis municipais, hoje são 12 leis que gratificam além do salário, pagam uma gratificação diretamente no contracheque do professor se ele alcançar metas de aprendizagem dos alunos.

Então como nós não temos muito recurso, nós temos basicamente o FUNDEB, como todos os Prefeitos e Secretários estão aqui, então a gente paga o piso e para o restinho do recurso que sobra a gente tem um plano de metas. Como é que essas metas são medidas? Nós aplicamos um sistema de avaliação de larga escala, de seis em seis meses. Para cada turma, para cada escola, quando o professor atende a meta dele, ele recebe o piso e mais uma gratificação, que pode ser de R\$ 200,00 de R\$ 300,00, de R\$ 400,00, de R\$ 600,00, depende do percentual de acertos. Então, não é avaliar o professor com prova, mas medir e avaliar como é que está o aprendizado dos alunos. Seis meses depois tem outra avaliação.

Ou seja, se a turma melhorou, ele pode melhorar a gratificação, se a turma caiu, opa! O para professor também pode perder a classificação dele. Se ele manteve a turma do mesmo nível, mantém por mais seis meses a gratificação.

Então, essa gratificação é dinâmica e ela acontece a partir de uma avaliação de seis em seis meses, dos meus 35 mil alunos, 22.800 são avaliados. Nós não fazemos como SAEB, que avalia 2º, o 5º e o 9º. Nós avaliamos do infantil 5º até o 9º ano, todas as séries. Então não é uma radiografia só de final de ciclo, é todo acompanhamento ano a ano do aluno, há 17 anos Sobral faz isso.

Essa é a escola de formação de professores. Todos os professores saem de sala de aula, tem um professor substituto – ah, quer dizer então que é um professor por turma? Não, nosso FUNDEB também não dá para isso. O que a gente faz? A gente tem um professor especialista que atende todo o ensino fundamental I, por exemplo, de uma escola. Então se sai o professor do 1º ano para capacitação, entra esse substituto no primeiro dia do mês. No segundo dia do mês vai sair o professor do 2º ano, esse mesmo substituto que estava aqui no primeiro dia, vai para turma do 2º ano. Então, com um único substituto a gente consegue criar uma estrutura, de tal maneira, que todos professores consigam ir para escola de formação, está certo.

Bom, essa foi um pouco da evolução de como município de Sobral tem crescido nos seus indicadores. Então, Sobral em 2005 estava entre os piores municípios no Brasil, com a nota 4, abaixo de mais de 1.300 municípios. Ao longo dessas duas décadas, principalmente 2005 para cá, com a implementação dessa política educacional, Sobral começou a melhorar o seu IDEB. Então em 2017, depois em 2019, 2011, 2013; em 2015 e em 2017 alcançou o primeiro lugar dos mais de 5.556 municípios do Brasil.

Aqui é no ensino fundamental II. Ali é a séries iniciais.

Então, no ensino fundamental II nós só tivemos três avaliações nacionais. Em 2013, dos mais de 5.556 municípios, a gente já conseguiu um resultado na 9ª posição. Depois, em 2015, fomos o segundo lugar e em 2017, também, no ensino fundamental II, Sobral conseguiu o indicador.

Agora, observe que a gente ainda tem muito para crescer e a nossa meta agora é investir cada vez mais em ampliar, por quê? Porque a política educacional brasileira mostra que nós estamos em um funil, onde tem uma entrada bastante significativa, e à medida que a gente vai avançando: Ensino Fundamental I, II, médio até o ensino superior, as crianças vão sendo perdendo nesse processo. A evasão é maior, a reprovação é maior, o nível de aprovação é menor, o nível de oportunidades é menor. Então, esse funil se revela aí e a gente ainda tem muito que investir.

Bom, é importante ter um indicador nacional de destaque, mas o Brasil está entre os últimos países do mundo se a gente levar em consideração, por exemplo, o PISA, que é o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes. Então, a nossa meta agora não é se acomodar, é melhorar o nosso IDEB, mas buscar agora outros indicadores internacionais. Então a gente entrou em contato com a OCDE, que é a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, para aplicar o PISA, que é o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes. Nós estamos mudando os nossos currículos de língua portuguesa, matemática e ciências, usando como inspiração países como Finlândia, Canadá, Singapura e estamos aplicando desde 2017 avaliações internacionais no município.

Aqui foi um momento com os diretores, aqui com os estudantes - acho que o meu tempo já acabou eu vou encerrar.

E aqui foram os resultados, a gente conseguiu médias acima do Brasil e acima da OCDE, ou seja, dos países mais desenvolvidos da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico em Leitura. Matemática nós alcançamos uma performance parecida com a do Brasil, e parte dos nossos alunos conseguiu avançar o nível da OCDE e em ciências nós superamos o Brasil, mas queremos também alcançar o nível internacional. Bom, para isso, para elevar mais ainda, a gente tem que modificar, alterar e dar novas dinâmicas aos currículos. Então a gente está reconstruindo, inspirados na BNCC, mas também como referências internacionais, novos currículos na área de Língua Portuguesa e Matemática, e está implantando, no caso de Ciências, currículos, utilizando tecnologias, como é o caso de robótica, inovação, programação, lógica de computadores, a própria ferramenta da Google também, como foi citada aqui anteriormente. Só que a gente começou a perceber que avançar cognitivamente com o aluno é importante, é prioridade. Ele tem que saber ler, tem que se alfabetizar na idade correta, tem que saber escrever, produzir bons textos, tem que desenvolver o raciocínio lógico-matemático, mas hoje nós vivemos em uma sociedade com outros desafios: de formar cidadãos críticos, reflexivos, que respeite o outro, que respeite a diversidade. Então, a gente está implantando também uma política de formação humana e integral. Nós acabamos de fazer um concurso público, e hoje Sobral é a primeira cidade no Brasil a ter um psicólogo em cada unidade escolar, efetivo, concursado. Para quê? Para trabalhar com competências socioemocionais. O Projeto de Lei que cria a obrigatoriedade do psicólogo na escola infelizmente foi revogado pelo Governo Federal. Só que mais de 3 anos atrás nós já temos leis municipais para isso, em Sobral. Então a gente fez o concurso público, colocou um psicólogo em cada escola. Então, além dos professores, pedagogos e especialistas,

nós temos profissionais para trabalhar com amabilidade, respeito, tolerância, consciência crítica, reflexão, respeito às diversidades, abertura ao novo, persistência, motivação. Isso é fundamental ser trabalhado com os profissionais. Então aqui são alguns exemplos:

- Por meio de dinâmicas de cores, como é que a gente sai um pouco dessa lógica conteudista e também passa a trabalhar com as questões afetivas, emocionais das crianças.

- Presença constante diálogo família-escola. Então a família tem que estar dentro da escola, reuniões têm que ser periódicas, diálogo com a gestão escolar, acompanhamento com o Ministério Público, Conselho Tutelar. Então, esse diálogo é fundamental também.

- Profissionais dentro da escola. Aí são dois exemplos de duas coordenadoras. Em Sobral, a sala do Coordenador é no meio do corredor. Coordenador não é para estar dentro de sala com ar-condicionado, em birô não. Ele tem que olhar a dinâmica da escola. Ele tem que chamar individualmente os alunos. Ele tem que dialogar com os professores. Ele tem que ver o que está acontecendo. Então, essa imagem é bem emblemática, porque essa é uma forma como a gente trabalha, com coordenador mesmo em campo, interagindo com as crianças.

Nesse caso aí, fazendo a chamada de leituras. E, da mesma forma, ali é a diretora e a coordenadora, dentro da sala de aula, assistindo e acompanhando a aula do professor.

E não é para intimidar, é para colaborar. É para saber que é um parceiro, que ela está ali à disposição, que ela pode conversar, que ela pode dialogar. Isso é fundamental.

Para encerrar, eu queria mostrar só um exemplo bem rápido. Eu trouxe aqui um trecho de uma criança e de uma diretora, e aí eu encerro porque eu já estourei o meu tempo.

(Exibição de vídeo)

Aqui é só um trequinho de um exemplo de como se dá o processo de alfabetização já no Infantil 5. Essa é uma turma de Infantil 5. São cinco anos de idade. Essas crianças estão pautadas num currículo de Educação Infantil. A estrutura do currículo prevê algumas habilidades, competências descritoras que vão ser posteriormente avaliadas na avaliação em larga escala, e a gente busca consolidar ou construir as bases para esse processo de alfabetização. E aí a gente não cai muito naquela polêmica. Hoje nós vivemos muito sob polêmicas em educação. Se é Método Fônico, se é o Método Global, se é ideologia de gênero ou se não, se é escola integral, militar, cívico-militar... Nós não perdemos tempo com isso. A gente tenta extrair o que há de melhor em cada prática, o que há de melhor em cada metodologia.

E aí, para encerrar eu queria mostrar para vocês o resultado desse processo. Depois que o aluno avança no ensino da educação infantil, no ensino fundamental 1, 2, chegando às séries finais do ensino médio.

(Exibição de vídeo)

O SR. FRANCISCO HERBERT LIMA VASCONCELOS – Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Eu sei que todo mundo queria muito mais, não é? Porém vai ter muito mais, pode ter certeza. Porque, a partir do momento em que a gente passar para os debatedores, a gente vai poder também instigar, questionar, propor. Então, espero que os debatedores possam apresentar, inclusive se tiverem proposta, apontar os aspectos, ressaltando aquilo que foi falado, enfim, poder contribuir com o tema de uma forma geral.

Então eu vou, assim, pelo tempo e aí eu vou marcar o tempo, peço desculpas porque, como aqui todo mundo é

professor, a maioria, são todas pessoas educadas e a Mesa também, nós vamos ter certeza que o tempo será cumprido e bem aproveitado e nós vamos cronometrar, claro, porque quem está falando não vai ter como cronometrar e aí a gente vai fazer isso e assim que der o tempo, a gente vai avisar com um minuto para acabar o tempo.

E vamos chamar o primeiro debatedor, o ex-governador Daniel Pereira, hoje Superintendente do Sebrae pelo tempo de cinco minutos.

O SR. DANIEL PEREIRA – Obrigado, Deputado. Aproveitando o tempo saudar todos os Deputados aqui da Mesa; saudar e agradecer o professor Herbert por sair lá agradável Sobral para vir para cá conosco e em nome da Professora Luzenir, Débora e Lovane, saudar todos os educadores, educadoras, professores, professoras que estão aqui. E por que no nome delas? Porque elas foram a Sobral por uma provocação nossa a partir de uma visita que nós fizemos ao Professor Herbert, a coisa de dois anos, dois anos e meio. Eu creio que o que nós deveríamos fazer neste momento, era simplesmente perguntar para o Professor Herbert, se tem condições do Governo do Estado de Rondônia e das prefeituras que se fazem presentes, firmar um convênio com aquela Prefeitura, por que o modelo está pronto, não tem que inventar roda. Às vezes a gente fica tentando construir algo, eles já construíram com algumas observações. Eu perguntei para o Professor Herbert, quantos Secretários de Educação Sobral teve ao longo dessa longa jornada. Tiveram quatro Secretários de Educação. Não vou perguntar quantos que cada município que está aqui já teve, porque alguns vão começar a pensar que está tendo Secretário de Educação demais. Mas isso não é um problema dos nossos municípios, é um problema do nosso País e nós, em 34 anos, tivemos 24 Ministros de Educação diferentes. Levando em consideração que o Ministro teve oito anos de gestão e o outro seis e meio, os outros Ministros nossos ninguém teve mais que um ano de tempo de gestão. Isso significa, explica boa parte dos problemas nossos. Mas eu acho que quando a Assembleia Legislativa, liderada pelo Deputado Lazinho, Deputado Alex, Deputado Adelino, Deputado Eyder, Deputado Jhony, toma essa iniciativa, é sinal que a gente, que o Ceará conseguiu despertar, através de Sobral, aqui o que se há de melhor. Mas é preciso a gente registrar também o trabalho que o nosso ex-governador e hoje Senador Confúcio vem fazendo, através da equipe dele que está aqui, o Valdo, o Bernard, a Vilma e nós do Sebrae temos o prazer também e queremos agradecer aqui a oportunidade e abraçar com o mesmo carinho, Prefeito Thiago, que vocês abraçaram cada um de nós do Sebrae em cada um dos 52 municípios do Estado de Rondônia, seja no menor deles, o município do meu querido Antônio Marcos que está aqui, o Secretário Municipal de Educação, o município que é o 4º colocado do IDEB no Estado - Ji-Paraná que se cuida, que eles estão chegando -, ao maior município que está aqui, o nosso querido Márcio. Mas, só para ser bem econômico mesmo, aqui nas palavras, uma reflexão: hoje a Google esteve aqui, fez uma exposição através do Alexandre Campos, maravilhosa.

Sabe onde que eu vi a primeira vez essa apresentação ser feita? Há três anos, dentro de uma comunidade indígena do povo Suruí. E eu vou, só para vocês ficarem com raiva, eu vou citar aqui algumas conquistas dos povos suruí. Em 2017, o melhor projeto de Educação do Brasil, campeã, Professora Eisângela Suruí, lá de Cacoal. Em 2017, o melhor projeto da Samsung, um estudante Suruí, chamado Alexandre Suruí. Uma feira que nós fizemos, até o ano passado, de Ciências e Tecnologia Estudantil, os estudantes que foram campeões o

ano passado, os meninos da comunidade Suruí. O segundo colocado do CONCAFÉ, do ano passado e deste ano, que é um concurso de qualidade de café em Rondônia, os índios Suruí.

E um projeto que causa algumas discussões, e, eu nunca tive problema nenhum de sair em defesa dele, até porque estou enjoado de ouvir que a gente tem tecnologia pedagógica do século XIX, as cadeirinhas colocadas pelo Alexandre, professores do século XX e alunos do século XXI. Então, vamos usar o que o século XXI tem de tecnologia para ajudar na educação e por isso que nos abraçamos o projeto de ensino Médio com Mediação Tecnológica, que é o mesmo projeto do pessoal lá do Amazonas, que já trabalham no 9º ano até o 5º ano, a gente não tem medo de usar as tecnologias. Curiosidade ou não, o primeiro povo, meu caro Valdo, que quis ser diferente no Estado de Rondônia com relação à tecnologia, foi o povo Suruí. Então, Deputado Lazinho, minhas homenagens a ti e a todos os integrantes desta Comissão e que a gente aprenda muito com Sobral, que é uma ilha de excelência e que a gente aprenda muito com os índios suruí, porque tem sempre coragem de desafiar o novo e o desconhecido.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Muito obrigado. Exatamente cinco minutos. Foi disciplinado, parece até que ele é professor, doutor, mas você pode ter certeza que eu, lá da roça, também sou disciplinado. Lá era no cabo da vassoura.

Agora ouvir o nosso Secretário de Estado da Educação, Professor Suamy. Com a palavra por cinco minutos professor.

O SR. SUAMY VIVECANANDA – Boa tarde a todos. Parabenizar o Deputado Lazinho e toda Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, os professores que estão aqui. Dizer quão maravilhoso é assistir quem tem a ensinar. É preciso compreender em cima dos acertos, da ilha de excelência, da trajetória de quem pensou e rompeu com sistemas organizados para a manutenção do fracasso. Romperam. É tudo o que nós precisamos, é tudo o que as Prefeituras precisam, as Secretarias Municipais de Educação, a Secretaria de Estado da Educação. Quero parabenizar o doutor Herbert, Secretário Municipal de Educação; quero parabenizar também o senhor Alexandre Campos do Google, pela... Posso lhe afirmar aqui, a internet é a oitava maravilha, querendo ou não, e o Google é a nona.

Senhores, lutar e eu até brincava quando o projeto de mediação tecnológica chegou a Assembleia Legislativa, eu vi uma manifestação e naquele momento eu disse: "Hoje o Bill Gates não dorme. Tem alguém lutando contra ele." E o Governo de Rondônia bateu o pé, firmou, mandou ver e a coisa está acontecendo.

Senhores, penso que em cima de metodologias trabalhadas, estudadas, planejadas, sistematizadas para dar certo, não há o que se questionar. Não adianta implantar corporativismos, mantê-los vivos para atrapalhar gerações e gerações que estão aí em busca de seu espaço e é tudo que nós podemos fazer e devemos fazer e o faremos. Acreditem.

Enquanto a exposição ia crescendo, eu conversava aqui com o meu parceiro, este deputado aqui vive em uma tremenda guerra comigo, e ele sempre arranca alguma coisa para os lugares dele e faz o papel dele bem. E as coisas iam passando e eu dizendo para ele: "Eu tinha te dito."

Eu não pude ir, Secretário Herbert ao Ceará, mas mandei um grupo que fez os apontamentos e nós esperamos colocar em prática naquilo que possível, reservadas as diferenças, mas não adianta, eu confesso aos senhores, lutar contra a excelência é ser amigo da debilidade. Não é o meu caso, é

não ser inteligente. E eu pretendo, com certeza, promover as mudanças e já comecei, este é o primeiro ano. Eu vendo as questões dele fazer as simulações, duas por ano, eu falei: "Isso eu já fiz este ano." Graças a Deus a gente está avançando.

E fizemos na ferradura, Pimenteiras, Guajará-Mirim, porque isso é o que precisa ser feito. Nós precisamos nos envolver com aquilo que importa, que é a Educação. Naquilo que não podemos fazer, correr atrás e eu vi o senhor Alexandre falando aqui da questão: "Você não tem tanta internet." Faz com o que tem. E se tivermos que usarmos uma bicicleta para irmos aos lugares onde está a internet, que o façamos. E se tivermos que negociar isso para que chegue a mais pontos do Estado, façamos. O que não podemos mais continuar fazendo é mais do mesmo, deixando o avanço de lado e simplesmente atendendo aquilo que já está superado e vencido.

Essa demonstração dos dois modelos em sala de aula conta tudo. Mas fica muito ruim quando a gente apresenta o que era um laboratório de análises clínicas lá em 1930 e o que era uma sala de aula e o que é hoje um laboratório de análises clínicas e o que é uma sala de aula, aí a gente vê uma diferença substancial que muitos nos incomoda.

Senhores, eu acredito em Educação e sei que os senhores também. Precisamos discutir novos modelos, novas estratégias que possam trazer resultados não apenas no IDEB, mas na cidadania, transformação de vidas, um indivíduo comum em um cidadão pleno que possa ajudar na sociedade. Muito ajuda quem não atrapalha. Muito obrigado e que Deus nos ajude a fazer o que é certo.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, Professor Suamy. Está indo tudo direitinho, os alunos estão cumprindo direitinho a meta, Professor Herbert. Até porque no final nós queremos ouvir novamente mais o Herbert e mais o Alexandre.

Agora com a palavra o Presidente da AROM, o Claudiomiro, que eu conheço como Cláudio Santos.

O SR. CLAUDIOMIRO SANTOS – Quero saudar a todos nesta tarde tão marcante, memorável aqui na capital do Estado, na Assembleia Legislativa. Cumprimentar o Deputado Lazinho da Fetagro, o Deputado Adelino Follador por esta iniciativa. Nos convidou a estar com vocês em Sobral, não pudemos estar presentes. Foi, certamente, uma viagem que enriqueceu muito este Parlamento.

É a terceira ou quarta Audiência Pública de que participamos aqui e tenho dito que esta é a que mais nos impactou, quando pudemos assistir nosso querido Herbert Lima, que veio trazer essa história bonita; contar e apresentar o que acontece em Sobral e é digno de elogio, aos irmãos Gomes, não é? O Cid, Ivo e também ao Ciro, porque, incomodados com a situação da sua região, fizeram com que pudesse transformar.

E eu quero deixar uma reflexão aqui nesta tarde de hoje, que nós possamos nos incomodar com aquilo que está ao nosso redor. A nossa educação, a educação do Brasil. A educação é o que move o mundo. E na verdade não existe transformação sem educação. Exemplo de países, eu cito aqui o Japão, que em tão pouco tempo se transformou em uma potência mundial.

Atrelado aqui ao nosso querido Alexandre Campos, Diretor da Google, que veio trazer para nós isso que nós já sentimos em casa. Eu tenho um moleque lá, de 13 anos, que tem que brigar todo dia para pegar o caderno porque é a maior dificuldade, mas ele quer estar constantemente conectado aqui no Youtube, assistindo algum professor ou outro, mas ele não

quer saber mais daquele negócio de caderno. Ele acha antiquado esse negócio de ficar escrevendo no quadro, embora, nós não devamos perder a essência da escrita. A escrita tem que permanecer. A escrita, aquele manuscrito. E ao tempo em que estamos nos perdendo com isso, eu me lembro, quando a gente pega a história lá do passado, quando ainda escrevia naquele nanquim, aquelas letras desenhadas, aquela coisa linda! Hoje nós não conseguimos mais entender o que nós escrevemos. Não podemos perder essa essência, mas temos que atrelar à tecnologia para que nós possamos avançar mais.

Eu vejo que isso, certamente, virá a contribuir muito para o nosso futuro, para o futuro dos nossos filhos, os que virão após nós.

Então eu quero, nesta tarde de hoje, dizer que a AROM, e quero aproveitar para saudar aos Prefeitos aqui presentes: Prefeito Flores, Thiago Flores; Prefeito Charles, Anildo que está conosco aqui em algum lugar, está lá, não é? Demais Prefeitos que estão presentes nesta tarde, que nós estamos, enquanto AROM, também preocupados com esse processo de transformação, ajudando naquilo que é possível e que é preciso.

Saudar o nosso Secretário Suamy Vivecananda e dizer que nós temos uma luta grande este ano seguinte, que é o "Ir e Vir", Transporte escolar, e é também um ingrediente importante nesse processo da educação, visto que em nosso Estado de Rondônia, grande parte dos alunos é da zona rural, com exceção da capital do Estado, mas também tem um grande número na zona rural. O Estado de Rondônia é essencialmente agrícola e precisa desse apoio importante no transporte escolar.

Ainda lembrando que dentro dessa metodologia de ensino, Daniel Pereira, a gente fala muito sobre esse assunto.

É importante nós vermos, analisarmos a realidade local, a nossa realidade enquanto Estado de Rondônia. Sobral analisou e viu a realidade do Município de Sobral. E nós, enquanto Rondônia, somos essencialmente agrícolas, não podemos perder essa essência de aplicar aquilo que os nossos alunos, lá na ponta, entendem, conhecem, que pode, com certeza, transformar e fazer uma educação brilhante no Estado.

Exemplo, nós já temos hoje, municípios que estão no topo aí, dentro da média nacional, e muito bem. Acredito que se nós levarmos a sério e nos incomodarmos com isso, nós faremos uma educação de qualidade neste Estado. Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Muito obrigado, senhor Prefeito Claudio Santos. Agradeço pela compreensão. Agradeço a todos pela compreensão e chamo o Presidente mais fresquinho que está na Mesa. Cadê ele? Ah, está ali.

Vilson Macedo, que é o Presidente, hoje, da UNDIME, tomando posse agora. Ontem, não é? É contigo, Vilson.

O SR. VILSON SENA DE MACEDO – Eu quero cumprimentar a todos. Boa tarde ainda, não é? Cumprimentar aqui a Mesa na pessoa do nosso Presidente aqui da Audiência, o Deputado Lazinho da Fetagro. Em seu nome eu cumprimento todos aqui da Mesa. Eu quero também cumprimentar aqui a todos os presentes, os Prefeitos; Prefeito Thiago Flores, aqui presente também; os colegas professores, nossos colegas Secretários que estão aqui, também; nossos colegas representantes de ensino de diversos municípios. Cumprimentar a todos.

E dizer que, primeiramente, parabenizar a Assembleia Legislativa por esta iniciativa de trazer aqui o Herbert Lima para mostrar essa experiência fantástica que Sobral está vivendo e com isso também nos motivar para que nós possamos, também, começar essa caminhada. Quer dizer,

começar não - não é, Daniel? -, nós já começamos. Nós já começamos e temos metas, temos planejamento e temos prazos já, também, não é? Então acredito que vamos sim, com certeza, avançar muito. E esta Audiência vem fortalecer esse nosso planejamento - viu, Deputado Lazinho? Parabéns para o senhor, para o Deputado Adelino, Deputado Jhony, o Deputado Alex, Deputado Chiquinho, Deputado Aécio e os demais Deputados, parabéns por esta iniciativa. E a gente viu aqui, Prefeito Thiago, que tem que ter vontade. E eu quero parabenizar o senhor, se eu não me engano parece que ainda tem mais dois prefeitos só aqui, não é? Vale do Paraíso e o Sales. Então, quero parabenizá-los dos senhores deixarem o tempo dos senhores... Mas, parabenizar vocês por ter vindo aqui nesta Audiência, parabéns por isso Prefeitos. Atriquemos está bem adiante aí, eu vi o Idebinho, até queria conhecer o Idebinho, fui lá aquele dia e não consegui conhecer, mas vai ter oportunidade.

Então, é isso, eu acho que tem que ter vontade política.

A gente viu aqui o que aconteceu com Sobral, e é isso que nós esperamos. É isso que nós esperamos, que essa vontade política possa fortalecer o trabalho dos Secretários, como o Prefeito Thiago está fazendo ali e outros municípios também estão fazendo, porque é muito difícil. A gente vê a dificuldade que é a rotatividade de Secretários. Nós da UNDIME estamos sofrendo com isso, à rotatividade de Secretários - tivemos que substituir quase toda diretoria da UNDIME agora, quase todos demitidos. Então, gente, aí a gente não consegue avançar, nós não vamos conseguir avançar. Então, essa visão, nós precisamos focar. Isso nós vamos ter que conversando, tentando mudar esse conceito, para que a gente possa avançar.

Além dessa questão também, é a questão da motivação dos nossos colegas professores. Porque talvez a gente veja muitas pessoas criticando os professores pela questão: ah! Mas ganham e não trabalham direito, não sei o que e tal. Pelo contrário, lá no artigo 205 da Constituição brasileira está dizendo que a educação é um direito de todos, um dever da família em solidariedade com a sociedade. Então, não é só obrigação nossa, mas de todos, de todos. Então, essa motivação para com os professores, Deputado Adelino, é importante e nós precisamos motivar os nossos colegas. Os nossos colegas, Suamy, estão ficando doentes e nós precisamos cuidar deles. Então, parabéns a Sobral, parabéns viu.

E no mais, pessoal, para encerrar, para não demorar muito, eu quero aqui parabenizar a todos que vieram e conclamar e convocar e chamar a todos aqui para que a gente possa abraçar esse projeto. Nós estamos vendo várias iniciativas, tem a iniciativa do Sebrae, com o ex-governador Daniel, tem a iniciativa do Senador Confúcio, têm várias iniciativas por aí, que a gente possa então abraçar isso e que a gente possa fazer andar. E nós da UNDIME estamos empenhados para que a gente possa caminhar juntos, rumo a uma Rondônia, digamos aí, logo, logo em primeiro lugar no IDEB do Brasil e os nossos municípios também avançar no IDEB. No mais eu agradeço a todos, muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Muito obrigado Professor Vilson. Chamo logo em seguida a companheira Lionilda, Presidente do Sintero.

A SRA. LIONILDA SIMÃO DE SOUZA – Boa tarde. Em nome do Daniel Pereira, que está aqui do meu lado, eu gostaria de cumprimentar a Mesa. E eu falo em nome do Daniel, por quê? O Daniel já transitou por todos os espaços da Educação desde o momento que ele esteve no Sindicato, até o momento que foi

para o Legislativo, esteve no Executivo e agora como Presidente do Sebrae, está desenvolvendo um trabalho de grande relevância, então em nome dele, eu gostaria de cumprimentar a todos da Mesa. Gostaria de, em nome do Secretário de Educação, que tem um papel primordial para que a educação deste Estado avance, cumprimentar todos os profissionais de Educação que estão aqui presentes. E gostaria de parabenizar o Deputado Lazinho. E quando o Deputado Lazinho coloca que ele chegou, teve uma formação no ensino médio aos quarenta e cinco anos, isso significa que quando a gente tem compromisso com a Educação, então, a formação é necessária, mas ela não é o mais importante. Porque essa discussão através das Audiências Públicas, pertinente à Educação, tem sido promovida por este Deputado, antes mesmo de ele ser Presidente da Comissão de Educação. Então, parabéns Deputado Lazinho.

Eu estava aqui ouvindo e fiquei assim muito feliz em ouvir que nós, enquanto Sindicato, sempre estivemos no caminho certo. Desde quando nós fomentamos a Educação, a partir da LDB, lá no seu artigo 14, da necessidade da democracia nas escolas, do processo democrático na escola. E muitas vezes quando a gente fala sobre isso, muitos pensam logo na eleição para diretores, agora consulta popular para diretores. Mas nós observamos que isso, vai muito além disso. Que é preciso envolver a comunidade escolar, que é preciso envolver os profissionais em Educação. E quando há discussão dentro das unidades escolares que os professores participam do projeto político pedagógico nas discussões, quando se leva em conta os grêmios estudantis, quando se leva em conta que a comunidade está participando, isso já é um pontapé inicial.

Mas nós também avaliamos que muitas vezes o que a gente defende, chega um momento que a gente precisa refletir: até que ponto está dando certo. E essa direção atual do Sintero, nós temos discutido muito sobre isso. Nós defendemos a gestão democrática. Nós defendemos a Consulta Popular aos diretores, mas nós entendemos, porque o modelo que existia é insustentável, um modelo de indicação onde o vereador, naquele espaço, onde os deputados muitas vezes querem dominar aquela escola no sentido de indicar e ali se torna realmente um espaço totalmente político, um espaço político não no melhor sentido, o da politicagem, e a gente precisava avançar de alguma forma. Em Rondônia, nós avançamos através, primeiramente, da eleição para diretores e depois da Consulta Popular. Mas nós entendemos que só isso não é suficiente, porque nós percebemos que aqueles que não têm compromisso com a Educação faz de tudo para permanecer, e nós temos aí, muitas vezes, as escolas e o Secretário sempre coloca isso, aí em alguns pontos da gente converge, que realmente quando chega no período, existe toda uma politicagem dentro das escolas, a troca de favores para permanecer no cargo. Então é preciso avançar, sim.

E ouvindo aí o exemplo, o que foi colocado da experiência de Sobral, o que é que nós percebemos? Não existe fórmula mágica. Existe comprometimento, existe investimento em política pública, em inovação tecnológica, em infraestrutura, capacitação para os profissionais em Educação, inclusão, autonomia para as escolas e, por último, com muita relevância e importância, valorização dos profissionais de Educação.

Quando se fala em pagamento do piso, é o mínimo, e nós sabemos o quanto nós temos feito enfrentamentos na luta para que os municípios do Estado de Rondônia, ao qual nós representamos, e o Estado de Rondônia implante o piso na carreira dos professores. E que nós avancamos. Por que o piso é o mínimo, e nós precisamos de muito mais valorização

para contribuir com educação de qualidade. Muito obrigada pela oportunidade.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Muito obrigado, companheira Lionilda. Desculpa eu ter que sair. Você sabe que velho tem hora. Muito obrigado pelas palavras e pela sua colocação.

Eu convido imediatamente o Senhor Gilberto Baptista, que é o Superintendente da FIERO. Cadê, está ali, o Gilberto.

O SR. GILBERTO BAPTISTA – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar, inicialmente, aqui o Deputado Lazinho, o Deputado Adelino e o Deputado Cabo Jhony Paixão pela coragem de trazer à discussão a Educação. Quando se traz a educação para se discutir e com a ruptura política dela, não é fácil, não, Deputado. Subtrair a política. Porque a Educação, por ser o que mais movimenta recursos, tem muita politicagem, concordo até com a Presidente do Sintero. E o principal desafio que o Professor Herbert teve lá foi tirar realmente essa questão da política das escolas, política partidária. Tem que ser política de Estado. Que horas você vai trabalhar com política de Estado, preocupado com o Estado. Não é o melhor projeto é o projeto deste ou daquele político. O melhor projeto é aquele que engaja todos. É aquele projeto de Estado, é aquele projeto que é melhor para a Educação. E foi isso que Sobral enxergou há 20 anos.

Teve um preço inicialmente e depois o reconhecimento. Então esse é o caminho que está sendo descrito. Abstrair da política partidária e realmente partir para política de educação.

Cumprimentar também aqui o Deputado Chiquinho, na parte da indústria, que o Deputado Chiquinho é um grande parceiro nosso. Quando a gente discute indústria, é com você que a gente está discutindo, é a sua preocupação com a indústria. E educação, para a indústria, a transformação do Brasil passa pela Educação. A indústria hoje tem postos de trabalho, às vezes não tem educação, porque, assim, a formação básica não foi preparada para a educação tecnológica que você vai receber lá para conseguir trabalhar, interpretar o manual de uma máquina. A máquina cada vez mais sofisticada e você hoje, realmente você tem que preparar o aluno, e é aí onde entra o Google. Realmente preparar. Você vai sair um aluno dali e esse vai estar preparado para assumir essas funções que nem existem hoje, mas ele vai estar preparado e não vai ter esse apagão também de mão de obra. Alguns postos de trabalho não podem ser ocupados porque não teve realmente a base, educação lá, desde os primeiros, desde a primeira infância. No mais, é isso aí. Cumprimentar, realmente, o senhor pela coragem de trazer à discussão as estratégias para lidar com a Educação no nosso Estado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, Gilberto, pelas palavras e pelo comprometimento.

Eu passo rapidamente, então, a palavra para a Vereadora Cláudia de Jesus, lá de Ji-Paraná, aqui falando em nome de todos os vereadores, pelo prazo de cinco minutos com direito a um minuto depois, antes.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS – Boa tarde a todos. Quero agradecer aqui, Deputado, a oportunidade de estar representando aqui todos os vereadores e vereadoras que se fazem presente aqui, do nosso Estado, é uma honra. Eu lhe parabeno pela iniciativa de promover este debate sobre a Educação e cumprimento aqui todos os gestores, todos os profissionais da Educação e saúdo aqui todos os deputados que estão presentes aqui, o Deputado Jhony do meu município,

atuante, jovem, professor; o Deputado Adelino Follador; o Deputado Alex Redano e o Deputado Chiquinho da Emater que também faz parte lá do nosso município, um deputado muito atuante.

Eu fiquei encantada com a experiência de Sobral, com o sistema de Sobral. Para nós é muito importante, a gente que está no município ver essas experiências que têm dado certo. Eu acho que todos os gestores que estão à frente de suas escolas; ele pensa em fazer o melhor, isso também no faz refletir. Audiência Pública é uma ferramenta para discutir problema e também apresentar aquilo que tem dado certo. E o tema da Audiência, é as estratégias para Educação no Estado de Rondônia. Então, eu penso que no nosso Estado, a gente precisa de rediscutir algumas coisas. Está aqui o nosso Secretário e em Ji-Paraná, nós já fizemos um debate, já fizemos uma Audiência Pública no nosso município para discutir a questão da mediação tecnológica. Esse ensino que foi implantando em nosso Estado e que pouco foi discutido nos municípios. E quem está na base, quem estuda - os nossos jovens, as crianças não estão satisfeitas com isso. Então, eu acho que são algumas coisas que nós precisaríamos tirar aqui como encaminhamento, porque Audiência Pública é justamente para a gente rediscutir aquilo que não está indo bem e que nós sabemos que de fato isso não está indo bem, porque lá no município quem é beneficiado com esse estudo não está satisfeito com essa metodologia, porque não se compara tirar um professor, porque a gente sabe que praticamente aquele profissional que está na sala de aula muita das vezes não é qualificado para dar explicações para aquela matéria que está sendo explicada via satélite. E nós que tivemos a oportunidade de nos educar, de sermos ensinados por um professor, a gente sabe que isso também, além de ser prejudicial para a nossa educação, também é prejudicial para o nosso profissional.

Então, eu penso que diante deste debate aqui, é preciso que a gente tenha encaminhamentos positivos porque não dar para nós ficarmos reunindo e reunindo e nós já temos feitos vários debates. Várias vezes a gente tem conversado no município, onde as confusões acontecem, onde o povo vive, e a gente fala até um pouco comovido, preocupado porque esse debate é muito sério. E é muito bonito quando a gente vê essas experiências, onde a gente vê que o dinheiro público está sendo bem aplicado. Isso para a gente é motivo de muita satisfação.

E aí, eu quero aqui também cumprimentar a Secretária de Educação do meu município de Ji-Paraná. Eu quero dizer a vocês que em Ji-Paraná também, nós temos feito a diferença com recurso próprio. Lá nós temos hoje o Projeto Educampo, que é um projeto hoje no qual é investido o recurso próprio do nosso município e lá nós levamos o ensino diferenciado para o jovem rural. Então, é possível sim como essa experiência de Sobral, aqui do Município de Sobral que foi colocada para nós, é possível que os gestores do nosso Estado de Rondônia, dos municípios possam aderir, é preciso pensar isso.

Então, Deputado, eu espero que hoje nós possamos sair daqui com encaminhamentos plausíveis, porque a gente sempre faz esses debates, principalmente no município, e a gente pouco tem visto avanço e não só se tratando da Educação no geral, mas também na questão da valorização profissional que a gente vê ali, tem todo um contexto do profissional, do aluno, da estrutura. Então, é todo um conjunto que precisa ser pensado, são muitas estratégias que precisam ser debatidas.

Então, agradeço imensamente esta oportunidade, e parabeno a Assembleia por promover este debate, mas quero ver também resultado. É isso que nós esperamos nos nossos municípios. Obrigada.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, Vereadora. Nós queremos construir resultados, não é Vereadora? Não só ver, porque se a gente construir é mais fácil.

Agora nós vamos ouvir os três municípios selecionados que nós falamos e o pessoal está ali colhendo o nome para 10 intervenções, para depois a gente voltar aqui para os Deputados e Secretários, me desculpa. Está aqui o Dr. Paulo e eu passei.

Depois a gente passa para os deputados e passa para fazer o fechamento com o Secretário Herbert. E eu quero fazer uma pergunta que eu não vi ninguém fazendo. Fazer uma pergunta para o senhor, para o senhor quanto é o custo anual de tudo isso aqui, do recurso que vem para Educação. No mínimo é 25%, lá está gastando quanto? 30, 40, que tudo precisa, depois o senhor responde.

Eu acho que precisa de mais questionamento a ele, para a gente ter aprimoramento do conhecimento.

Então, vou passar agora para o Doutor Paulo Curi, que é Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Me desculpe doutor, e já fez uma proposta aqui para mim, para gente poder, posterior a isso aqui, encaminhar. Não é, Doutor?

O SR. PAULO CURI NETO – Boa tarde a todos. Agradeço, Deputado, a oportunidade de fazer uso da palavra. Quero cumprimentar toda a Mesa. Quero, para não tomar mais do tempo, muito tempo dos senhores, quero registrar aqui uma percepção que eu acho que é de todos, de que já virou clichê neste País dizer que Educação é fundamental, é decisiva para o nosso futuro, é importante. A grande questão é ir além da retórica, a grande questão a colocar isso em prática.

Eu quero cumprimentar a Comissão, a Comissão da Educação da Assembleia Legislativa de Rondônia, porque ela está propondo fazer esse papel. Eu fico feliz de ouvir o Deputado Lazinho, porque ele já me adiantou que quer consertar as soluções para o Estado de Rondônia, para todos seus municípios, ou seja, quer dialogar, quer discutir e quer induzir os aperfeiçoamentos necessários. Esta Comissão merece os nossos maiores elogios, Deputado. Para, além disso, eu já conhecia um pouco, de ouvir falar, não com esse detalhamento todo da experiência do município de Sobral. Sabia que eles tinham alcançado resultados extremamente animadores. E o que ouvi hoje foi o Secretário Municipal, Professor Herbert, desfiar que a cartilha da administração pública gerencial. O que se observa é que os resultados foram revolucionários, mas as ações foram relativamente simples, isso que é incrível. Estão todas na legislação, desde Emenda Constitucional 19 de 1998, já está estabelecido no Brasil esse caminho da administração pública gerencial, que estabelece a necessidade de seleção meritocrática para avaliar competências não só técnicas, mas também humanas, de valorizar o magistério, de pagar com condicionantes meritocráticos os professores, de avaliar o desempenho, avaliar os alunos, de assegurar a autonomia para as unidades escolares e por aí vai. Está há muito tempo na Constituição e é de surpreender que ainda não tenhamos avançado mais no Brasil e em particular no Estado de Rondônia.

E aí aqui, eu quero fazer de público *mea culpa* que envolve o Tribunal de Contas. Essa exposição do senhor Secretário de Sobral está a revelar que nós também temos muito muitíssimo a avançar no controle que fazemos dos resultados da Educação.

Eu falo isso aqui, tem a presença de vários auditores nossos e há já um esforço, uma mobilização para esse objetivo, mas hoje o que nós fazemos? Nós avaliamos a iminência do descumprimento das metas do Plano Nacional de Educação e apenas instamos o gestor para que adote providências para

evitar esse descumprimento. Mas que providências são essas? São essas as providências, mas nós não estamos dialogando e isso para o gestor, nós estamos informando isso ao gestor, não estamos a induzir as mudanças estruturais que são decisivas, que são necessárias para que a gente tenha resultados parecidos com esse.

Eu assumo a presidência do Tribunal de Contas no próximo ano, é bem verdade, Presidente, não estou aqui fazendo uma crítica a quem quer que seja do Tribunal de Contas, eu sou Conselheiro há muitos anos, fui Procurador do Ministério Público de Contas antes, há quase 20 anos eu estou no controle, e faço aqui o *mea culpa* da minha participação, talvez do meu estrabismo em relação a isso. Mas como Presidente futuro, eu quero erguer junto com todos os senhores muitíssimo alto essa bandeira da Educação. Acho que nós podemos muito e acho que, talvez, se nos concentrarmos, fomos obstinados neste objetivo, talvez em poucos anos, em menos de uma geração, bem menos do que isso, talvez num próximo ciclo aí, no final deste mandato que se encerra em 2022, talvez nós sejamos o paradigma para o Brasil seguir, talvez nós vejamos o exemplo. Isso começa aqui, bem disse a Vereadora: "precisamos ir atrás dos resultados". Eu quero me empenhar junto com senhores em busca desses resultados.

E deixo aqui para finalizar, no limite do tempo, sei que o nosso Presidente é rigoroso e tem que ser mesmo com o uso do tempo; uma pergunta na linha daquele ele fez ao Secretário.

Aumentou a participação da Educação no orçamento do Município de Sobral a partir de toda essa evolução, a partir desse processo todo ou, mais ou menos, se mantém a mesma representatividade de outrora do início desse processo? Essa é a questão. Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, Doutor. Alguns agradecimentos aqui, antes, e aí próximo orador é o Secretário Márcio aqui de Porto Velho; depois o Prefeito Thiago Flores de Ariquemes e a Secretária de Ji-Paraná, Edilaine, cadê a Secretária? Vai se preparando aqui, cinco minutos cada um, não vai ter os três que você pediu, Secretária, é puxar saco isso aí. Eu quero fazer um agradecimento aqui a todos, porque depois o pessoal já vai saindo e aí fala que a gente não fez. Mas eu quero agradecer a minha equipe de gabinete, dos deputados que participaram de toda essa mobilização, em nome do meu Chefe de Gabinete, o Ivan, o Roberto e a Vera que são os responsáveis de nos assessorar na Comissão de Educação; à SEDUC, a toda a equipe, Secretário Suamy, pela participação; à Secretaria Municipal, Secretário Márcio e toda a equipe; aos diretores de escola; aos professores; aos vereadores e prefeitos, três prefeitos, parabéns. Muito obrigado, Charles; muito obrigado, Prefeito Anildo e o Prefeito Thiago. Gostaria mesmo que tivesse mais prefeitos, porque vai depender muito da vontade deles.

Porque aguentar vereador querendo espaço na escola não é fácil não é, Deputado Adelino? Não é, Vereadores? Os Vereadores ficam quietinhos. E muito especialmente a minha turma da Fetagro, do movimento sindical, que me colocaram neste cargo de deputado já pelo segundo mandato. Então, faço os agradecimentos e apresentar a vocês um pouco da minha família, para quem não conhece. Fica em pé, Eduardo e Kauã, filho e pai. Meu filho mais velho e meu neto mais velho, está bom? Bonito igual o vô, sem problema nenhum, os dois.

E eu chamo então o Secretário Márcio para fazer uso da palavra. Cinco minutos, Secretário, e o dedo está tocando, tá?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO FÉLIX RIBEIRO - Boa tarde a todos.

É uma satisfação, uma alegria estar aqui com vocês nesta Audiência Pública, que discute as melhorias da qualidade da educação no Estado de Rondônia. Eu quero cumprimentar o Deputado Lazineho, que é o proponente desta Audiência e parabenizá-lo por esta iniciativa; Deputado Adelino; Deputado Jhony; Deputado Alex; Deputado Chiquinho. Dizer que – eu vou falar um pouquinho, que o tempo é curto - em nome deles eu quero cumprimentar todos aqui da Mesa, os professores, gestores, prefeitos, vice-prefeitos, muitas autoridades aqui presentes, é muito bom e importante.

Eu quero falar rapidamente sobre Porto Velho. Em Porto Velho nós temos um grande desafio, que é a extensão territorial de Porto Velho. Porto Velho é um dos maiores municípios do Brasil. Porto Velho é do tamanho do Estado de Sergipe, para vocês terem uma ideia. Daqui de Porto Velho a Nova Califórnia, que é um distrito nosso, nós temos escola lá, são 380 km que tem que ir. Então, é mais longe daqui a Nova Califórnia do que daqui a Ji-Paraná, o segundo município de Rondônia. Então, nós temos esse grande desafio. Tem todo o Baixo Madeira, questão de transporte fluvial e tudo, que a gente está em parceria também. Aproveitar e cumprimentar o Secretário da SEDUC, o Suamy. Então, nós temos esse grande desafio aqui em Porto Velho. Mas a gente tem... Eu acredito que nós temos conseguido avançar. Essa questão de valorização profissional, aqui em Porto Velho nós já conseguimos colocar a gratificação, que era antes no vencimento, atingindo o piso nacional. Aqui em Porto Velho nós já estamos praticando isso. O Prefeito também que prioriza a educação e dá liberdade para a gente trabalhar, autonomia. Já conseguimos mais 5% de aumento para todos os profissionais da Educação este ano. E, ano que vem, aproveitar para cumprimentar minha Presidente do Sintero, a Lionilda, nós já garantimos isso com o Sindicato para garantirmos o próximo piso do ano que vem. Também já está assinada por mim, pelo Prefeito, essa garantia do vencimento, e a valorização profissional não é só o salário. É melhorar a estrutura física, é capacitar os professores e todo um ambiente adequado.

Outra questão também nossa que foi muito importante é o "Avalia Porto Velho", é um programa. Nosso IDEB, no início da administração estava 4.7, subiu para 5.1. A nossa meta agora é 5.5, mas nós trabalhamos para chegar a 6. E por coincidência, Deputado Lazineho, hoje iniciou a Prova Brasil, que é o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Então, hoje iniciou essa avaliação, que vai pela média, pela proficiência em Português e Matemática ver o IDEB para o ano que vem.

Então nós estamos trabalhando aí. Já pedimos a todos os professores esse trabalho que está sendo feito de todo o ano, que agora nós temos que colher o resultado. E desejar boa sorte mesmo a toda a nossa rede.

Outra questão também que a gente avançou, é a questão da gestão democrática. O que é bom e o que está sendo bem feito, a gente não pode inventar a roda, nós temos que copiar.

Então, aproveitar e cumprimentar o Secretário Herbert, que aqui também nós já estamos encaminhando um Projeto de Lei para a Câmara Municipal para a gestão democrática, e copiamos o modelo de Sobral. Primeiro, nós temos que ter os critérios bem estabelecidos, uma prova, uma entrevista e depois vai para consulta pública da comunidade. Eu acredito que assim a gente vai melhorar a qualidade dos gestores da Educação do município.

Então, como o Dr. Curi falou também, não é retórica da questão da educação. Todo mundo fala que educação é fundamental, mas o Brasil não tem plano A, B ou C. O Brasil

tem o plano A, que é pela educação. O país só se desenvolve pela educação. A economia só desenvolve pela educação.

Diminuir os gastos da Saúde é pela educação. Há um mês, o Barack Obama, Ex-Presidente dos Estados Unidos, veio fazer uma palestra em São Paulo - o ingresso da palestra dele, eu acho que estava R\$ 1.500 ou era R\$ 2.000 -, e o que ele falou foi isso: o investimento tem que ser na educação. O país só desenvolve pela educação. É o que a gente está cansado de ouvir. Mas realmente agradecer aqui esta Audiência. O tempo é curto para falar, mas tem que ser assim mesmo. O Presidente é duro, e a gente fazer os encaminhamentos para colocar em prática mesmo, para a gente melhorar a educação de todo o Estado de Rondônia. Acho que esse é o propósito. Muitas autoridades aqui, e pode contribuir muito para a melhoria da educação do Estado de Rondônia. Está bom? Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Muito obrigado, Secretário. Mas os alunos estão em cima do pedido, viu, Secretário? Os alunos estão...

Agora eu vou chamar a professora, Secretária Municipal de Ji-Paraná, Professora Edilaine, para fazer uso da palavra por cinco minutos e aí nós vamos fechar esse bloco com o Prefeito Flores e vamos ouvir também as inscrições que foram feitas, passaremos ao Secretário e ao Alexandre e os Deputados fecham, viu Deputado Chiquinho, fique tranquilo que sobra para nós um tempinho.

A SRA. EDILAINÉ ALVES NOGUEIRA – Em nome do Deputado Lazineho, eu cumprimento todos os componentes da Mesa, todos os profissionais da Educação. Então, para nós é um privilégio estarmos aqui e sermos citados como o melhor IDEB do Estado, mas qual é o nosso desafio enquanto educadores? Nós não temos uma instituição com o melhor IDEB, mas nós temos todas as nossas instituições com o melhor IDEB. Alguém é melhor do que o outro? Não. Nós estamos vivendo momentos e experiências diferenciadas. Eu gostaria de pontuar que nenhum modelo vai dar certo no seu Estado, no seu município, se você simplesmente o copiar na íntegra, mas, ele precisa ser contextualizado, adequado a sua política, a sua realidade financeira do momento e é o que a gente tem tentado fazer.

Então, a gente começa uma etapa, o ano seguinte a gente avança aquela etapa. Então, nós estamos com uma parceria com o Instituto Airton Sena desde 2.000, de monitoramento, de acompanhamento. Nós vimos ali, estamos felizes, temos o supervisor acompanhando a sala de aula, temos a gestão democrática já aprovada em lei e estamos com uma equipe construindo os critérios.

Então, estamos assim, temos hoje 8.176 alunos. Nosso desafio é ampliar a educação infantil e neste momento nós fomos homenageados por esta Casa com o Projeto Educampo. Qual é a ideia do Projeto Educampo? A contextualização do ensino e o pertencimento ao campo. Nós precisamos adequar a educação do campo às realidades camponesas, aos anseios da comunidade camponesa. Então, o projeto prevê muitos pontos que foram citados aqui: visita às famílias, todo aquele acompanhamento que Sobral tem feito, muitos deles nós já estamos praticando com o Projeto Educampo, a visita as famílias, nós temos alguns instrumentos, até citei alguns, não dá, o tempo não permite. A formação de profissionais, nós temos o foco não só do professor, que nós compreendemos que todo profissional dentro da escola, é um educador. Se o agente de vigilância não souber atender bem o pai, você perde esse pai para ele estar participando do projeto, do processo educacional. Então, nós fazemos formação desde o agente de

vigilância, temos, inclusive, estagiários atuando, então fazemos a formação desse estagiário, a formação dos professores, supervisores, orientadores, diretores, então todos participam de formação. No início do ano, o primeiro levantamento, o primeiro plano de estudo, previa 1.760 horas de formação para 2019. Então, assim, é muito trabalho. Mas, nós temos muita coisa boa, gente. O nosso Estado, nos nossos municípios tem muita coisa boa, mas, nós pecamos em não publicar. Nós pecamos em não trocar as experiências e não temos metas bem definidas de atuação. É um desafio. Quando veio o reordenamento, então, nós fomos rebeldes e não aceitamos o reordenamento e compramos o desafio de uma educação do campo voltada para educandos que sejam protagonistas da sua história. E hoje a gente vê, se vocês pudessem ver as entrevistas que os nossos alunos do 6º ao 9º ano dão, que participam do projeto Educampo, vocês visualizam a diferença.

Então, assim, com um minuto, eu lanço um desafio para nós, para mim também: façam uma análise da sua realidade, tenham esse diagnóstico, façam uma análise das boas propostas, mas não se esqueçam de contextualizar essas propostas a sua realidade, senão modelo nenhum vai dar certo, senão nós não vamos alcançar a qualidade de ensino que nós desejamos.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, Secretária. Lembrando que com a assessoria nossa de gabinete, o ano que vem, o primeiro trimestre, nós queremos propor para que a gente faça um evento aqui na Assembleia trazendo todas as experiências que nós temos no Estado, todas. No primeiro momento nós vamos a Sobral Thiago, a São Mateus, no Espírito Santo, ver a educação no campo lá em São Mateus.

Nós estamos indo para lá. E nós vamos trazer tudo o que a gente tem aqui de modelo, desde a militarização de escola até as novas experiências apresentadas. E aí a gente começa a socializar tudo o que a gente tem adequando a nossa realidade. Certo?

Com a palavra agora sua Excelência o Prefeito Thiago Flores. Eu anuncio aqui o Deputado Cirone Deiró. É aquele feinho ali, foi conosco lá em Sobral, gente muito boa. O Deputado está nos ensinando muito com a experiência que tem. Contigo Thiago, por cinco minutos.

O SR. THIAGO LEITE FLORES PEREIRA – Boa tarde a todos. Cumprimento toda a Mesa na pessoa do proponente desta assembleia, Deputado Lazinho, uma assembleia importantíssima. Mas começo com uma notícia ruim. De sábado para domingo, quatro adolescentes negros pobres foram assassinados em Ariquemes. Quatro! Está certo que foi um final de semana atípico, mas quatro famílias não têm mais em seus lares os seus entes queridos. E não querendo entrar no mérito, o motivo do crime, mas se existem grandezas diretamente proporcionais é Educação e violência. Onde se tem mais investimentos em Educação, o índice de violência será diminuído, não tenham dúvida alguma disso. E se a gente quer algum tipo de solução, eu acho que a solução está aqui dentro.

Nós estamos todos aqui, a classe política, os técnicos a quem eu quero agradecer todos de Ariquemes que vieram aqui em caravana prestigiar de evento, se a gente quiser algum tipo de solução é aqui. E eu acho que hoje ganhamos duas ferramentas indispensáveis: esta Audiência Pública, que está sendo muito produtiva e faço coro a nossa vereadora, que façamos os encaminhamentos devidos, mas quero registrar o apoio incondicional aqui, de publicamente, do novo presidente do Tribunal de Contas, Dr. Paulo Curi. Eu não tenho dúvidas

nenhuma que o Tribunal de Contas do Estado entrando nessa missão, nós vamos ter resultados a serem colhidos, positivamente. Eu não tenho dúvidas nenhuma. Então parabéns, Presidente, por esta iniciativa.

E o que me traz aqui, talvez, seja o fato de nós em março de 2017, o Daniel Pereira, então Governador do Estado, fez uma visita lá para a gente em Ariquemes e nos alertou, nos sugeriu essa visita a Sobral. Em 2017, a nossa Secretária de Educação, juntamente com outros técnicos foram até Sobral.

E o que eu posso falar para vocês aqui em poucos minutos, é que é possível fazer o que Sobral fez, com as nuances que Secretária Municipal de Ji-Paraná mencionou. Nem tudo o que é bom lá no Posto Seis, no Rio de Janeiro, é bom para a gente aqui em Rondônia. Mas a gente tem que partir de um princípio, algo que está dando certo e Sobral está para o Brasil como Singapura, na Educação, está para o mundo. Então, a nossa maior realidade positiva sem dúvida nenhuma, é a cidade de Sobral. E a vinda do Secretário aqui nos prestigia bastante, nós rondonienses, de sabermos que é possível nós fazermos o que eles fizeram lá. São 20 anos que se passaram para eles colherem esses resultados.

Em Ariquemes nós começamos já a por em prática alguns deles. Em 2017 mesmo, ainda antes de visitar Sobral, nós fizemos uma adesão ao Movimento Brasil Competitivo em que fizemos uma intervenção pedagógica, um programa de intervenção pedagógica em algumas poucas escolas, em 2017.

Depois que fizemos a visita a Sobral, capacitamos o nosso pedagógico da Prefeitura e desde então, 2018, nós temos essa intervenção pedagógica com avaliação e monitoramento dentro de todas as escolas de Ariquemes. E eu não tenho dúvida que o resultado talvez não seja colhido agora, talvez não, provavelmente não será, mas a gente tem que, enquanto agente político, se despir de qualquer vaidade e esperar que lá na frente esse resultado, quando vier, ele vai ser sólido, ele vai ser concreto. E é isso que nós estamos com o pensamento, Daniel Pereira e equipe do Senador Confúcio Moura que está aqui, tem nos ajudado bastante, o Secretário Suamy tem nos auxiliado bastante com bastantes ações voltadas ao nosso município e aqui a gente deixa a mensagem obviamente. A representante do Sintero, a Presidente Lionilda mencionou muito bem aqui, nós apresentamos um projeto de Lei com o Sintero, em Ariquemes, fazendo justamente essa composição.

Tudo é diálogo. Naquele momento ainda não certo, mas já aclarou bastante a ideia de mandarmos realmente para a Câmara uma proposição da Gestão Democrática com esse viés de não, obviamente, de não indicação de agente político, mas passar para a meritocracia. Indispensável, é indispensável.

E eu faço votos aqui que a gente consiga avançar bastante com as tratativas no Sintero de Ariquemes para que a gente consiga essa grande conquista.

Mas para resumir: ruptura política e continuidade. Eu acho que essa é a saída, realmente, para a nossa Educação. E nós temos exemplo da minha Secretária ali, Cleuzeni, que eu não poderia deixar de saudá-la, ela foi eleita não por partidos que me elegeram na campanha. De qual partido você é Cleuzeni? Nenhum. Quem indicou a Cleuzeni foi o próprio Sintero que organizou uma eleição e saiu legitimamente do berço dos professores a indicação de qual seria o Secretário Municipal de Ariquemes. E ela está, desde 1º de Janeiro de 2017, até hoje, conosco; passando por 3 governadores diferentes e todos eles, Confúcio, Daniel e o nosso Comandante Marcos Rocha, que tem elogiado ela, e aqui também, quero homenagear.

A Educação tem jeito, gente. Tem jeito e a gente confia muito nisso, está bom? Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Muito obrigado, Prefeito. Quero até aqui agradecer a compreensão de todos que fizeram uso da palavra, porque nós já estamos às 17h16min, ainda estamos dentro do tempo, não é? E vamos então, agora, diretamente passar para os nossos inscritos, com o prazo de 03 minutos - viu gente? -, para fazerem as colocações e questionamentos.

Eu convido logo o Dr. Juiz de Direito, Dr. Flávio Henrique de Melo para fazer uso da palavra. Doutor, obrigado por ter vindo, estar aqui conosco até agora. Muito obrigado, Dr. Flávio.

O SR. FLÁVIO HENRIQUE DE MELO – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar rapidamente a Mesa aqui, na pessoa do Deputado Lazinho, e na pessoa dos nossos anfitriões aí, que vieram de longe para palestrar a todos da plateia.

Eu venho já há algum tempo, no trabalho na Educação.

Sou magistrado há quase 15 anos, porém também me ligo à atividade docente. Porém eu venho trabalhando mais especificamente na parte da educação inclusiva. Em relação às pessoas com necessidades especiais.

Porém, como o tema aqui é Educação, e educação, como todos falaram de forma até repetitiva, é um direito fundamental e as pessoas especiais também têm acesso a esse direito fundamental. Eu, juntamente com a Escola da Magistratura, nós fizemos uma proposta para a SEDUC de fazer a qualificação dos professores na área de educação inclusiva. Isso foi aceito e estamos aí em tratativas para ser desenrolado esse projeto, que vai ser um projeto, como todos falaram aqui, um projeto contínuo, que não tem partido, não tem cara, apenas tem coração pela inclusão, como eu disse, como direito máximo a todos aqueles que têm necessidades especiais.

E fica registrado esse meu encaminhamento à Mesa, e também que esse encaminhamento de qualificação por meio da Escola Magistratura, que é uma escola do governo, antes de mais nada, uma escola superior também, de ensino. Hoje com pós-graduação, tanto *lato-sensu* como *stricto sensu*, que possa também aderir a isso daí. Eu me comprometo também a estar junto da Escola, angariando o apoio da Escola, e também do Tribunal de Justiça, para estar somando esforços nessa ação de qualificação, de melhoria do ensino no nosso Estado de Rondônia, no nosso município, não só na área inclusiva, mas para todos aqueles também que precisam, que não necessariamente se enquadram na Lei de Inclusão. Deputado, muito obrigado. Até logo!

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Muito obrigado Dr. Flávio. O Flávio esteve durante muito tempo conosco no Jaru. É um prazer tê-lo aqui conosco e cumprimentar aqui o nosso pessoal lá de Jaru, nosso Secretário, nossa equipe que está aqui, lá do nosso município.

Convido agora o Vereador Valdecir Sapata, lá de Cerejeira. Com o prazo de 3 minutos, Vereador. Professor também, não é? Então, pronto.

O SR. VALDECIR SAPATA – Boa tarde a todos e a todas. Cumprimentar especialmente nosso amigo Deputado Lazinho. Sou professor desde 1993, na rede municipal de ensino no Município de Cerejeiras, Líder do Movimento Sindical, me afastei agora para exercer o mandato de vereador, com muito orgulho e satisfação, por aquela comunidade.

É uma satisfação muito grande ter aqui como representante, na Assembleia Legislativa também, o Deputado Chiquinho da Emater, companheiro nosso, da nossa região.

Especialmente cumprimentar o Presidente da Comissão de Educação que é agricultor, como colocou, de simples, e nós nos conhecemos há muito tempo, nas lutas do movimento sindical, lutando pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais, e ele presidindo e fazendo uma boa ação, uma grande ação, um exemplo a toda a comunidade do Estado de Rondônia, trazendo este debate tão importante para o nosso Estado de Rondônia, para os nossos municípios, e realmente trazendo argumentos interessantes. Inclusive, com o nosso Secretário que nós cumprimentamos também, parabenizamos o Secretário que veio lá de Sobral. Acompanhamos, já ouvimos falar muito de Sobral, através do Daniel Pereira, que é um companheiro nosso de luta, no nosso Município de Cerejeira, começou a carreira como vereador, se tornou Governador do Estado de Rondônia, foi Superintendente aqui do Sebrae, fazendo um trabalho muito importante de Educação, temos um movimento do Estado de Rondônia para isso. Estamos engajados nisso para melhorar o IDEB do Estado de Rondônia, e parabenizar todos os deputados da Assembleia Legislativa que já se colocaram, com emendas parlamentares para premiar as escolas que melhor foram pontuadas no IDEB, agora de 2019, que foi mais vantajosa. Então é isso, para pegar recursos, para o nosso Estado de Rondônia para as escolas. Parabenizar o Prefeito, que já foi colocado aqui.

O importante, que nós queremos questionar e fazer uma avaliação, que a gente fizesse uma reflexão, é com relação aos investimentos na educação como alguns já colocaram aqui.

Tem que fazer vários investimentos, várias magias, mas nós já temos, quero lembrar que nós já temos um Plano Nacional de Educação, que foi debatido amplamente com a sociedade, chamados os quilombolas, os ribeirinhos, toda a sociedade civil organizada e não organizada e foram chamadas para esse debate e foi aprovado um Plano Nacional de Educação que diz que até 2024 nós teremos que ter 35% de investimento dos órgãos governamentais na Educação. E porque não só pegar este modelo e começar a implementar isso ao invés de arrumar desculpas para dizer que não tem recursos, que o Estado não cumpre, que o Governo Federal não cumpre. Façamos como Sobral fez, façamos como Ji-Paraná, tem um exemplo, tem feito e com certeza absoluta nós vamos ter sucesso na Educação. Muito obrigado a todos vocês e parabéns a todos aqui presentes.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Muito obrigado, Vereador. Está vendo Daniel? Você, eu acho que foi professor dele lá em Cerejeiras, não foi não? Pois é, e ele está muito bem disciplinado, entendeu?

Agora, o senhor Rivelino Sebastião Neto Freitas, Secretário Executivo da Associação das Escolas Família Agrícola de Rondônia - AEFARO.

O SR. RIVELINO SEBASTIÃO NETO FREITAS – Boa tarde a todos e a todas. Gostaria aqui de, em nome da Mesa, parabenizar o nosso Deputado Lazinho da Fetagro. O Deputado Lazinho que é o autor da nossa lei de repasse para as Escolas Família Agrícola. Então, quero aqui saudar a todos que estão participando desta Audiência. Então, eu falo aqui em nome da AEFARO - Associação das Escolas Família Agrícola de Rondônia, representando aqui, cinco escolas famílias agrícolas de Rondônia no Estado. Estou neste momento também, representando 600 alunos matriculados em nossa rede de ensino das AEFAs.

Gostaria de dizer aos nossos nobres ouvintes, Deputados e representantes, que durante os nossos 30 anos de caminhada pela Escola Família Agrícola de Rondônia, já passaram pelas AEFAs, mais de oito mil alunos e desses com várias formações.

Nós já tivemos formações em técnicos, professores, agrônomos, veterinários, contadores, advogados, médicos, enfim outras profissões.

Então, dizer que a nossa experiência de Escola Família Agrícola é uma experiência que deu certo, não só no Brasil no Estado de Rondônia e em vários Estados, e é uma experiência que está aí também para ser debatida em nosso Estado, que eu acredito que muitas das coisas que já falaram aqui, um pouco também nós aplicamos nas Escolas Família Agrícola, principalmente a questão do internato. Então nós temos as nossas escolas que funcionam com semi-internato, o aluno fica 15 dias na escola e 15 dias nas famílias.

Então nós acreditamos que as AEFAs funcionam porque nós temos também a parceria com o Governo Federal, Governo Estadual, o Poder Municipal, mas não somente por isso. Nós acreditamos que as nossas escolas funcionam, porque nós temos, além de tudo e acima de tudo, a parceria com as famílias.

Então, eu digo para vocês, não nos adianta termos escolas bonitas, bem equipadas, professores bem pagos, mas, pelas nossas experiências de escolas família, se nós não tivermos do nosso lado a parceria com as nossas famílias, nós não vamos ter uma educação de qualidade.

Então eu deixo aqui o meu recado, todos os modelos de educação aqui apresentados são importantes, porém o mais importante deles, que eu já falei, é a participação da família.

Então aqui eu deixo também, que os nossos próximos modelos de educação no Estado, Deputados e os demais, nós temos que construí-los sim, mas temos que construí-los com uma política de Estado, não com a política de Governo. Porque a política de Estado fica e a política de Governo passa. E aqui eu gostaria de levar isso mais a frente. Nós temos aqui hoje conosco quantos Deputados? Quatro Deputados. Então assim, acho que uma Audiência desta, teria que ter aqui todos os Deputados, porque todos são importantes na hora de votar as leis. Então, eu deixo aqui o nosso abraço, dos nossos alunos "efanos" e o meu muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Muito obrigado Rivelino. Chamo imediatamente o Professor Joelson Chaves. Joelson que é o Presidente do Sinprof. Cadê o Joelson, já foi? Joelson, Joelson...

Vamos para o próximo, Charles Gomes, Prefeito de Vale do Paraíso e Presidente do FUNDEB.

O SR. CHARLES GOMES – Cumprimentar aqui o Presidente desta Audiência Pública, o Deputado Lázinho, em nome do qual eu cumprimento a todos os Deputados; cumprimentar também toda a Mesa. Dizer para vocês que nós, enquanto gestores, sabemos da importância que é investir em Educação. Isso todos são sabedores. Agora, o que nós temos também como realidade, são as insuficiências financeiras e orçamentárias, para investir naquilo que a gente sabe realmente que precisa.

Não é só a valorização, mas vários outros investimentos que precisamos fazer na Educação. Eu queria já deixar como pergunta também ao nosso visitante é: quais são os parceiros enquanto Estado e Governo Federal, quais são os investimentos para que pudesse acontecer a valorização do profissional, o investimento da infraestrutura, enfim, todas as condições para que pudéssemos realmente avançar na educação.

Eu concordo com o nosso representante aqui do Tribunal de Contas, nosso futuro Presidente do TCE, Doutor Paulo Curi, de que realmente é possível de nós não esperarmos 20 anos, muito menos que uma década. Agora, fica como sugestão que nós pudéssemos sentar numa mesa, o município, representado pelo Prefeito, Secretário, corpo técnico, o Governo do Estado, o Governo Federal, porque nós sabemos que os investimentos que precisam ser feitos são lá no município. Nós temos aqui como exemplo, no Estado de Rondônia, que parte das Emendas, um percentual das Emendas dos deputados estaduais tem que ser investido em educação, indicado para que seja investido em educação. Eu acho que já está mais do que passado da hora de o Governo Federal ter também essa obrigatoriedade, assim como tem na saúde, não que tem que parar de investir na saúde 50%, como é o caso de cada parlamentar, R\$ 7 milhões e meio, mas o que a gente observa é que isso é um dado que foi divulgado no ano retrasado, no final do ano retrasado, o Brasil tinha mais de R\$ 7 bilhões na Saúde parados nas contas no município do Estado, enfim, dinheiro sem ser aplicado, que entra ano, sai ano, e ele não é aplicado para que realmente tenha resultado lá na ponta para o cidadão. E como sugestão, viu, Presidente, que realmente indique aos deputados federais, ao Governo Federal, essa obrigatoriedade de investir na Educação.

Então muito obrigado, e dizer que nós, enquanto gestores, sabemos do dever de casa, mas temos uma realidade um pouco diferente de alguns Estados, como esse do Ceará, que é exemplo, foi dito aqui pelo nobre colega, Secretário de Educação, que é o nosso grande território estadual que faz com que uma escola, embora a de Sobral, a mais longe são 80 quilômetros, aqui do Município de Porto Velho são 380 quilômetros. Isso tudo dificulta e faz com que a gente invista muito em transporte escolar. É um absurdo o quanto que investimos em transporte escolar no nosso município, no nosso Estado. Obrigado.

O SR. LAZINHO da FETAGRO (Presidente) – Muito obrigado, Prefeito. Convido à senhora Marinete Soares Deniz, diretora regional do Sintero - Nova Mamoré.

A SRA. MARILETH SOARES DENIZ - Boa tarde a todos e todas. Eu quero cumprimentar a Mesa na pessoa do Deputado Lázinho, e parabenizar pela excelente iniciativa. E quero saudar todas as mulheres do Plenário e a Mesa através da Presidente do Sintero, Presidente do meu Sindicato, Professora Lionilda e da Vereadora Cláudia, e registrar aqui a falta de paridade nesta Mesa. E registrar também que na Educação nós somos a grande maioria. Eu gostaria de colocar aqui e aproveitar parabenizar o Professor Herbert pelo excelente trabalho. Que isso sirva de referência para Rondônia, para o Estado e também para os municípios, para que a gente possa realmente melhorar a educação.

Mas eu não posso deixar de falar sobre a situação nossa do Estado. Aí a gente tem presente aqui o nosso Secretário Estadual de Educação, é com relação às coisas que vêm ocorrendo no Estado, como a situação da militarização, da educação tecnológica. Está sendo colocada em alguns municípios, lá no meu caso em Guajará, de goela abaixo, sem discutir com a sociedade. O deputado pega, faz uma lista e diz que a comunidade solicitou, sem que seja feita uma Audiência Pública, e seja chamada a sociedade para discutir se realmente é esse o interesse da população, sem ver a realidade de cada município. E a gente percebe que a situação da militarização, para nós aqui em Rondônia, é realmente algo que está sendo

imposto, e a gente sabe que isso sai dinheiro da Educação para que possa fazer algo que o deputado tem interesse lá no município. Isso aí eu gostaria de registrar.

E outra coisa eu queria colocar aqui, que eu não posso deixar de registrar é que nós precisamos aqui, Deputado Lazinho, os deputados que estão aqui nesta mesa, discutir orçamento participativo. A LOA está aqui, o PPA está aqui. A gente precisa dizer quanto que a Educação precisa. A gente não pode, de forma nenhuma, aceitar as coisas de goela abaixo, porque não tem recurso, porque não tem recurso. Coloca isso para a sociedade discutir. Nós queremos discutir o que é que nós queremos para a Educação, para a Saúde, o que é que nós queremos para a questão administrativa deste Estado. E aqui gostaria só de corrigir o Deputado Lazinho, Professora Marileth, eu represento a Regional Mamoré, que compreende Guajará-Mirim, Nova Mamoré, Nova Dimensão, Iata e Surpresa.

E dizer que eu quero colocar aqui como encaminhamento que esta Casa faça uma Audiência Pública para discutir orçamento e que chame toda representação deste Estado para que a gente diga o que nós queremos para Educação, para a Saúde e para melhoria da nossa gente. Eu gostaria que fosse encaminhado aqui neste momento, registrado em Ata. Boa tarde, muito obrigada. "A Educação faz a Lei", Carlos Abicalil diz isso e eu acredito. "A Educação faz a Lei", a luta faz a Lei e a gente precisa fazer isso acontecer de fato e de direito. Boa tarde a todos.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Marileth, muito obrigado. Convido à senhora Sirlene Oliveira, Secretária Geral da FETAGRO.

A SRA. SIRLENE OLIVEIRA – Eu quero aqui, em nome do Deputado Lazinho, cumprimentar todas as autoridades da Mesa e em nome da Vereadora Cláudia de Jesus, eu quero cumprimentar a todos e todas presentes nesta plenária.

Para iniciar a minha fala, eu quero citar aqui Paulo Freire que já dizia, "A educação não transforma o mundo, a educação muda as pessoas e as pessoas transformam o mundo". E aí, olhando para essa apresentação que nós tivemos o privilégio de ver aqui, a gente vê como se tem prioridade na educação, como ela pode transformar realmente a sociedade e a sociedade pode transformar suas comunidades e transformar o mundo na qual ela está inserida. Nós sabemos dessa importância de discutir educação no nosso Estado, principalmente nós, enquanto... Sou agricultora familiar e hoje eu vejo o desafio que nós temos, a nossa juventude rural no campo, porque a gente não tem uma educação do campo que valorize realmente os sujeitos do campo, que é uma educação que transforme realmente os nossos jovens, não só para vir atrás de um subemprego na cidade, mas que transforme o nosso jovem para que ele possa permanecer no campo com renda, com qualidade de vida e que tenha os seus direitos garantidos.

Eu quero aqui deixar o meu repúdio a Lei que esta Casa aprovou do ensino médio com mediação tecnológica, porque quando se tira o professor da sala de aula e substitui por um professor, a gente sabe o diferencial que isso faz na vida dos nossos filhos e filhas. E se esta Casa realmente quer valorizar e crescer na educação, precisa valorizar o profissional que está ali, o professor que está ali acompanhando, que está ali cuidando. Porque não é somente transmitir os conteúdos, quando o professor está em sala de aula é uma troca de experiência, a experiência é troca mútua. Então, a gente não pode substituir esse contato direto do professor com os nossos

filhos, às vezes por um pen drive, que é simplesmente colocado lá para ser transmitido as aulas para os nossos filhos. Também quero deixar aqui o nosso repúdio contra o processo de militarização das escolas, porque a educação que a gente sonha para os nossos filhos não é esse modelo de educação.

Outra questão, se nós precisamos melhorar na educação, esta Casa também precisa lutar para revogação da Emenda Constitucional nº 95, que congela os gastos de investimento na Educação. O nosso Estado precisa ter isso como prioridade. Nossos deputados federais que olhem com carinho, porque com a educação não são gastos, são investimentos na nossa sociedade.

E eu quero aqui finalizar agradecendo pela oportunidade, agradecendo ao Deputado Lazinho por ter trazido este debate para a gente discutir aqui e finalizar dizendo que "quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é tornar-se opressor". E aí, diante dessa fala de Paulo Freire, eu cito aqui o que o companheiro que me antecedeu, quando ele disse do aumento da violência, principalmente com os jovens negros e com os mais pobres. Muito obrigada.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Muito obrigado Sirlene. Convido por último, para depois passar para os deputados, o senhor Germano José, executivo do Sintero. E aí nós vamos ouvir os deputados e passamos para os dois debatedores, aliás, os dois expositores.

O SR. GERMANO JOSÉ – Boa tarde a todos. Cumprimentar o pessoal que compõe a Mesa na pessoa do doutor, Professor e Doutor Herbert Lima e pedir desculpas para o senhor, porque foi dado para o senhor 30 minutos e para o Germano, três, ou seja, 10% de uma palestra maravilhosa dessa, de um homem que veio de tão longe, de Sobral, no interior do Ceará e vocês me deram três minutos e a ele somente meia hora. Nós gostaríamos de ter ouvido mais. E mais um pedido de desculpa, porque nossa plateia já foi para casa, não sei fazer o quê, mas já deixaram de lado a educação, a discussão numa Audiência muito bem convocada pelo Deputado Estadual Lazinho. Cumprimentar todas as professoras presentes em nome da minha digníssima professora Metilde, Reginaldo e o pessoal... Mas dizer o seguinte: parem todos aqui de dizer que educação é gasto. Tudo que se faz em educação é investimento.

A prova disso está aqui, um camarada que veio lá do interior do Ceará, de Sobral, cidade essa que eu já ouvi falar muito tempo na minha vida, porque o meu pai nasceu lá, meu pai vive lá no Ceará, essa cidade maravilhosa.

Então, educação é investimento, mas só que é o seguinte, eu sou representante do Executivo do Sintero, responsável por 17 municípios neste Estado, e pasmem, somos 52, metade ainda não conseguiu implantar o piso salarial.

Inclusive a Capital, que está implantando agora - o Dr. Márcio, muito obrigado -, depois de muita luta já implantou. O Estado, nós passamos a manhã inteira discutindo hoje com o Secretário Educação, através de um Decreto foi implantado a partir de janeiro, vamos ter que receber o retroativo, mas a maioria dos nossos municípios sequer implantou o Piso Salarial Nacional, R\$ 2.527,00. Então, para todos os senhores, coloquem na cabeça que professor não ganha bem no Estado de Rondônia. O mínimo, o mínimo ainda não foi implantado na maioria dos municípios.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - 1 minuto.

O SR. GERMANO JOSÉ – Então agradecer a todos vocês, muito obrigado Dr. Herbert, pela presença. E é o seguinte, para todos

vocês e viram e veem filme de faroeste, quando alguém começou cometeria alguma coisa que não prestava, o que faziam? Colocavam um batedor atrás dele para procurar. Fazemos assim, também, como a cidade de Sobral, porque está mostrando como é que se faz Educação de qualidade neste País e nós merecemos independentemente de quem tem feito o trabalho, que é de cortar investimento em Educação, que é de congelar a Educação, mas nós merecemos o que há de melhor. Somos educadores, brigamos. E no Sintero são 30 anos de luta, nunca conseguimos nada, Deputado Lazinho, se não fosse através da briga. São 30 anos de briga e de luta. E nós estamos aqui sempre firmes e fortes para dizer: "Sintero somos nós, nossa força e nossa voz". Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Obrigado. Muito obrigado, Professor. Quero dar um agradecimento especial à equipe do Senador Confúcio, cadê? Está ali. Muito obrigado. Manda um abraço para o nosso Senador.

Agora sim, vamos passar para os nossos deputados. Não vou limitar tempo, porque os deputados são todos muito bem educados, não vão envergonhar a Casa de jeito nenhum. O Deputado Chiquinho democraticamente já indicou um minuto para cada Deputado e eu passo a palavra então ao Deputado Chiquinho. Chama o Deputado Cirone para vir compor a Mesa.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Deputado Cirone, por favor; por favor, Deputado Cirone. O Deputado Cirone disse que vai passar a Ji-Paraná. Eu quero apostar nisso, Deputado Cirone. Deputado Lazinho é um prazer estar aqui nesta Audiência Pública, já lhe agradecer e a todos os demais deputados, saudar toda Mesa. Já estive hoje numa Audiência Pública do Dr. Paulo Curi, na questão lá da Câmara de Vereadores, recebendo o Título de Cidadão de Porto Velho, E já, por sinal, eu quero aqui, Dr. Paulo, agradecer ao Tribunal de Contas por ter passado R\$ 50 milhões para construir o Hospital Heuro e a Assembleia vai fazer o mesmo também para construir esse grande Hospital, que nós sempre sonhamos com isso para uma melhor saúde. Obrigado ao senhor.

Quero aqui agradecer aos dois palestrantes, o Alexandre que fez aqui a sua exposição e vai dar de uma forma gratuita a toda Educação do Estado. Muito obrigado ao senhor por ter vindo aqui e trazido essa novidade para nossas escolas. Ao Professor e Diretor da Escola e Secretário lá do Ceará, Herbert, muito obrigado, Herbert, por você ter vindo aqui. A gente se sente muito feliz pela sua vinda aqui. Eu também, como um bom nordestino, sou vizinho, eu sou pernambucano, ali da divisa do Ceará, conheço bem o Ceará também, minha família é cearense. E só lhe agradecer por você ter trazido esse modelo tão importante para o Brasil, não só para o Ceará, mas para o Brasil e para Rondônia também. Então lhe agradecer por isso.

E aqui, Deputado Lazinho, nós temos muitos professores guerreiros, todos. Nós chegamos aqui, Professor Herbert, há 40 anos, construindo este Estado que está aí grandioso, bonito. Temos muitos bons exemplos na Educação do Estado de Rondônia. E dizer, Deputado Lazinho, que eu acredito muito nos professores de Rondônia, muito. O que falta, muitas vezes, é condição de trabalho. Muitas vezes, são salários baixos, que acontece muito, mas vocês são competentes, disso eu tenho certeza, Vereador Sapata, lá da minha cidade de Cerejeiras, vizinho. Seja bem-vindo e leve esse modelo, também, para a nossa querida da Cerejeira.

E dizer, Suamy, que é um momento importante que temos, que estamos vendo aí o Senador Confúcio Moura andando pelo Estado inteiro, Deputado Lazinho, oferecendo recursos para

escolas, para melhorar a Educação do Estado e é um Senador da República que tem um volume de recurso, que pode trazer, Vilminha, muitas coisas boas aqui para Rondônia. Temos aqui vários deputados que são parceiros da Educação, e que é um momento, Suamy, importante para a gente avançar. Temos que avançar, precisamos avançar. Educação é tudo. Educação, Gilberto, sem educação a gente não constrói. E eu me considero também um professor, porque eu sou extensionista. Faço extensão há 32 anos e me orgulho por isso, de ser um professor do setor da agricultura familiar do Estado de Rondônia. E só tenho a dizer, o que a gente pode fazer, Deputado Lazinho, pela Educação é nossa obrigação, melhorar, Deputado Follador, Ex-Governador Daniel Pereira, que está aí também fazendo essa peregrinação para nos ajudar. O senhor que foi Governador, que é professor ajudar a educação do Estado. Então nós estamos vivendo um momento muito importante. A Assembleia trazendo aqui hoje esse modelo tão bonito do Estado do Ceará. Como o Doutor Paulo falou, acho que o importante é a gente fazer ação. Dinheiro nunca vai ter para tudo, isso é a grande verdade. Agora se a gente for determinado em fazer as coisas, a gente consegue com certeza melhorar a nossa educação, que é o objetivo de todos nós, da Assembleia Legislativa, do Governo do Estado, dos professores principalmente, e dizer que contem comigo. Aquilo que eu puder fazer, irei fazer.

Só queria fazer uma pergunta ao nosso Secretário de Educação: o que é que Brejo dos Santos e Jardim, no Ceará, fizeram tanto para aprovar tanta gente no ITA? Que é que eles faz lá de tão bonito também em Brejo dos Santos? Se o senhor tiver essa informação, passe para a gente.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, nobre Deputado Chiquinho, parceiro nosso nesta Casa. É um prazer muito grande poder trabalhar com o senhor.

Convido agora então o Deputado Cirone Deiró para fazer o uso da palavra. E eu estou cronometrando o tempo, fique à vontade. Por um minuto.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Eu vou falar 30 segundos a menos que o Chiquinho.

Boa tarde, Presidente, Deputado Lazinho, proponente desta Audiência Pública, presidente da Comissão da Educação aqui da nossa Casa. Em seu nome, Deputado, eu quero cumprimentar toda a Mesa, para ganharmos tempo, o nosso amigo Deputado Adelino Follador, Deputado Chiquinho, Deputado Jhony Paixão, o Professor Herbert, com o qual tive o prazer de estar lá na sua cidade. E para informação dos senhores (às vezes vocês falam: é uma pequena cidade lá do interior do Ceará): é uma cidade com 260 mil habitantes. Há uma indústria lá que tem 22 mil funcionários. Então, não é uma "pequena" cidade não. Nós tivemos a oportunidade de viajar junto com essa Comissão e pudemos fazer algumas avaliações nessas visitas, umas visitas rápidas. Mas a primeira coisa que nós detectamos lá é que tem que ser - igual alguns já falaram aqui - um projeto de Estado. Não pode ser projeto do município, não pode ser projeto do governo. Tem que ser um projeto de Estado. E o projeto de Estado tem uma sequência. Ele começa e, independentemente do governante que esteja lá, ele tem continuidade. Então nós precisamos primeiramente, Professor Suamy, que a gente crie aqui no nosso Estado um projeto de Estado. Só assim nós teremos condições de ter uma educação relevante aqui neste Estado.

Antes de continuar minha fala, eu quero cumprimentar a Márcia, Secretária de Educação; a Tainan, sua assessora.

Em Cacoal, que tem sido um exemplo também na educação, foi criado o projeto Escola Viva. A prefeita - nós temos 7.500 alunos - trocou todos os mobiliários das escolas.

Nós temos lá, Herbert, 24 escolas municipais 100% climatizadas, 100% das escolas climatizadas. Todos os mobiliários trocados. O material de cozinha, 25 ônibus novos para transportes. Eu perguntei quanto o professor ganha lá em Sobral. Professor de Cacoal ganha R\$ 6.000 por mês, e o salário lá de Sobral é em torno de R\$ 1.800. Então, gente, não é só salário. Precisa ter engajamento, tanto dos diretores, dos supervisores, dos professores e de toda a sociedade. Porque nem só salário resolve tudo. E lá foi feito um projeto de Governo, houve enfrentamento, houve fechamento de escola, houve remanejamento de escola. Então, foi um trabalho árduo para o prefeito da época. Aí, ele conseguiu fazer hoje; 22, 23 anos depois, dá o resultado. Nós, da Comissão, que estivemos lá, nos preocupamos, porque lá eles têm um sistema de ensinamento dos professores. Eles têm tipo uma qualificação direta dos professores, dos supervisores, dos diretores, das pessoas que compõem o corpo técnico da escola e gastam R\$ 10 milhões nesse investimento de qualificação. Vários temas que foram abordados de investimentos e nós deputados nos preocupamos: "mas será quanto que Sobral gasta do seu orçamento?" Porque é muita coisa que fazem. Na verdade, gastam - não sei se o Herbert já falou - 26%. Mas o que é que fazem? Têm um plano de Estado. As coisas funcionam. Aluno entra na escola, é avaliado. Aluno com 6 meses é avaliado. Aluno no final do ano é avaliado. Nós tivemos exemplo de uma escola lá, Herbert, que uma turma começava com 20 alunos com muita deficiência. Uns seis meses, caía para 10, chegava ao final do ano havia três. Mas aí há o acompanhamento da professora, o contraturno, os pais têm que participar. Chama o pai à escola. Então existe um plano para a educação dar certo.

Então nós temos realmente, aqui no Estado de Rondônia, que fazer essa avaliação. Nós já temos aqui um sistema desse acompanhamento de investimento nos professores, mas precisamos saber se está funcionando, se isso está funcionando.

A educação inclusiva, doutor, a qual nós já debatemos, fizemos Audiência Pública aqui, funciona. Então, a gente precisa realmente é que Sobral abra as portas para nós, a gente faça essa interação. Nem tudo que está lá serve para nós, mas nós podemos pegar como base. Então, eu quero que a educação, Deputado Lazinho, o senhor que é Presidente da Comissão, conte comigo, conte com este Deputado, porque eu também entendo que é pela educação que nós vamos conseguir melhorar o nosso município, o nosso Estado, o nosso País, e só assim, valorizando os professores, pagando o seu Piso salarial, porque aqui nós temos muitos professores que não ganham Piso salarial. Pagando Piso salarial, fazendo investimento no professor, dando qualificação, avaliando os nossos alunos é que nós vamos conseguir realmente ter uma educação de qualidade. Obrigado a todos e parabéns pela Audiência.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Muito obrigado, nobre Deputado. Passo imediatamente para o Deputado Jhony Paixão, eu aviso com um minuto, Deputado.

O SR. JHONY PAIXÃO – Deputado Lazinho, parabéns. Eu fiquei muito feliz em poder trabalhar ao seu lado e poder dividir experiências com Vossa Excelência. Parabéns mesmo. Uma pessoa com quem eu tenho aprendido muito dentro desta Casa de Leis. Deputado Adelino Follador, eu compactuo minhas ideias.

Deputado Adelino, parabéns, um titã na política. Deputado Alex Redano que estava agora a pouco, um parceiro; Deputado Chiquinho da Emater, eu tenho aprendido muito com Vossa Excelência também, é outra seara. E Deputado Cirone, parabéns Deputado Cirone por estar conosco aqui. Suamy, parabéns pelo trabalho que vem desempenhando; Herbert Lima, por ter aceitado o nosso convite, aceitado o convite do Deputado Lazinho de estar aqui conosco trazendo esse conhecimento para que nós possamos experimentar, mesmo que distante um pouco de Sobral. Alexandre Campos, Diretor, obrigado pela explanação e quero conhecer um pouco mais dessas ferramentas, dessa plataforma, é importante. Vilson Macedo, Márcio Félix; obrigado, Márcio Félix, temos uma parceria enorme, realiza um grande trabalho diante da Secretaria Municipal de Porto Velho. Cláudia de Jesus que estava agora a pouco, uma guerreira; nosso ex-governador Daniel Pereira, parabéns pela sua atuação e finalizo com a senhora Lionilda Simão, parabéns pela atividade. Deixei por último, Paulo Curi, porque temos assunto a tratar, umas ideias, gostei do seu jeito.

Tenho certeza que nós vamos ganhar muito com isso, a educação do Estado ganhará muito com o senhor à frente. Os prefeitos que aqui estavam, Vale do Paraíso, Charles; Ariquemes, Thiago Flores; Anari, Anildo; Theobroma, Abel.

Com todo respeito a todos os outros prefeitos que a gente sabe que têm agendas, mas, a verdade seja dita, "quem engorda o boi é o olho do dono". Então, parabéns por ter tirado esse tempo para estar aqui presente junto do seu Secretariado.

Isso é um exemplo, diz que a palavra convence e o exemplo arrasta. Então, esse aí é um exemplo, tirou, cancelou sua agenda e veio aqui, está prestigiando uma Audiência Pública maravilhosa, de grande importância. Cumprimento também a Edilaine, que é de Ji-Paraná, que ali está, a Rosângela Marum, que estava agora a pouco; Janete, de Ji-Paraná, em nome de vocês cumprimento todos os técnicos que por aqui estavam.

Confúcio Moura, eu não tenho que falar, é uma pessoa que tem investido muito na educação. Parabéns à equipe do Confúcio Moura, muito obrigado pela parceira que temos feito juntos.

E dizer senhores, antes de finalizar, meus últimos dois minutos, a legislação diz que nós temos que colocar 30%. Este ano eu coloquei 70% na Educação, e assim como os senhores, eu também acredito que é dessa forma que nós vamos mudar o destino do País, mudar o destino de uma pessoa, ainda mais eu, um rapaz de cor, classe média baixa, a qual eu sou um exemplo de superação e exemplo para muitos outros que ainda virão. Desenvolvimento em 20 anos, e foi muito prazeroso ver aqui a diminuição da evasão escolar, a valorização profissional, porque eu também já encarei uma sala de aula, como eu disse anteriormente, praticamente 50% da minha família está dentro de uma sala de aula, trabalhando com pessoas. Meritocracia, isso tanto para o professor quanto para o aluno. Tantos professores bons que são maravilhosos e, muitas vezes, a politicagem entra pelo meio e deixa essa estrela se apagar.

Esse foi um dos maiores exemplos que Sobral começou.

Eu tenho certeza absoluta que é um exemplo a ser seguido e o Estado de Rondônia vai copiar. A Escola de Formação Continuada e o 14º salário, realmente, nós temos que remunerar, gratificar e recompensar aqueles que têm se destacado dentro de uma sala de aula e isso, senhores, nós só vamos fazer juntos. E quanto à militarização, senhores, das escolas estaduais, a militarização é uma modalidade de ensino.

Jamais iremos militarizar ou sugerir que militarize todas as escolas, jamais! Agora, nós que falamos sempre em democracia, queremos impor a nossa vontade em cima da

vontade dos outros, isso não pode acontecer. Em Ji-Paraná, nós estivemos dentro de uma escola que foi recentemente militarizada, uma escola com 1.100 alunos, 2.500 pais. Se 2.500 pais dentro de uma quadra, não representa a vontade popular, eu não sei o que representa! Eu não sei o que representa. 2.500 pais para 1.100 alunos, isso é vontade popular. E assim como a EFA desempenha um excelente trabalho, nós temos a escola de ensino integral, nós temos escola de ensino regular, nós temos o IFRO, nós só queremos dar modalidade de ensino.

Esse município que aqui está hoje, que é Sobral, o próprio Estado, que é Ceará, o Governador abriu uma modalidade de ensino que é a Escola Cívico-Militar, correto? Isso é o que senhores? É dar oportunidade a todos aqueles que querem.

Aqueles que querem ir para a EFA, vá para a EFA.

Aquele que quer ir para o Colégio Militar, vá para o Colégio Militar.

Aquele que é ensino regular, ensino regular. Nós não podemos impor a nossa vontade em cima de outras pessoas.

E, para finalizar, senhores, todo esse projeto maravilhoso que aqui aconteceu hoje se resume a uma coisa: amor ao próximo, preocupação com o cidadão desde o seu nascimento.

E amor ao próximo é respeitar a opinião e a vontade alheia também. Meu muito obrigado. Tenham uma abençoada tarde.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Muito obrigado deputado. E a democracia é isso. Com a palavra o Deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Boa noite a todos. Boa noite a toda a Mesa. Deputado Lazinho, parabenizar. Quando nós estivemos lá em Sobral, a gente estava conversando a importância de trazer, ao invés de levar todo mundo lá para Sobral, trazer o Secretário aqui, trazer o Alexandre para fazer uma exposição tão bonita e também trazer todas as experiências.

Então, eu queria agradecer, parabenizar o trabalho que vem fazendo, Secretário, lá em Sobral, também o Alexandre por trazer esse... E parabenizar o Deputado Lazinho. Para mim é um prazer ser seu parceiro na Comissão de Educação, na Comissão de Agricultura, em várias Comissões e são pessoas que nós nunca fugimos da raia para poder discutir os assuntos importantes.

Querida aqui também cumprimentar ao ex-governador Daniel Pereira, parabenizar pelo trabalho que vem fazendo. A Presidente do Sinter, em seu nome cumprimentar todos aqui. Nós temos aqui o Germano, tem a Matilde, tem a Márcia lá de Ariquemes, para nós cumprimentarmos. Tem aqui a Secretária de Educação de Ariquemes, a Nilda representando a CREA de Ariquemes. Também o Secretário de Educação Cláudio, representando os prefeitos.

Conversei agora com o Secretário de Educação, parece que vai dar certo o "Ir e Vir", a parceria. Acho que esse transporte escolar é um dos grandes gargalos de todas as Prefeituras do Estado de Rondônia. O ano passado nós discutimos numa Audiência Pública com todos os Secretários municipais de Educação, discutimos com a sociedade, discutimos com todos os setores, Tribunal de Contas, Ministério Público, todo mundo, e esse projeto hoje, "Ir e Vir" produzido, Professor Márcio, lá na SEDUC também junto com a SUPEL, com todos os órgãos investidos. E eu queria então dizer, Secretário, que eu gostei muito do seu posicionamento, tem que comprar essa briga. O ex-governador Daniel que sancionou esse projeto, foi uma briga muito grande, nós fomos o relator desse projeto. Então dizer

que para nós vai ser uma alegria poder colocar em prática a partir de janeiro, que, inclusive, o Tribunal de Contas exige isso em função desse convênio que está sempre sendo feito irregularmente.

Na realidade hoje, os órgãos fiscalizadores fazem vistas grossas porque não tem como aplicar a lei de fato, que existem hoje que são os convênios. Começa a transportar em fevereiro e assina os convênios em novembro, dezembro ou julho e é uma coisa que não tem condições. Então, eu quero dizer aqui que a importância desse projeto dar certo é decisão política, primeiro. Política, de prefeito, vereadores e depois é a categoria. O envolvimento da categoria. Se os professores não abraçarem essa causa, não saírem convencidos daqui ou forem convencidos lá no município, nada vai dar certo. Então, nós precisamos dialogar bastante. Eu tenho certeza que aqui foi lançada uma semente que eu tenho certeza que vai dar frutos. E o Estado tem que ser parceiro dos municípios, porque essa demanda, o estudante começa lá no ensino básico, começa e lá no ensino superior, no ensino médio que o Estado depois assume, ele vai receber uma clientela muito mais preparada se for feito o dever de casa, se for feito um bom trabalho lá na base. Então nós precisamos que o Estado também seja parceiro dos municípios para que lá no futuro ele também receba uma demanda melhor.

Então eu queria deixar aqui, também nós temos representantes de todos os Secretários municipais, a UNDIME, eu estive lá na eleição, parabenizar pela eleição. Cumprimentar todos os colegas, Deputado Chiquinho, Deputado Cirone, Deputado Jhony Paixão, Deputado Lazinho e dizer que nós estamos aqui hoje, mas os 24 deputados eu tenho certeza que estão engajados nesse projeto para tentar dar certo. Mediar e fazer aquilo que tiver no nosso alcance. O envolvimento do Tribunal de Contas é muito importante, porque o diálogo dos Prefeitos com o Tribunal de Contas, as palestras, os encontros técnicos que têm lá no Tribunal de Contas, podem ajudar muito para poder ter sucesso esse projeto. Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Muito obrigado, Deputado. Nós vamos passar já para as considerações finais dos palestrantes, mas eu só gostaria de também fazer assim alguma consideração. Voltando a repetir que nós, de forma nenhuma, queremos desmerecer a história construída até agora. De forma nenhuma. Esta Casa não tem, e nós, e este Deputado, esta Comissão de Educação, que é em nome dela que nós estamos fazendo este ato, de forma nenhuma quer perder de vista tudo o que nós já conquistamos. Isso é importante. Com defeitos, com problemas, com erros e com acertos.

Agora, algumas coisas precisam ser feitas para que o diferente apareça e venha a ter o diferente. E eu quero primeiro dizer que nós precisamos admitir e querer mudar. Nós precisamos admitir que nós precisamos melhorar e que nós temos que melhorar. Toda a sociedade. Não são os professores, não é o Prefeito, não é o Ministério Público, somos todos nós.

Porque se a gente não admitir, não tiver a humildade de que a gente pode e tem muito a melhorar, nós não vamos melhorar nunca. Vai indo, vai indo, vai indo: Ah, nós estamos melhorando um ponto, meio ponto, 0,25; Não. Tem um planejamento, para, em tal ano, a gente chegar pelo menos a sonhar com a meta.

Eu tenho um sonho enquanto deputado, e esta Comissão já tem discutido. Se um município, um município, dos 52, aderir e chegar em 10 anos próximo da meta, nós já estaremos com

nossa missão cumprida; um. Eu tenho certeza de que muito mais pode.

Outra coisa é buscar parcerias. Sozinho a gente não consegue. É outra humildade que precisamos ter. Porque às vezes a gente acha que sabe tudo e não precisa de mais ninguém. Nós precisamos de muito mais. Então a gente tem que buscar essas parcerias.

Por último, para não delongar, nós precisamos desenvolver na educação uma sociedade do Estado de Rondônia. Nós precisamos, já foi falado, que a família conheça o que é a escola; que os pais saibam o que é a escola; que o Ministério Público saia do ar condicionado e vá conhecer as escolas. Porque notificar, cobrar, bater, judicializar as ações do Executivo ou dos políticos, também, só, não serve. Precisa conhecer a realidade. Precisa conhecer para poder se posicionar em favor de um projeto maior. Que a categoria possa entender certas mudanças que têm de ser feitas.

Eu sei que o novo não é fácil, a gente conseguir fazer isso. Que os políticos realmente entendam, e aí eu quero aqui parabenizar os 3 Prefeitos que passaram por aqui. E dizer que é uma pena, em 52 municípios do Estado, somente 3 Prefeitos.

Porque ano que vem é ano de eleição. Ano que vem é ano de eleição. Na minha visão, não tem agenda que supere a agenda da Educação para os nossos filhos e para o nosso Estado. Não tem. Porque anunciado, mobilizado há mais de mês, foi. Então, não existe desculpa, a não ser a doença e a morte, para não participar de uma atividade que possa fazer mudança e mudanças profundas no nosso Estado.

Então deixo aqui essa mensagem. Peço ao Secretário Herbert Lima que possa nos desculpar, e responder o que der para responder. Eu sei que vocês também queriam ouvir muito mais, não é? Mas o nosso tempo também é todo limitado e coisas novas apareceram aqui. Muita gente às vezes não sabia de algumas ações, de alguns municípios, que estão fazendo já.

E os Secretários que estão aqui, que o seu Prefeito não veio, tente passar para ele. Tente dizer para ele que tem coisa diferente. Tem algo diferente para ser apresentado. Porque a sociedade está enjoada, está cansada da mesmice.

Os nossos pais têm que entender que não é a escola que educa; que a educação vem de casa. E que transformar e jogar para o professor a educação que ele teria que dar em casa, é errado. Então, é em cima disso que a gente tem que trabalhar. Com muito respeito ao pensamento de cada um e às ideias de cada um, tá?

Agradeço a todos e passo então a palavra para... Alexandre, primeiro? Então Alexandre e depois para o Herbert fazer as considerações finais e responder àquilo que possa contribuir ainda.

O SR. ALEXANDRE CAMPOS SILVA – Obrigado. É um grande prazer poder participar. Eu vou falar menos. Eu vou falar 3 minutos.

É um grande prazer poder participar deste debate, deste momento importante do Estado e eu queria finalizar compartilhando com vocês, que a melhor parte o melhor momento do meu trabalho é a visita nas escolas, então eu viajo por este País todo visitando escolas. E aqueles municípios, eu compartilhei com vocês experiência de seis municípios, eu acho que, neste final de ano, a gente vai chegar a vinte e poucos municípios, que tiveram a vontade, a ideia de perceber que incluir essas crianças no mundo digital, incluir os professores faz parte de um momento de sociedade importante.

E o melhor momento de eu ir às escolas e ver as professoras, as diretoras nas escolas compartilhando comigo

que houve redução de indisciplina em sala de aula, redução de evasão escolar e a alegria das crianças em voltar e ir para a escola.

Então, planejar projetos de tecnologia faz parte para você levar esses resultados lá para ponta para essas crianças, isso é valorizado pelos pais, isso é valorizado por todos. Agora, comprar equipamentos e mandar para a escola só, não resolve.

O Brasil já aprendeu isso há vinte anos. Então, você tem que fazer um projeto muito bem planejado de formação de professor, com aquisição de equipamentos, rede Wi-Fi nas escolas. Não adianta o Brasil, nos últimos dez, doze anos ter distribuído tablet a rodo por este País. E o que eu vou, eu chego, eu viajo de Norte a Sul neste País. Vocês podem ver que eu vim de São Paulo para cá visitar vocês, e é triste você vê a quantidade de tablet trancado em salas de aula, sem uso porque não foi feito um planejamento de projeto adequado.

Então, o que eu peço para vocês é, para aqueles professores que se interessaram e para os diretores coordenadores: apoiem seu Secretário de Educação e seu Prefeito e digam para eles que vocês acham que essa causa é importante. O momento é propício. É um momento que a nova base nacional curricular comum está aí. É um momento propício à mudança e uma das competências da BNCC é tecnologia. E tecnologia tem trazido uma simplificação de gestão para as redes de ensino que usam tecnologia, e não só a melhoria de ensino-aprendizagem na relação professor e aluno em sala de aula. Tem ajudado bastante em educação inclusiva que é um dos temas que alguns dos deputados levantaram aqui hoje.

Então, os resultados são incríveis, de inclusão, com essas crianças que têm dificuldade, e potencializado professores brilhantes que eu encontro, que eu aprendo em cada viagem, em cada visita às escolas, que estão fazendo coisas sensacionais em todas as disciplinas.

Então, meu muito obrigado e espero que vocês possam se inspirar cada vez mais em Sobral, porque é um grande exemplo para o Brasil. É isso aí. Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Muito obrigado Alexandre. Agradeço imensamente em nome da Assembleia Legislativa, em nome da Comissão de Educação a sua presença aqui conosco. Com certeza você será procurado pelos nossos profissionais, pelo pessoal que ouviu e viu. Obrigado imensamente a sua presença.

Passo, então, para o Secretário Herbert.

O SR. HERBERT LIMA VASCONCELOS – Bem, eu tentei sistematizar aqui algumas perguntas, mas, antes, eu fui orientado aqui pelo Cerimonial desta Sessão para prestar um esclarecimento a vocês. O convite previa a minha presença juntamente com a presença do Prefeito de Sobral, mas infelizmente o Prefeito não pôde estar presente. Semana passada, nós recebemos um convite do Banco Mundial, em Washington, para apresentar a experiência de Sobral para os Diretores do Banco Mundial nos Estados Unidos, e o Prefeito acabou indo para essa reunião e eu vim para cá. Então, por conta disso, eu queria, a pedido do Cerimonial, pedir desculpas pela ausência...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Só Washington, não é?

O SR. HERBERT LIMA VASCONCELOS – Bom, eu vou tentar passar bem rápido aqui, eu sei que está todo mundo um pouco cansado, eu fui anotando aqui as perguntas. Primeira pergunta

foi a do Dr. Paulo, na fala dele sobre a questão da aplicação dos percentuais, não é? Basicamente, boa parte dos municípios do Norte, Nordeste, Centro-Oeste, em termos de repasse de recursos para a Educação, tem talvez três fontes de destaques.

Primeira fonte é o FUNDEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento e Valorização do Magistério. O que a Constituição prevê é que nós obrigatoriamente temos que aplicar no mínimo 60% desse recurso na folha do magistério e os outros 40% destinados para a manutenção da Educação. Muitos municípios, muitos municípios não conseguem nem com 100% cobrir a sua folha. Ou seja, há um desequilíbrio de valor de salário, muitas vezes é a portaria de matrícula de aluno por professor ou a contratação de profissionais por unidade escolar.

Nós fazemos uma aplicação de 61,5%, ou seja, nós aplicamos 1.5% a mais, porque a gente sabe que pode glosar um valor percentual, então, existe uma margem aí de segurança e os outros 38.5%, nós adquirimos material didático para a educação infantil, nós investimos no kit escolar, mochila, fardamento alguma, parte desses recursos vem do quarenta a outra parte a gente complementa. Com relação aos 25%, que é o percentual mínimo obrigatório do Tesouro Municipal, ou seja, todos os Prefeitos, todos os municípios precisam, de todo o valor arrecadado do município, aplicar 25% na Educação, 15% na Saúde. No nosso caso, a gente aplica anualmente cerca de 26%, no máximo 27%, não é? Enquanto alguns Prefeitos fazem um esforço imenso de investir 30%, 35%, o que é ótimo porque a Educação não é gasto, é investimento, como foi dito aqui. Mas se a gente fizer uma análise mais técnica, muitas vezes não há eficiência no emprego desse recurso.

Qual aprendizado que a gente pode tirar, pelo menos da nossa experiência um pouco com relação a esses percentuais: é que apesar de a gente ter um equilíbrio nas contas e nos percentuais, na nossa concepção, a gente consegue aplicar esses percentuais com uma certa eficiência, não é? Eu vou dar um exemplo. Nós não temos, na rede municipal de Sobral, cargos temporários por meio de contratos. Nós extinguimos isso. Então, auxiliar de serviços gerais, porteira, porteiro, merendeira, auxiliar de secretaria, todos são carteira assinada, são celetistas.

Agora, nós tínhamos um quadro com mais de 2, 3 mil funcionários. Hoje nós temos 1300. Então, a gente consegue assinar a carteira de trabalho, licitar uma empresa terceirizada, eles têm crachá, têm fardamento, recebem décimo terceiro, recebem um vale alimentação. Mas, para isso, a gente teve que equacionar, porque nós tínhamos um número muito grande de contratos temporários na área administrativa. Professor: nós temos concurso público ou contrato temporário do magistério, que a lei permite. Nesse caso, esse contrato temporário não é simplesmente a partir de uma escolha que pode ser feita na escola pela Secretaria. Nós seguimos o mesmo rito de um concurso público. Então, Edital Público, prova escrita, prova didática, e aí a gente compõe um banco de candidatos aprovados. E isso foi a partir de fiscalizações de auditorias da CGU, do próprio Tribunal de Contas do Estado, etc. que a gente foi tirando diretrizes de orientação para ir regularizando essa situação. Mas os percentuais são esses, ou seja, se eu consigo equacionar em cima do recurso que eu tenho, acontece o que aconteceu no final do ano passado. Final do ano passado nós tínhamos o valor estabelecido na última parcela do FUNDEB para pagar a folha e o décimo terceiro dos funcionários. O que foi que o Governo Federal fez? Repassou um valor de R\$ 2,6 milhões a mais. Então, a gente chegou no dia 25 de dezembro com o valor de FUNDEB para pagar a folha, mais um saldo de R\$ 2,6 milhões. Nós mandamos uma lei para Câmara Municipal, que aprovou um rateio e nós, no dia 5 de janeiro, pagamos o

décimo terceiro e o décimo quarto a todos os professores.

Então, assim, você tem que ter um equilíbrio técnico, porque pode acontecer da possibilidade de você empregar recursos dessa natureza.

Com relação à educação, com relação à educação inclusiva, assim, as unidades escolares têm as salas de recursos multifuncional, têm o atendimento educacional especializado, os professores do AE fazem a formação continuada na Escola de Formação e eu acho que o diferencial, que talvez possa ser uma contribuição frente ao trabalho que está sendo feito aqui, nós criamos uma Lei Municipal que criou a figura do auxiliar de serviços educacionais. Que figura é essa? É um profissional que pode ter nível médio, nível fundamental, profissional técnico, que auxilia o professor no atendimento educacional especializado. Então, as crianças muitas vezes precisam de um profissional para o banho, para alimentação, para limpeza, que é tradicionalmente chamada de cuidador, mas que muitas vezes tem uma certa precariedade e isso acaba comprometendo um pouco a qualidade.

Bom, o Prefeito Charles, na sua fala também fez algumas perguntas. Foi sobre recursos, não é? Como é que são os recursos município e etc. Bom, basicamente é FUNDEB, Tesouro Municipal. Aí nós temos recursos de transferência direta do Governo Federal, como é o caso do PNATE - Programa Nacional de Transporte Escolar, do PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar e convênios e repasses entre Estado e município. Como eu falei, no Estado do Ceará há uma divisão muito clara da oferta de ensino. Então Educação Infantil, Ensino Fundamental 1 e 2 e atribuição das 184 Prefeituras, e o Governo Estadual a competência é atender o primeiro, o segundo e o terceiro ano do Ensino Médio. Não há sobreposição. Só que o Governo do Estado do Ceará, há 12 anos, inspirado na política educacional de Sobral, criou o PAIC, que é o Programa de Alfabetização na Idade Certa, que hoje é chamado de Programa de Aprendizagem na Idade Certa, que inspirou o PNAIC, que era o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa, que foi criado pelo Governo Federal e na mudança de uma gestão para outra houve uma descontinuidade. Então esse programa garante a produção de material didático, a transferência por meio de bolsa, a capacitação e há premiações, inclusive em dinheiro, das escolas do SPAECE. E o que é o SPAECE? É o Sistema Estadual que monitora e acompanha todos os alunos de todos os municípios, também inspirado no modelo de Sobral. Então, o Estado do Ceará se inspirou na experiência de um dos seus municípios e tem, mas basicamente os recursos são os mesmos que vocês têm aqui.

Um ponto muito falado, acredito que por alguns deputados, prefeitos, gestores, etc. é a questão do transporte escolar. O transporte escolar é um imenso desafio para o Brasil inteiro. Nós somos um País continental, nós temos uma série de dificuldades geográficas, físicas, etc. Eu considero que a gente tem tomado algumas medidas e alguns avanços nesse sentido. Então, por exemplo, a primeira medida que nós fizemos foi georreferenciar todas as rotas do transporte escolar. Isso não cabe a técnicos da Secretaria, nem as gestores na área pedagógica. Nós contratamos empresa com GPS, com técnicos, georreferenciamos, identificamos sobreposições de rotas, identificamos quilometragem inadequadas, foi à luz de fiscalizações do Tribunal de Contas do Estado, da Controladoria Geral da União que fez com que a gente começasse a tomar medidas no sentido de otimizar e ter um ganho com relação a

isso. Fizemos aquisição de ônibus patrimoniais também, é outra saída interessante, equilibrar a questão dos ônibus terceirizados com ônibus patrimoniais. Implementamos uma política de acompanhamento com relação ao investimento de combustível, que infelizmente a gente sabe que têm, muitas vezes, pessoas má intencionadas. Nesse sentido, a gente implantou cartão eletrônico. Todos, todos motoristas foram terceirizados com carteira assinada, curso de direção defensiva, crachá, fardamento. Então, a gente começou a tomar algumas medidas também de valorização dos profissionais da área administrativa.

A outra pergunta que foi feita pelo Deputado Chiquinho, sobre o Município de Brejo Santo. Na verdade, o Município de Brejo Santo, Sobral, Campos Sales, Granja, são municípios, Jardins, com alto índice de aprovação de alunos que concluem o ensino fundamental, ingressam no ensino médio na rede pública estadual de educação do Ceará. Essas redes, em geral, são redes de ensino técnico profissional. Então, o aluno é tempo integral, faz o ensino médio e junto da escola, esse exemplo que vocês viram no último vídeo, ele faz informática, faz administração de empresa, faz produção eletromecânica, etc. E a gente tem elevados indicadores de aprovação em duas escolas que ele citou aqui, que é o ITA, o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, que fica em São José dos Campos, é um vestibular, é uma universidade militar e o IME, que é um Instituto Militar de Engenharia, que fica na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Hoje o Estado do Ceará tem a maior quantidade de estudantes aprovados nessas duas escolas, nessas duas escolas de ensino superior militares.

Bom, e para encerrar, assim, me preocupa um pouco a gente volta a falar sobre isso, estar colocando a nossa atenção em pautas que são pautas de fronteira para educação. Então, falar em métodos de aprendizagem, falar em método ideológico, falar em ideologia, falar em tipos de escolas X ou Y sem citar aqui cívico-militar ou militar, não deve ser nunca o foco prioritário da nossa atenção, das nossas energias com relação à qualidade da educação. O que a gente tem que pensar mesmo é o básico, é o óbvio: garantir uma estrutura de formação continuada de professor. O município tem que ter uma política, pode ser feita pela Secretaria, pode ser feita por uma escola de formação de professores, pode ser feita por uma consultoria em parceria com a universidade, mas têm que ter uma política.

E essa política tem que ser ano a ano, com material didático estruturado, com tempo de planejamento para o professor, com recurso para ele utilizar em sala de aula, independente do modelo, se o método fônico, se o Vigotski, se é o Paulo Freire, se é escola regular, se é a cívico-militar, nós estamos sendo induzidos a tirar a nossa atenção do que é prioritário. Não adianta a gente ficar discutindo coisas que não existem. Ideologia de gênero, não existe nenhum documento, nosso foco precisa ser outro. O nosso foco precisa ser uma política, por exemplo, que garanta princípios meritocráticos na gestão escolar. Nós queremos que o Prefeito e o Secretário tenham instrumento para cobrar e exigir qualidade da gestão.

Então, ele tem que ter o quadro técnico, ele tem que ter gestores que passam por processo seletivo, que fazem formação continuada, que tem metas, isso incomoda as pessoas. Ora, se eu sou indicado, estou recebendo o meu cargo comissionado, nunca fiz seleção, sou um apoiador do Prefeito na campanha de reeleição, de eleição dele, ele não vai mexer comigo. Isso é danoso para a estrutura, para a gestão escolar.

E aí eu digo assim com muita tranquilidade, não é retórica não, eu faço um desafio para os Prefeitos: banquem esse desgaste na sua cidade, façam seleção, escolham bons técnicos, bons quadros, fortaleça; sabe por quê? Você vai ser admirado por aqueles que eram seus opositores. Você passa a ter legitimidade da escolha e isso acaba se tornando um processo cultural. Em Sobral, quem defende a gestão não são os vereadores, não são os Secretários que compõem a gestão; são os professores. Há 23 anos, há 23 anos nós não temos uma greve na rede pública municipal de educação de Sobral, sabe por quê? Eu me reúno semanalmente com o Presidente do Sindicato. Ele senta na minha mesa. Sabe como é a nossa reunião? Ela se resume assim: eu pego a minha senha, imprimo todos os extratos da conta do Banco do Brasil, do FUNDEB, do Tesouro do PNAE, do PNATE, do Brasil Carinhoso, da Alimentação Escolar e entrego os extratos na mão dele, antes de começar a reunião. O dinheiro é de vocês, é dos professores.

Agora, quer aumento, quer é melhoria? Nós temos que fazer em cima da realidade, é dos recursos que a gente tem.

Então a gente precisa de técnica, precisa de planejamento, precisa de estrutura. Se a gente priorizar o que deve ser prioridade, com certeza, a gente vai dar passos importantes para, aos poucos, melhorar cada vez mais a qualidade da educação do nosso município, do nosso Estado, do nosso País.

Muitíssimo obrigado, foi uma grande honra e alegria estar aqui.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Eu é que tenho, nós é que agradecemos, queremos agradecer a você. Agradecer a todos que ficaram até agora, a todas também. Parabenizar a vocês, agradecer ao Herbert; agradecer ao Prefeito Ivo por disponibilizar. Dizer a vocês que o que ele disse por último, de que o prefeito tem que ter coragem de fazer, o que mais se questiona hoje no Brasil é a corrupção, não é isso? Então, pronto! Todas as atitudes tomadas lá foram transparentes e longe da corrupção. Não é possível que a sociedade vá ser contra, certo? Portanto muito obrigado a vocês. Tem ainda, aos deputados aqui um brinde para a gente entregar para os... Calma!

O SR. ADELINO FOLLADOR - Deputado Lazinho, só uma sugestão. Eu pedi para a assessoria aqui fazer um, colocar num pen drive ou para preparar para aqueles que, os Prefeitos não vieram, o Secretário de Educação que quiserem depois passar para vocês que quiserem procurem o Deputado Lazinho, procura a gente, que a gente pode dar.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Vou encaminhar o seu pedido para Comissão de Finanças. Não, mas eu não posso marcar uma Audiência Pública da Comissão de Finanças, Finanças e Orçamento, que é específica. Aí, nós vamos passar para eles e aí eles vão tomar parte disso, está bom? Nós vamos passar lá.

Então, eu quero agradecer a vocês. Nós vamos passar aqui um brinde, os deputados vão passar um brinde para os expositores. Agradeço a presença de todos.

Invocando a proteção de Deus, agradecendo a cada um e a cada uma, que Deus possa abençoar na volta, declaramos encerrada mais esta Audiência Pública.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 18 horas e 30 minutos).

**ATA DA 27ª AUDIÊNCIA PÚBLICA
PARA DEBATER A PROPOSTA
DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
PEC 045/19 JUNTAMENTE
COM A COMISSÃO ESPECIAL
DA CÂMARA FEDERAL**
(Em 24 de outubro de 2019)

(Às 15 horas e trinta e seis minutos é aberta a sessão)

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores, jovens estudantes, acadêmicos, os nossos telespectadores que nos acompanham a partir de agora pela nossa página da Assembleia Legislativa no facebook e no you tube, os nossos cumprimentos a todos.

Neste momento daremos início a Audiência Pública conjunta de propositura do Deputado Estadual Ezequiel Neiva, com o objetivo de debater a Proposta de Emenda à Constituição – PEC 045/19, juntamente com a Comissão Especial da Câmara Federal destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 45/19 do Deputado Federal Baleia Rossi e outros, que “Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências”. Reforma Tributária atendendo Requerimento nº 44/19 do Deputado Federal Léo Moraes.

Registramos que este é o 9º Encontro de uma série de Seminários, que esta Comissão Especial da Câmara Federal realiza nas Unidades da Federação. Já foram contemplados os Estados da Bahia, Goiás, São Paulo, Maranhão, Espírito Santo, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Pará.

Assim sendo, convidamos as nossas autoridades para que, por gentileza, componham à Mesa de Honra.

Convidamos Excelentíssimo Senhor Deputado Ezequiel Neiva, Membro da Comissão de Finanças, Economia, Tributação, Orçamento e Organização Administrativa da Assembleia, proponente desta Audiência Pública. Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Sidney Leite, 1º Vice-Presidente da Comissão Especial Reforma Tributária. Convidamos Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Léo Moraes, Membro da Comissão Especial da Reforma Tributária; Excelentíssima Senhora Deputada Federal Mariana Carvalho; Excelentíssimo Senhor Desembargador Walter Waltenberg, Presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia; Excelentíssimo Senhor Conselheiro Benedito Alves, Presidente da 1ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia; Excelentíssimo Senhor Luiz Fernando Pereira da Silva, Secretário de Finanças do Estado de Rondônia; Doutor Breno de Paula, representando a OAB - Seccional Rondônia; Senhor Marcelo Thomé, Presidente da FIERO; Senhor Raniery Coelho, Presidente da FECOMÉRCIO; Senhor Hélio Dias de Souza, Presidente da FAPERON; Senhor Germano Soares, Ex-Presidente da FEBRAFISCO.

Neste momento, Sua Excelência o Deputado Estadual Ezequiel Neiva, procederá à abertura desta Solenidade.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública Conjunta, com o objetivo de debater sobre a Proposta de Emenda à Constituição – PEC 045/2019, que “Altera o Sistema Tributário Nacional”.

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) – Nós pedimos, por gentileza, àqueles que puderem, para que neste momento se coloquem de pé e junto cantaremos o Hino Nacional (Letra de Joaquim Osório Duque Estrada e Música de Francisco Manoel da Silva).

(Momento da Execução do Hino Nacional)

Antes de tomar assento, nós queremos pedir aos jovens estudantes que estão mais distantes, para que ocupem as poltronas mais à frente. Vocês podem fazer isso, por gentileza? Quanto mais próximos nós estivermos de vocês, com mais ênfase nós poderemos partilhar o conhecimento. Nós queremos que todos estejam, por gentileza, mais próximos. As pessoas que estão lá atrás, sentem-se aqui à frente, por gentileza.

Podem tomar assento aqui nas primeiras fileiras. É um pedido do nosso proponente, Deputado Ezequiel. Pediu para que nós estivéssemos mais próximos para esse debate tão importante e nós temos muitos espaços vagos aqui à frente.

Nós queremos convidar o senhor Francisco Hidalgo Farina, Presidente da FACER, para que também componha esta Mesa de Autoridades. Senhor Hidalgo, seja muito bem-vindo.

Com a palavra, Excelentíssimo Senhor Ezequiel Neiva, proponente desta Audiência Pública conjunta.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) – Boa tarde a todos. Nós queremos, de antemão, agradecer a presença de todos que vieram nos honrar com a presença nesta Audiência Pública; estarmos cumprimentando a todos vocês; saudar aqui o Deputado Léo Moraes; Deputado Sidney, que vieram de longe para estar conosco nesta tarde. Os nossos Secretários, Desembargador Walter, em nome do qual eu cumprimento também a nossa Deputada Mariana, que nos prestigia neste momento tão importante, uma discussão importantíssima, que é sobre a nossa reforma tributária, que está em discussão agora no País. Depois da nossa reforma da previdência, temos agora esta tão importante reforma que o País espera. E nós, aqui em Rondônia, não somos diferentes dos demais Estados da Federação, precisamos urgentemente de debater e temos a honra de termos aqui hoje três deputados do nosso Congresso, da nossa Câmara Federal, para estar trazendo algumas ideias e alguns palestrantes que aqui vieram nesta tarde para conosco participar desta Audiência Pública. Então, de antemão, agradeço a presença de todas as nossas autoridades.

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) – Nós queremos, neste momento, registrar e agradecer a presença do Senhor Gilberto Baptista, Superintendente da Federação das Indústrias de Rondônia. Senhor Gilberto, seja muito bem-vindo. Hilton Gomes Pereira, Diretor Regional do SENAC, as nossas boas-vindas. Cumprimentamos Osmar Santana Lima, Diretor da Fecomércio. Os nossos cumprimentos ao Senhor Hélio Natori, Diretor da Fecomércio. Saudamos, com grande alegria, ao Excelentíssimo Senhor Lucas Follador, Vice-Prefeito do Município de Ariquemes. Claudirene da Fonseca, Auditora Tributária do Município de Pimenta Bueno.

Todos os senhores auditores fiscais, a nossa reverência e saudação. Senhor Ananias Frota, Presidente do SindHotel, também nos honra com a presença. Todos os colaboradores do SENAC, muito obrigado por terem vindo. Aos colaboradores do SESC, nosso muito obrigado por terem vindo conosco. Nós queremos agradecer de coração. Senhor Augusto Pelúcio, Presidente do Sindicato dos estabelecimentos particulares de ensino, SINEP, nós saudamos com grande alegria. Também conosco, nesta oportunidade, o Coronel Bombeiro Militar Elói de Souza, que representa, nesta oportunidade, o Comando Geral do Corpo de Bombeiros. Muito obrigado pela presença. Adilza Maria, Diretora-Geral da Casa Família Rosetta, as nossas saudações. Senhor Rafael Figueiredo, Secretário de Planejamento da Assembleia Legislativa de Rondônia, muito

obrigado. Senhor Jailson Viana, Secretário Adjunto Estadual do Planejamento, Orçamento e Gestão, também nos honra com a presença. Senhora Joana das Neves, Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Velho, a CDL, as nossas boas-vindas. Senhor João Daniel Almeida, Diretor da Divisão de Programas Sociais do SESC, nossos cumprimentos. Senhor Álvaro Henrique de Lima, Diretor Administrativo e Financeiro do SESC. Renato de Moraes Ramalho, que representa a Secretaria de Estado de Assistência Social. Muito obrigado pela presença. Senhor José de Arimatéia, nosso Vice-Presidente da EMATER, também nos honra com a sua presença.

Nós queremos cumprimentar de modo muito especial a todos as Instituições de Ensino do Estado de Rondônia e aquelas que trouxeram seus representantes: Católica, FARO, FINCA, UNIR, UNIRON, todos os nossos jovens prodígios, nossos estudantes, nossos acadêmicos, muito obrigado pela presença de todos os senhores. Senhor Francisco Holanda, Presidente do Instituto e Ação Empresarial do Estado de Rondônia. Jesil Silva, Coordenador Executivo Tributário do Estado de Rondônia, nós queremos cumprimentá-lo com grande alegria. Senhor Alexandre Porto, que representa a UNIRON nesta oportunidade.

Com a palavra o Deputado Estadual Ezequiel Neiva, proponente desta Audiência Pública.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) – Nós queremos chamar o senhor Germano Soares, Presidente da Febrafisco, para fazer uso da palavra. Um tempo bem, três minutos.

O SR. GERMANO SOARES – Boa tarde a todos. Inicialmente eu gostaria de agradecer a Deus pela oportunidade de estar aqui reunido com vocês e poder debater um assunto tão importante para Nação brasileira, que é a reforma tributária.

Ao cumprimentar o Deputado Federal Léo Moraes, eu gostaria de cumprimentar a todos os membros da Mesa e cumprimentar também a todos os presentes e aos servidores da Casa.

Falar sobre a reforma tributária para nós que militamos nesta área, e eu sou um servidor fiscal do Estado de Rondônia há 17 anos, isso faz parte do nosso dia a dia, mas faz parte também do dia a dia da população. Muitas vezes, um cidadão médio não compreende bem quando a gente fala sobre direitos tributários, sobre reforma tributária, o que vai acontecer. Ele só consegue entender literalmente o que ocorre no seu dia a dia e no seu bolso. E o que ocorre é que aqueles que ganham menos são os que mais pagam tributos no nosso País. Quem ganha até dois mil reais, para vocês terem uma ideia, paga cerca de mil e cinquenta e oito reais de tributos. Então, quem ganha menos, paga mais. A reforma tributária é urgente e nós já estamos debatendo esse assunto já alguns anos e o momento realmente é muito oportuno. As forças políticas entenderam e entendem que é um projeto apartidário e que precisa ser realizado com coerência, com sensatez, mas com urgência, o País não pode esperar mais.

Nós estamos com um modelo que é da década de 60 e já se mostrou totalmente ultrapassado. Nós temos as indústrias, os comércios, aqueles que têm atividades em vários Estados do País, os empresários têm que manter bancas contratadas, não para cumprir todos os requisitos que a legislação exige, mas para falhar menos, porque eles sabem que vão falhar.

Porque é um emaranhado de legislação tão grande, cada Estado uma legislação diferente, cada Prefeitura uma legislação diferente e literalmente eles mantêm pessoas trabalhando, gastando tempo e recursos financeiros para cuidar dessa questão. Isso precisa ser simplificado, isso precisa ser simplificado.

Nós temos a confiança que o que está acontecendo hoje no Brasil, essa consciência da necessidade da reforma, ela realmente vai ocorrer, nós acreditamos que ela vai ocorrer.

Apesar de o modelo ser ultrapassado, eu não posso deixar de registrar que o Estado de Rondônia é protagonista em várias ações para mudar a relação entre o contribuinte e o Fisco. Eu gostaria que o Governador estivesse aqui para ouvir isso que hoje eu tenho a dizer, e ele é um dos responsáveis por isso ao fazer a escolha, e aí eu falo com muita tranquilidade, porque o atual Secretário de Finanças é meu contemporâneo de concurso, meu colega, meu amigo, uma escolha de um servidor de carreira para cuidar da máquina tributária do Estado e várias ações foram implementadas, mas muito mais poderá ser feito com a reforma tributária.

Quero também, apenas para encerrar, registrar que essa nova máquina tributária, certamente precisará de servidores com a situação e uma condição diferente para atuar. Hoje nós temos, como se poderia dizer, um carro popular para trabalhar e com as alterações que certamente virão, nós teremos um carro de última linha. E precisamos fazer alterações para que esses operadores da máquina tributária, que somos nós, aqui em Rondônia: auditores, técnicos tributários e auxiliares de serviços fiscais, que nós possamos trabalhar com mais eficiência. Já entregamos, via o nosso colega da Receita Federal, uma proposta de alteração no capítulo da Administração Tributária, e nós esperamos que os nossos representantes aqui de Rondônia: Deputado Léo Moraes, Deputada Mariana Carvalho e os demais possam nos apoiar nessas alterações que serão fundamentais para que façam com que as mudanças que vão ocorrer na Legislação Tributária, realmente possam ser implementadas. Que Deus abençoe a todos vocês.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) – Agradecemos a palavra do Senhor Germano Soares e convidamos a falar agora o senhor Raniery Coelho, Presidente da Fecomércio, também por um tempo de dois minutos.

O SR. RANIERY COELHO – Bom, então já que o tempo é curto, senhoras e senhores boa tarde. Em nome do Deputado Ezequiel Neiva, do Deputado Léo Moraes eu cumprimento todos os componentes da Mesa. Nós da Fecomércio, Sindicatos filiados e a Confederação Nacional, olhamos com muito carinho para essa Proposta de Emenda a Constituição, a PEC 45 de 2001, principalmente quando se aponta como sua motivação a ideia de simplificar e diminuir o número de impostos. De fato, é preciso diminuir a complexidade das leis e a carga tributária, para melhorar o ambiente de negócios e tem sido um grande empecilho ao empreendedorismo para o desenvolvimento do País.

O atual governo tem demonstrado sua intenção de fazer isso, com alguns esforços como a Lei da Liberdade Econômica. Porém essa Lei, que foi bastante esperada pelos empresários, não nos satisfaz. Não ficamos satisfeitos porque ela tirou alguns interesses que nós tínhamos como era a liberdade de negociação com os empregados. Então não foi, essa tal liberdade, não foi muito bem-vinda depois. E com os problemas que a União e os Estados possuem de fechamento de contas, há sempre o receio de que as mudanças aumentem a carga tributária. A prática comum, não é de agora, é que utilizando o argumento de diminuir impostos, se acabe aumentando a carga tributária. Daí a necessidade de buscar uma legislação mais simples que, de fato, alivie o peso dos impostos.

É preciso ver, mesmo nesta PEC se verificam dúvidas pertinentes, como fato que se aumenta a incidência no campo

tributário, pois foram incluídas as locações de bens, bens intangíveis e cessão de licenciamento de direito na base de imposto sobre bens e serviços – IBS, que deve ser substituído, deve substituir cinco impostos, três federais, um estadual e um municipal. Isso, dúvidas sobre como irá ficar a Zona Franca de Manaus e como será feita a regra de transmissão, bem como a questão do denominado imposto seletivo.

Entendemos que o IBS é um poderoso instrumento de simplificação tributária, pela eliminação da profusão de legislação tributária. Neste sentido, propomos que o IBS abarque também todas as atuais contribuições de intervenção no domínio econômico, o CIDE. Entendemos que não cumulativamente do IBS, é muito apropriada para cadeias econômicas longas, sendo a grande evolução. Assim, propomos que o montante despendido pelas empresas, como folha de pagamento, gere crédito do IBS, nos mesmos moldes que correm como os demais insumos de produção, de forma a podermos assegurar postos de trabalho para a população, especialmente aqueles que mais sofrem com a recente crise. São sugestões para assegurar que a reforma tributária seja acima de tudo, a reforma em favor do empregado e do empregador.

Temos mantido muitas discussões com os empresários sobre a PEC 45, que é por demais complexa para ser analisada integralmente em tão breve tempo. Nossa grande preocupação e expectativa é que realmente tenhamos um sistema tributário menos oneroso, complexo e se torne um instrumento efetivo do desenvolvimento nacional. Bem, nesse caso eu não posso deixar de reiterar o pedido ao nobre amigo Deputado Léo Moraes, feito pelo meu Vice-Presidente e amigo Gladstone, como também solicitar à nobre Deputada Mariana e principalmente também ao nosso convidado Sidney Leite, que defendam, agora, saindo um pouco da pauta, o Sistema S. Defendam o sistema que faz o desenvolvimento, que promove o bem-estar da população e do comércio, que aqui hoje estão presentes alunos que estão cursando, estão fazendo uma capacitação para melhor qualidade de vida.

Então, nobres Deputados, peço aos senhores, através da Confederação Nacional do Comércio, através da Federação e Sindicatos, que defendam o Sistema S na Câmara Federal. E agora eu gostaria de colocar um pequeno vídeo, que eu só poderia falar dois minutos. Muito obrigado a todos.

(Apresentação de vídeo)

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) – Obrigado. Nós queremos registrar a presença também do Deputado Estadual Jhony Paixão, que se faz presente na nossa Audiência. Obrigado, Deputado Jhony.

Pelo tempo de 2 minutos também, nós queremos ouvir o Senhor Marcelo Thomé, Presidente da FIERO.

O SR. MARCELO THOMÉ – Boa tarde a todos. Considerando que todas as autoridades foram nominadas, peço licença para, em nome da Deputada Mariana Carvalho e o Deputado Léo Moraes, cumprimentar todas as autoridades.

A visão do setor industrial, alinhada entre todas as Federações de Indústrias de todos os Estados do Brasil, capitaneada pela Confederação Nacional da Indústria, é de apoio à PEC 45, do Deputado Federal Sidney Leite. Observamos alguns pontos positivos, principalmente no tocante a não cumulatividade dos impostos, com o fim do ISS, que é não creditável, a redução do tempo de creditação pela adoção do sistema de crédito financeiro em detrimento do crédito físico hoje em prática - isso sim ajudará enormemente as empresas no fluxo de caixa

-, a desoneração do investimento pela creditação possível que será das despesas tributárias em ativo fixo são instrumentos vistos com muitos bons olhos.

Agora, o ponto mais importante e positivo que observamos é quanto à simplificação do sistema tributário. Alguns setores industriais chegam a gastar entre 2e 3% do seu faturamento apenas com o cumprimento das obrigações fiscais. Isso é muito dinheiro. É um sistema muito complexo, que exige das empresas um corpo técnico muito grande, apenas para pagar os impostos. Por isso, sem dúvida nenhuma, a simplificação tributária é um dos pontos positivos de maior relevância na reforma tributária.

Agora, temos alguns pontos de atenção que precisam ser melhor debatidos e que tenhamos garantias quanto a sua implementação. O primeiro é com relação à manutenção dos atuais incentivos fiscais. Já há uma sinalização de que os incentivos pela convalidação que foi feita serão mantidos.

Entretanto, o que o setor produtivo defende é que ele seja por 15 anos, e não apenas no período de transição de 10 anos previsto para a migração. Uma outra questão é o aumento dos custos pela convivência dos dois sistemas tributários para as empresas. Mais uma vez, os custos de cumprimento às obrigações: este é um ponto de atenção. Mas, principalmente, o fim dos incentivos tributários como política de desenvolvimento regional. Equivocada ou não, o fato é que hoje uma das melhores políticas de desenvolvimento regional que o Brasil experimenta é a política de incentivo tributário. E o fim da possibilidade de concessão de incentivos traz a necessidade de discussão de uma estratégia efetiva de desenvolvimento regional que busque minimizar as diferenças que temos de mercados mais desenvolvidos, de Estados que tenham melhor infraestrutura para garantir a competitividade da produção em Estados periféricos, não por menos o Estado de Rondônia que se encontra distante de mercados consumidores e fornecedores de insumos. Isso é determinante para continuarmos desenvolvendo a região Norte e Nordeste, principalmente, deputados. Isso é um dos principais pontos de atenção que deve ser amplamente discutido e inserido nesta pauta.

Muito obrigado a todos e uma ótima Audiência.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) – Agradecemos a fala do senhor Marcelo. Nós convidamos agora o senhor Conselheiro Benedito Alves, que é o nosso Presidente da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

O SR. BENEDITO ALVES – Excelentíssimo Senhor Deputado Ezequiel Neiva, em nome de quem eu cumprimento todos os deputados que aqui se encontram. Excelentíssimo Senhor Deputado Léo Moraes, Membro da Comissão Especial de Reforma Tributária, em quem eu cumprimento todos os cidadãos de Rondônia que aqui se encontram, pagadores de tributos. E Excelentíssima Senhora Deputada Federal Mariana Carvalho, em nome de quem eu cumprimento todas as mulheres, as cidadãs pagadoras de tributos que aqui se encontram e homenageio as mulheres neste Outubro Rosa.

E ao Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Sidney Leite, bem-vindo às terras de Rondon, 1º Vice-Presidente da Comissão Especial de Reforma Tributária, em quem eu cumprimento todos os demais membros da Mesa.

O nosso Sistema Tributário Nacional é por demais complexo. Há 25 anos que eu leciono na Academia de Direito Tributário para Direito, Contabilidade e Administração de Empresas e Curso de Economia e, realmente, é complicado

você ter um sistema tributário como o nosso que de forma indubitosa é o mais complexo do mundo, primeiro com 5.608 entes políticos tributantes.

Aproximadamente 70 tributos que se cobra neste País. Só a União tem 7 impostos; os Estados 7; os municípios 3; aliás, os Estados 3, os municípios 3 e o Distrito Federal cobra 6, acumula os dos Estados e dos municípios. Então, nós temos uma complexidade enorme.

Então, o que é necessário e por que é necessária uma reforma tributária? Para simplificar a nossa vida. Até para aqueles que são experimentados no Direito Tributário, o nosso sistema é complicado. Então, nós precisamos de quê? De regras claras, regras de transição deste momento tributário para uma reforma com segurança jurídica, primeiro para os entes, Estados e municípios não podem perder. Então as regras têm que ser claras. A letra da reforma constitucional há de ser transformada em planilhas de números a demonstrarem que municípios e Estados não estejam perdendo receitas, porque ninguém vai querer perder receita, isso é o óbvio. E nem pode.

Por que como sustentar os serviços públicos: Saúde, Educação, Segurança Pública? Como arcar, os municípios que já têm sobre a mais pesada nessa Federação assimétrica, uma responsabilidade tão grande, que sobre si pesam como também os Estados, nos pisos salariais de Educação, Segurança, Saúde e agora se perderem receita? Então as regras transitórias haverão de ser claras para que não se perca receita e não se imponha mais ônus ainda pesado sobre esses municípios.

Então, simplificar a vida e também respeitar o setor produtivo. O setor produtivo da indústria, do comércio, da prestação de serviço que geram emprego e renda para este País. Há que se, eu costumo dizer, que proteger "a galinha dos ovos de ouro", não deixar que elas parem de botar, que são elas que sustentam o Estado para que o Estado, então, justifique a sua existência, que é o bem comum, como já dizia Santo Agostinho ao idealizar essa concepção. O Estado só existe para uma coisa: para o bem comum. Se para isso não serve, para nada serve.

Então é necessário que tenhamos regras claras. A necessidade é premente de se fazer uma reforma tributária, de forma indubitosa, mas as regras têm que ser claras, a vida tem que ser simplificada. Nós temos que estabelecer um implemento imediato de, a partir dessa reforma, a governança dessa atividade financeira estatal, a governança do Sistema Tributário Nacional tão complexo, que pode ser simplificado por essas regras, e aí contemplar *stakeholders*, todos eles, públicos, multiníveis: da União, dos Estados, Distrito Federal e dos municípios e também todo o setor produtivo da indústria, do comércio e prestação de serviço. Só assim nós estaremos legitimando uma reforma tributária realmente em consonância com o que pensa a sociedade brasileira.

Nós do Tribunal de Contas estamos trabalhando diuturnamente com estudos e podemos, obviamente, passar esses estudos, incrementar esses estudos e aprimorar esses estudos por meio do PROFAZ, um programa de governança das Administrações Tributárias municipais dos 52 municípios do Estado de Rondônia que estamos colocando em prática, um fato inusitado na Unidade da Federação. Então é o PROFAZ, que acredito ter a participação de um técnico nosso, inclusive, o Dr. Ari. Eu digo o seguinte: todos nós brasileiros queremos uma reforma tributária. Que seja a reforma tributária, então, que nós, a sociedade, queremos.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) – Muito bem. Ouvimos as palavras do nosso Conselheiro Benedito. Passaremos a ouvir

agora, Excelentíssimo Senhor Desembargador Walter Waltenberg, Presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia.

O SR. WALTER WALTENBERG – Excelentíssimo Senhor Presidente, Deputado Ezequiel Neiva. Peço perdão a Vossa Excelência por falar sentado, mas estão dizendo que eu serei candidato. Se eu ocupar a tribuna, vão ter certeza, não é? E em nome de Vossa Excelência, cumprimento todos os Deputados Estaduais e cidadãos aqui presentes. Excelentíssimo Senhor Léo Moraes, obrigado pelo carinho do convite.

Excelentíssima Senhora Deputada Federal Mariana Carvalho, em seu nome, cumprimento os Deputados Federais aqui presentes. Excelentíssimo Senhor Presidente Benedito Alves, em nome de Vossa Excelência, cumprimento todos os componentes da Mesa. Eu entendo muito pouco desse tema, mas, na verdade, enquanto cidadão, eu espero um sistema tributário mais eficaz.

Eu, algumas vezes, tive a oportunidade de ir à América de cima, e o imposto é um só. Então, você sabe quanto está pagando. Você sabe o preço do produto separado do preço que você está pagando pelo produto, daquilo que importa aos impostos, pelo menos naquele momento. Isso traz uma tranquilidade muito grande porque a arrecadação, às vezes, é impedida pela sonegação descarada. Mas outras vezes esse cipoal de impostos é que atrapalha a gente.

Então eu quero externar aqui a minha confiança bastante grande, bastante importante, no sentido de que, desta vez, nós vamos todos conseguir uma reforma tributária que possa, ao mesmo tempo, desonerar os pagadores de impostos, não é? Mas quero manifestar, principalmente, a minha confiança no trabalho do Deputado Federal Sidney Leite, que nos honra aqui com a sua presença; Deputado Léo Moraes, que é Membro também da Comissão Especial da Reforma Tributária, para apoiar o IBS - Imposto Único Sobre Bens e Serviços, que garantirá, por certo, a aglutinação de ICMS, ISS, PIS, COFINS e tantos outros impostos sobre o consumo. E é isto que a gente almeja neste momento: uma reforma tributária que torne o sistema tributário mais simples, mais compreensível e, principalmente, que não onere ainda mais. Porque toda vez que se fala em reforma tributária, a gente já fica com medo - não é, Secretário? Vai vir aumento de impostos aí. Que fique do mesmo tamanho, pelo menos, mas isso, certamente, vai fazer com que a arrecadação melhore pela facilidade de arrecadar. E eu acho que é isso que o empresário mais almeja.

Muito obrigado.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) – Muito obrigado, Dr. Walter. Nós, para encaminharmos agora e para adiantarmos a Audiência, eu quero estar passando aqui para o Deputado Sidney Leite, que é o nosso 1º Vice-Presidente da Comissão Especial da Reforma Tributária em discussão no Congresso Nacional, fará o encaminhamento das palestras e os nossos Deputados Federais.

(Às 16 horas e 16 minutos, o senhor Ezequiel Neiva passa a direção dos trabalhos ao senhor Sidney Leite)

O SR. SIDNEY LEITE (Presidente) – Obrigado, Deputado. Boa tarde a todos, boa tarde a todas.

Quero aqui dizer que é uma alegria muito grande estar aqui na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, e como foi dito aqui, debater um tema tão importante. Nós: eu, Deputado Léo, Deputada Mariana, ontem o Senado aprovou; votamos aí a Reforma da Previdência, que era algo muito esperado, não

é? Mas o reflexo desta reforma se dá do ponto de vista mais fiscal. E como foi dito aqui, nós precisamos ter um ambiente de negócio leve, fácil, com segurança jurídica. Hoje uma empresa gasta em média mais de mil horas para calcular quanto pagar de tributo. Fora o contencioso que nós temos na Justiça, senhor Presidente, que não é pequeno, no Brasil todo.

Então, é chegada a hora de nós termos uma reforma tributária que não só facilite, e que veja o seguinte: o contribuinte seja visto, e aí eu digo, no caso do setor produtivo, como um elo importante nisso. Porque muitas vezes se pega a minoria e se taxa a grande maioria, como se fosse um inimigo do sistema tributário e não o é. Criou-se, infelizmente, essa cultura no nosso País.

Mas eu quero dizer que nós temos realizado esse debate e hoje nós estamos aqui por uma iniciativa do Deputado Léo, que é um Deputado extremamente atuante e tem se preocupado com essa questão. Este é o 9º Encontro que a gente realiza em várias capitais brasileiras. O último que nós tivemos, se a memória não me trai, foi em Belém, e hoje estamos aqui em Porto Velho, e amanhã será realizado no Estado do Ceará, em Fortaleza. Então nós estamos avançando nessa discussão. Nós temos uma proposta que está sendo discutida no Senado, diga-se de passagem, a proposta do Senado já foi debatida na Câmara na outra legislatura, inclusive ficou pronta para ser votado. E nós estamos aqui por iniciativa do Requerimento do Deputado Léo Moraes, esta é a 9ª Audiência Pública realizada fora da Câmara dos Deputados que discute a PEC 45. PEC essa que tem a pretensão de unificar os tributos federais no caso principalmente o ICMS e o ISS. E há uma expectativa muito grande, como é que nós vamos conduzir esse encaminhamento com duas reformas e o Governo até o momento não mandou a sua proposta para o Congresso certo? Mas é dado como claro, e essa é a minha opinião, não sei se o Deputado Léo e a Deputada Mariana concordam, em função da renovação e do momento político em que se vive no Brasil, nós entendemos que não só esta reforma, que eu entendo que é a principal reforma, mas, nós temos hoje um ambiente no Congresso Nacional no sentido de avançar nessas pautas para que o Brasil possa efetivamente crescer.

Particularmente quanto à questão do peso da carga tributária, e com essa alteração sempre há essa preocupação, mas nós temos de outro lado, que é um problema que nós não vamos resolver com a reforma tributária, que é a questão fiscal.

Aqui eu tenho Secretário de Fazenda ao meu lado, aqui à esquerda, certo? E, na realidade, nós convivemos com um grande dilema, a receita é finita, mas, as despesas são infinitas, e nós vivemos esse dilema que o que ocorre? A maioria dos Estados brasileiros está quebrada. Hoje, considerando o mês de agosto, nós já temos cinco Estados que extrapolaram o valor da folha, do teto permitido pela Lei, que é em torno de 49%, entre esses Estados está o meu Estado, que é o Estado do Amazonas, mas, essa é outra questão. O Congresso está fazendo a sua parte, por quê? Porque se a Reforma da Previdência aconteceu, foi fruto da vontade dos parlamentares nesse sentido, que facilitaram que se empenharam com uma discussão e um debate profundo, resistindo à pressão de cooperações para que nós pudéssemos avançar nesse sentido.

E isso com certeza dará um alívio muito grande na questão da pressão fiscal. Nós temos a necessidade, dependendo da realidade das reformas nos Estados e nos municípios nesse sentido, para que a gente possa avançar nessa perspectiva.

Por quê? Porque a capacidade do Governo Federal de investimento, infelizmente, é quase nenhuma. E nós temos essa preocupação com déficit e com esse grande desafio que está

posto não só para o Executivo, mas para todos nós que é esse índice que nos persegue. Em algumas regiões é maior de 12% da população ativa desempregada, fora os desalentados que é aquele que não quer, cansou, perdeu a perspectiva de procurar emprego, que dá em torno aí de cinco milhões, certo? Fora, quase o dobro disso, de pessoas que estão fazendo bico para trabalhar neste País.

Então, nós temos essa responsabilidade coletiva de contribuir para a retomada do emprego e do desenvolvimento econômico no País, independente do Governo que aí esteve.

Nós estamos parlamentares para servir a população brasileira.

Nesse sentido, eu concedo a palavra ao Deputado Léo, que na realidade coordena este Seminário aqui, meu colega que é um bravo Deputado, que ele tem sido expoente na questão dessa luta, entende e compreende como nós compreendemos, eu e a Mariana, duas coisas importantes: uma é o desenvolvimento regional e outra é o papel do Estado e dos municípios no desenvolvimento do nosso País e da nossa região.

Porque sem eles, nós não vamos fazer com que aconteça efetivamente o desenvolvimento do Brasil, e principalmente da nossa Amazônia, obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Léo Moraes.

O SR. LÉO MORAES – Falar rapidinho para não tomar tempo das palestras. Bem, boa tarde. Boa tarde a todos. Prazer muito grande retornar a esta Casa de Leis, a qual eu tenho uma grande admiração, respeito, e também tive um grande aprendizado no Poder Legislativo do nosso Estado de Rondônia.

Gostaria de saudar a esta qualificada Mesa de Autoridades, sem nominá-los, mas com completa deferência ao que cada um representa no seu nicho, no seu naco ou na sua instituição. Extremamente honrado em poder dividir esse tema com todas as autoridades. Cumprimentar, parabenizar e agradecer a presença e o prestígio do Deputado Sidney Leite.

Nós temos vários pontos em comum, pesamos muita coisa em convergência no que diz respeito a essa matéria que tramita na Câmara Federal, a necessidade de adequação, de ajuste para nós não sacrificarmos Estados em franco desenvolvimento, progresso e industrialização como é o caso do Estado de Rondônia. Mas, se eu for ater a minha explanação aos pontos que eu quero arguir, contestar e apresentar a população, talvez eu tome tempo de pessoas mais brilhantes e preparadas que irão proferir suas palestras aqui. E, p o r conta disso, em respeito ao tempo, eu vou encerrar neste momento a minha fala, registrando a presença da Deputada Mariana Carvalho, que é comprometida com esta causa, que conhece o ambiente de negócio, a dificuldade de gerar emprego, que é daqui de Rondônia, que é de Porto Velho e que logicamente nos brinda com a sua presença.

Já oportunizando que nós possamos avançar, ouvir os nossos ilustres palestrantes debatedores para logo na sequência a gente, de repente, fazer um *pout-pourri*, um bate-papo e avançar com temas que são relevantes, que eu acredito muito que a Reforma das Reformas, a reforma que gera emprego, a reforma que pode ser um divisor de águas para encerrar esse modelo sacrificante, ultrapassado, como o Germano bem disse, de imputar ao trabalhador a conta de todo o poder público, do déficit e de todos os prejuízos secundários que esse modelo nos traz.

Nós apresentamos uma Emenda, o Deputado Aguinaldo Ribeiro que é o Relator que, infelizmente, por conta da nossa malha viária, aeroviária não conseguiu estar conosco, fiquei até às duas e meia da manhã, conversando com o Deputado

Aguinaldo Ribeiro para tentar encontrar um voo de retorno, ele já havia comprado a ida, isso é a vinda, mas não conseguiu comprar a volta para retornar para o seu evento em Ilhéus na Bahia. Por conta disso ele não está aqui conosco. Mas nós apresentamos uma Emenda, coletamos 200 assinaturas, de algo que não está previsto na matéria do Deputado Baleia Rossi, que é um limitador no que diz respeito aos impostos.

Queremos simplificar? Queremos. É unânime? É um ponto unânime, é consenso, todo mundo quer, Luiz - Secretário, todo mundo quer simplificar, nós queremos saber. E isso daí é o começo do ambiente de negócios para prospectar novos empresários, para estender o tapete vermelho para a geração de empregos, sem sombra de dúvidas, mas, nós temos que também debater e atacar a regressividade. Nós temos que discutir o que nós queremos: se é tributar na origem ou no destino; se é tributar renda, é tributar o quê, que nós queremos? É o patrimônio, são as grandes... Enfim, algo a gente vai ter que discutir e, talvez, seja a oportunidade de ouro que nós não tivemos nesses últimos tempos por instabilidade e que eu torço para que o atual Governo não gere mais crises e confusão a ponto de importunar um debate tão rico e profícuo e necessário para o nosso País.

Depois dos nossos apresentadores, eu quero apresentar alguns pontos, mas a Emenda eu deixo claro, o deputado é sensível. Eu apresentei uma Emenda que deixa o seguinte gancho: a reunião desses impostos: PIS, PASEP, ICMS, ISS, enfim, que vai gerar ou o IVA ou IBS, o Imposto Sobre Bens de Serviços, esse único imposto não pode ser maior do que os que atualmente são praticados. Não tem essa previsão na matéria e, até onde eu sei, infelizmente, todo debate que é gerado pelo Poder Executivo, eu não me lembro de um que levou uma matéria para diminuir impostos no Congresso Nacional. Geralmente, o poder público leva para mais uma vez cobrar de vocês, de todos nós pagadores de impostos, como o Benedito bem disse.

Então, é importante que deixe registrado, ele está sensível a essa matéria. Eu acredito que vai ser um ganho, vai ser uma conquista, de repente, histórica e que este Seminário faz parte de tudo isso.

Eu quero parabenizar os alunos aqui também o SENAC do Sistema S, que estão participando de um ciclo de palestras, que estão se inteirando disso na sala de aula com os seus professores, seus mestres e que logo depois, eu acredito, que vão apresentar o relatório. Eu torço muito, acredito muito que será enriquecedor para que vocês possam ter maior conhecimento da matéria e da causa, e do que a gente debate no Congresso Nacional, próximo, olhando nos olhos de vocês.

Parabéns, Sidney Leite. Conte conosco e vamos as nossas palestras. Obrigado.

O SR. SIDNEY LEITE (Presidente) - Obrigado, Léo. E, realmente, sem conversar, a gente pensa próximo mesmo que eu apresentei uma Emenda à PEC justamente com essa preocupação de limitar um teto para que nem o Governo Federal, nem os Estados e nem os municípios aumentem a carga tributária porque eu entendo que já chega, não é?

E passo a palavra agora, não menos atuante, a essa mulher brava, guerreira, como é característica das mulheres da Amazônia, que a Deputada Mariana é muito atuante, muito preocupada com o seu Estado, para fazer uso da palavra.

Obrigado, Deputada.

A SRA. MARIANA CARVALHO – Obrigada. Boa tarde a todos. Dizer da alegria que é participar de um evento com o

tema tão importante necessário e urgente e, principalmente, ao lado de pessoas tão especiais, preocupadas e ativas também com o nosso Estado de Rondônia, sejam os nossos estudantes, universitários do ramo comercial, do setor produtivo, da política, do jornalismo, todos os nossos amigos que estão aqui, quero dizer da minha alegria de receber esse convite do Deputado Léo Moraes que está fazendo parte desta Comissão como Membro e dizer também muito obrigada ao Deputado Ezequiel, ao Deputado Jhony Paixão, a todos os deputados da Assembleia Legislativa que estão envolvidos nesse tema também tão relevante para o nosso País. E agradecer imensamente a presença do nosso querido Deputado Sidney, que é do Estado vizinho aqui, do Amazonas, e acabou tirando um pouquinho do seu tempo para vir aqui, debater esse assunto. Já conversamos muito sobre isso e ouvindo, acredito, que todo mundo tem urgência para esse tema.

E, além disso, tendo a oportunidade de escutar o nosso Presidente Marcelo Thomé, e aqui até eu comentei com ele sobre isso, temos que saber ter diferença de Estados. Não podemos olhar de uma forma para o Estado de São Paulo e querer olhar de outra forma parecida ou igual para o Estado de Rondônia, temos que saber diferenciar. Temos que ter esse olhar e, principalmente, valorizar a nossa região Norte. E eu fico muito preocupada porque hoje, quando a gente coloca nos dados e faz toda essa comparação com os outros países no mundo, a gente vê como estamos atrasados, no ranking onde temos 190 países de atraso, para você conseguir pagar e o tempo para pagar os seus impostos e os seus tributos você demora 8 horas, 8 vezes mais do que o padrão seria, ocupando 184 de 190. Então aí a gente já começa observar como estamos atrasados e precisamos evoluir. E essa reforma tributária vem justamente para isso, para a gente fazer com que haja essa unificação, para que tenha essa nova contribuição desses impostos sobre serviços e bens. E eu, inclusive, com esse olhar e com essa visão apresentei também uma Emenda Parlamentar, e eu acho que nunca teve um projeto na Câmara com tanta Emenda Parlamentar apresentada. Isso a gente percebe a preocupação de todos. E uma dessas emendas aqui, como a do Deputado Léo Moraes, como Deputado Sidney que foram apresentadas, eu tive oportunidade de apresentar também uma para a não cumulatividade de impostos sobre bens e serviços para empresas prestadoras de serviços e também empresas que sejam comerciais, para que elas tenham a oportunidade dessa não cumulatividade se elas tiverem mais de 60% dessa mão de obra. Isso quer dizer o quê? Que vamos estar incentivando cada vez mais a geração de empregos. Hoje no nosso País temos 13 milhões de pessoas desempregadas. E para terem uma noção, estou pela responsabilidade de presidir uma Comissão em Brasília do superendividamento. São 63 milhões de brasileiros que estão com o nome sujo, devendo e não tendo condições de pagar muitas vezes o mínimo necessário que seja a água e a energia. Como estamos passando por isso aqui em Rondônia, com esse valor altíssimo que essa empresa tem cobrado à população de Rondônia. Por isso, não podemos aceitar. Estamos juntos. E essa união de todos os setores, de todos os estudantes, de todos da política, que sejam eles os vereadores, prefeitos, deputados, e aqui faço o registro do nosso Vice-Prefeito Lucas Follador. Precisamos estar unidos.

Então, quero parabenizar vocês por estarem aqui, me colocar à disposição para estarmos juntos somando essa força, e que possamos urgentemente aprovar essa reforma tributária em Brasília em prol do desenvolvimento regional e do nosso Estado de Rondônia. Muito obrigada.

Obrigada mais uma vez, Deputado Léo Moraes. Obrigada, Deputado Sidney, por estar aqui no nosso Estado, nos prestigiando e tendo um olhar diferenciado pela nossa região, que é a região do norte do nosso País. Um abraço a todos.

O SR. SIDNEY LEITE (Presidente) - Obrigada, Deputada. Eu peço agora o apoio, que pudesse colocar um vídeo aqui, Deputado Léo, do nosso Presidente Deputado Aguinaldo, que gravou um vídeo, e o nosso Presidente Hildo Rocha. Por gentileza.

(Apresentação de vídeo)

Está aí a palavra do nosso Presidente Hildo e do nosso relator Aguinaldo.

E nós vamos passar a palavra agora ao nosso Secretário de Finanças do Estado de Rondônia, Luiz Fernando Pereira da Silva, que será nosso primeiro palestrante. Ele está pedindo aqui a inversão.

Sem nenhum problema.

Vamos passar a palavra ao Dr. Breno de Paula, Advogado Tributarista, Membro da Comissão de Direito Tributário da OAB.

Eu queria combinar um negócio aqui com os senhores e com as senhoras. Nós gostamos do bom debate. Então, enquanto durar as palestras, nós temos aqui 3 ou 4 debatedores, quem tiver interesse em falar, é só se inscrever que, passada as palestras, nós vamos abrir para que todo o plenário possa ter direito a participação e debater também com os nossos debatedores.

O SR. BRENO DE PAULA – Excelentíssimo Senhor Deputado Ezequiel Neiva, em nome de quem cumprimento todos os parlamentares, todos os presentes nesta Casa. Queria cumprimentar o eminente Deputado Federal Sidney Leite, Vice-Presidente da Comissão Especial; cumprimentar a Deputada Federal Mariana Carvalho e cumprimentar e agradecer o convite formulado pelo Deputado Léo Moraes, autor do Requerimento propositivo desta Audiência. Quero cumprimentar também o Excelentíssimo Desembargador Walter Waltenberg, em nome de quem, agora, passo a cumprimentar todas as demais autoridades presentes, todos os advogados, advogadas, empresários, representantes dos Sindicatos, estudantes, acadêmicos de Direito, Contadores.

Para tentar otimizar os trabalhos e não tomar muito tempo, eu separei a nossa exposição em três pequenas partes. A primeira parte, penso eu que já está superada pela introdução e pelas palavras das autoridades que me antecederam. A necessidade de reformar é gritante. Nós temos um sistema tributário que, por desejo do constituinte originário, ficou na Constituição Federal, ao contrário de países europeus, ao contrário de países da América Latina, nós optamos por criar um sistema rígido, constitucional tributário. Nos artigos 145 e seguintes da Constituição Federal, existe toda uma gama de normas regulando, introduzindo, instituindo o sistema tributário; atribuindo as competências fiscais; atribuindo as incompetências fiscais; atribuindo os diversos aspectos materiais das diversas hipóteses de incidências tributárias; criando uma conceituação jurídica e uma linguagem dentro do sistema tributário nacional.

Tributamos, atualmente, a renda, o patrimônio, o comércio, o serviço, o consumo, a exportação, a importação, todos os signos de riquezas estão materialmente colocados dentro da Constituição Federal que, por sua vez, autoriza os demais entes federados, os titulares da competência tributária: União, Estados, Distrito Federal e municípios instituir as suas hipóteses de incidência no âmbito da sua Unidade Federada.

Resultado disso é uma absoluta falência do sistema, uma absoluta paralisação decorrente dessa famosa, já,

complexidade, dessa diversidade de normas. Nós temos 27 legislações tratando do conceito de mercadorias. Nós temos mais de 5 mil municípios legislando sobre ISS, sobre os streaming sobre factoring. Nós não sabemos se temos que contribuir para o local da prestação do serviço ou para o local da sede do estabelecimento prestador.

Nós temos 27 Tribunais de Justiça. Nós temos, aproximadamente, uma centena de milhares de Comarcas julgando o que é que é o Direito Tributário. Nós temos 05 Tribunais Regionais Federais.

Nós temos uma gama enorme de juízes federais, descobrindo até hoje o que é que é crédito para fim de PIS/COFINS. Nós temos um ativismo fazendário gritante em todos os níveis da Federação e nós temos também essa sociedade, esse setor produtivo recepcionando toda essa complexidade.

Então, a necessidade de reformar salta aos olhos. O eminente Presidente da Federação das Indústrias falou que 3% do faturamento das empresas se deve, é destinado não para pagar os encargos fiscais, se deve ao custeio do cumprimento das obrigações acessórias, o quanto que custa emitir uma nota fiscal, cumprir uma declaração de TCTF, DACONS, LALUR. Dizem que aproximadamente duas mil horas por ano são gastas exclusivamente por conta disso. As unidades federadas se esforçando nos programas de pró-conformidades para tentar auxiliar e aproximar o contribuinte, o empresário da administração pública, para evitar o descumprimento da legislação, que parece que é um manicômio, criar uma estrutura para não descumprir a legislação. Ou seja, é um retrocesso do ponto de vista não dessa aproximação, mas do ponto de vista de enfrentar o complexo e caótico sistema tributário.

Toda essa complexidade gera um contencioso administrativo e judicial terrível. Eu não sei se os senhores sabem, hoje a dívida ativa tributária brasileira, isso União, Estados, DF, e municípios, alcança a cifra de dois trilhões de reais e a recuperação por ano disso, não passa de um por cento. Não é uma crítica à advocacia pública, à administração fazendária, é uma constatação da falência.

Nós recuperamos um por cento ao ano, o Estado não consegue receber um por cento ao ano. Nas empresas do Guto, se tiver uma produtividade de um por cento ao ano, ele demite no primeiro mês, porque tem que produzir mais. O Estado brasileiro é ineficiente, é perdulário, tudo em torno dessa complexidade.

Dr. Gilberto, nós passamos vinte anos no Supremo Tribunal Federal para discutir o conceito constitucional de faturamento, para excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS. Depois de 20 anos de discussão, a Receita Federal faz uma solução de consulta: olha, não precisa esperar o Supremo, bastava me perguntar. O ISS, não se sabe se paga no destino, no local da obra ou se é na sede do estabelecimento prestador. Nós estamos há vinte anos, Gilberto, no STJ, discutindo o conceito de insumos para fins de tomada de crédito do PIS/COFINS. Nós temos três impostos que vão ser extintos, que consagram o princípio constitucional da não cumulatividade e a gente não consegue tomar crédito neste País. Então, de modo que é frustrante, é cansativo o atual sistema tributário.

Então, em busca da simplificação, em busca da modernização, em busca do ambiente de negócios necessário para o crescimento do País, claro que nós devemos reformar.

E assim surge a PEC 45, de autoria do Professor Bernardo Api, apresentada no âmbito da Câmara Federal, aprovada no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça,

ora em debate perante aquela Casa, sob a presidência dos nossos colegas.

A proposta, a síntese da proposta, a regra matriz da proposta, que nós não vamos perturbá-los aqui falando que não vai dar tempo, é a simplificação. De que forma que a proposta pretende simplificar? Ela extingue cinco tributos, ela acaba com cinco encargos fiscais: o ICMS, o ISS, o IPI, o PIS e o COFINS, e substitui todos esses cinco tributos por um único imposto, o IBS, o imposto sobre o consumo, o imposto sobre serviços ou o IVA, como se pretende falar. E a partir dessa tomada legislativa, nós vamos alcançar a simplificação por quê? Diz o projeto: - porque nós vamos acabar com 27 legislações, com 27 interpretações do ICM, nós vamos acabar com essa discussão conceitual do que o que é serviço, o que é faturamento, o que é circulação, o que é substituição tributária para frente para trás, fato gerador presumido, tudo isso vai acabar. Nós vamos ampliar o nosso campo de incidência tributária, tributando sobre os serviços e, com isso, alcançaríamos a simplificação.

Eu pensei muito se a gente deveria fazer uma exposição elogiando, política da boa vizinhança, mas instigado pelos nossos Deputados Federais, que pretendem fomentar o debate, eu acho muito importante a gente formular as críticas necessárias à PEC 45. Primeiro, e isso aqui é uma submissão...

Eu submeto a superior elevação, apreciação da Comissão, é se de fato nós vamos ter uma simplificação. Causa perplexidade passar esse período de transição com dois sistemas: o sistema atual que todo mundo falou aqui que é caótico, complexo; e o novo que ainda vai ser implantado, que ainda vai ser regulamentado, agora uma futura lei complementar que ainda vai ser aprovada no Congresso Nacional.

Nós estamos, Luiz Fernando, há quase 35 anos pretendendo regulamentar o crédito exportação do ICMS da Lei Kandir e nós não conseguimos ainda aprovar essa Lei Complementar. Nós estamos a mais de 30 anos pretendendo tributar as grandes fortunas, Gilberto, e nós não aprovamos essa Lei Complementar. Então, dá frio na espinha, suor na espinha, constatar que nós estamos mexendo no sistema tributário.

Vamos simplificar, mas que essa simplificação vai depender de um período de transição, que nós vamos que conviver com 2 sistemas tributários. Dá frio na espinha. E eu contesto um pouco essa simplificação, nessa forma de transição.

A segunda coisa que eu acho mais importante - eu fiquei feliz com a Emenda do Deputado Léo Moraes, do Deputado Sidney Leite e da Deputada Mariana -, que é o seguinte: nós estamos excluindo o ICMS, o IPI e o PIS/COFINS. São três tributos que, por norma constitucional (Princípio da não cumulatividade), garantem a manutenção de crédito. Então, norma expressa da Constituição Federal garante a manutenção de crédito do ICMS, do PIS/COFINS e do IPI. Nós vamos suprimir essas três normas constitucionais. Vamos extingui-las. Vamos tirar do texto constitucional, para criar o IBS, que não garante tomada de crédito. Essa tomada de crédito vai ser garantida nessa futura lei complementar que ainda vai ser instituída.

Então, como sugestão para debate e reflexão, uma proposta clara de garantia e de manutenção dessa tomada de crédito, porque nem mesmo por norma constitucional a gente tem uma garantia desses créditos. Os autos de infração do TAT, Fernando, 90% são esses: há apropriação indevida de crédito; PIS/COFINS: não pode apropriar dos insumos tal; IPI, o Supremo passou 20 anos para falar agora que é possível a tomada de crédito quando você compra insumos, materiais e

embalagens da Zona Franca. Então, vejam bem, se com norma constitucional nós tivemos todo esse tormento, suprimir essas normas constitucionais que garantem a não cumulatividade, em minha opinião, é um perigo para a indústria e para toda a sociedade. Então, que fique mais clara essa questão.

A questão da Federação eu vou deixar o Luiz Fernando falar, que ele vai explicar aqui toda a proposta dos Estados e dos municípios. O IBS, a União Federal, a proposta apresentada, todos esses 5 encargos serão transformados em um, e toda a gestão desse IBS ficará na mão da União Federal. Vejam, senhores, nós precisamos não frear a federação, mas sim incentivar, dar mais autonomia para os Estados e municípios, para que possamos efetivamente crescer politicamente, regionalmente, socialmente, etc. e tal. Criar um mecanismo para os municípios e Estados terem mais dependência ainda com a União Federal também me causa um pouco de perplexidade.

Outra questão que eu não poderia deixar de falar: tributação sobre a folha. Tributação sobre a folha. Professor Alexandre Porto, 30% da arrecadação federal - não estou falando do Estado não; federal, vem da tributação sobre a folha. Não há uma linha muito clara falando dessa tributação sobre a folha. Não tem, não tem. O que existe é a extinção de 5 tributos. E a folha, e o setor produtivo, e a contribuição patronal? Nós vamos continuar, 30 anos da Constituição Federal, tributando como se fosse do passado? Enfim, nós temos que ter uma proposta, uma posição clara da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional, sobre qual é o tratamento sobre a folha.

Outra coisa importante: em 1988, o grande grupo econômico do País eram as Lojas Pernambucanas. Hoje nós temos que pensar numa tributação mais imaterial, a tributação da era digital, o "streaming", Netflix, e toda essa economia que está à margem da tributação no sistema tributário atual, e que me parece que não está muito clara ainda na Emenda 45. Muito preocupante.

Isso é uma proposta que parece que vai vir do Governo Federal. O Ministro Paulo Guedes, de vez em quando, solta uma entrevista que quer trazer a não cumulatividade para o setor dos serviços e a questão do PIS/COFINS. O setor de serviços não tem como apropriar crédito. Ele não tem insumos, ele não é uma indústria. Então, dizem estudos que a carga tributária para o setor de serviços, se trouxer a não cumulatividade do PIS/COFINS para os serviços, pode aumentar a coisa de 40 a 50%.

E, por fim, aqui já na toada do Deputado Léo Moraes, nós temos uma matriz tributária injusta.

O Governo, comodamente, ou injustamente ou com maldade mesmo, tributa o consumo, não é? O mendigo que compra uma pasta de dente sofre a mesma carga tributária que o empresário grande.

Isso é uma injustiça com o País. É um sistema regressivo, cruel, inconstitucional. E com o IBS, trazendo a discussão para o IBS na busca da simplificação, nós vamos continuar cometendo esse pecado, investindo nessa crueldade de se tributar o consumo. Seria importante o discurso de tributar com maior propriedade a renda, a progressividade, o patrimônio. Tirar um pouco o foco de combate da população que paga mais impostos e tributar com maior justiça a redistribuição, etc. e tal.

E os incentivos fiscais, eu comungo também com a preocupação do eminente Presidente de que, e relembro que a Constituição Federal fala que não é uma faculdade, é um dever do Estado erradicar a pobreza, garantir uma sociedade

livre, justa e solidária e a redução das desigualdades sociais e regionais. E nós não podemos, Deputada Mariana, parabéns, cuidar de Federação com entes federados insatisfeitos. Nós não podemos dar um tratamento tributário para o setor de São Paulo igual como se daria para a Região Norte e Nordeste do País. Entendemos que o que é feito de forma errada, com improbidade na concessão de benefícios fiscais, não pode ser uma supressão dessa cláusula constitucional de desenvolvimento. E aqui eu relembro com LOAS o sucesso da Zona Franca de Manaus e do Estado de Rondônia que também aqui temos vários exemplos.

Com essas considerações, eu poderia falar mais, mas são pontos palpitantes que chamam muito a atenção a respeito e que ficam como considerações para essa egrégia Audiência Pública e me coloco à disposição para todos os senhores.

Eu separei vários slides, mas eu vou poupá-los, eu fui a uma Audiência Pública com o deputado que está na Emenda do Senado, o do Paraná, o ex-deputado, eu esqueci o nome dele.

O Raupp, ele apresenta 179 slides, a gente fica morrendo de tanto ver slides. Muito obrigado e fiquem com Deus.

O SR. LÉO MORAES – Nós gostaríamos de agradecer imensamente a contribuição do Dr. Breno de Paula, um dos mais renomados e conceituados tributaristas do nosso Estado que em muito contribuiu para a realização deste evento e deste Seminário. Então, eu queria de público agradecer toda dedicação e entrega para algo tão relevante, como o próprio Dr. Breno deixou claro na sua explanação, na sua brilhante palestra. Muito obrigado, Dr. Breno, por contribuir com todos nós.

Passar a palavra aqui para o meu Presidente, quem manda é ele.

O SR. SIDNEY LEITE (Presidente) – Imagina. Passar a palavra aqui para o Deputado Ezequiel que tem uns agradecimentos a fazer aqui.

O SR. EZEQUIEL NEIVA – O Cerimonial nos passou aqui alguns nomes. É certo que temos muitas outras pessoas, mas em nome destes, nós queremos agradecer todos os empresários que se fazem presentes à nossa Audiência. O Senhor Pedro Pereira de Oliveira Júnior, da Minas Distribuidora. Dandara Montenegro, Mendonça e Montenegro Advogados; Larissa Cansul, Dydyo, Águas Caiari; Rodrigo Gil Galindo, Mr. Cat; Edwaldo Viecili, Aqui Publicidades; Paulo Rogério José Fuistche, Portal das Américas; César Zoghbi, Zoghbi Imobiliária; Francisco Holanda, Papelaria Holanda. Sejam todos bem-vindos a este encontro. E também temos Augusto Pellucio, Grupo Sapiens.

O SR. SIDNEY LEITE (Presidente) – Vamos passar a palavra agora ao senhor Ari Carvalho Santos, auditor fiscal e representante do PROFAZ. O Luiz já está apto? Então, vamos ouvir o Secretário. Só queria, Secretário, que a gente ficasse na faixa dos 10 minutos.

O SR. LUIZ FERNANDO PEREIRA DA SILVA – Agradecer aqui ao Deputado Sidney Leite por nos permitir ter essa interação com a Comissão Especial da Reforma. Agradecer o Deputado Léo Moraes por também nos convidar para este momento; a Deputada Mariana Carvalho, muito bom a gente ter essa interação com a Bancada Federal e poder, de certa forma, influenciar um pouco nessa discussão tão relevante para o País.

Deputado Ezequiel Neiva, muito obrigado pelo convite também, por nos permitir esse tempo aqui na Casa de Leis do

Estado de Rondônia. Quero cumprimentar também o Presidente Marcelo Thomé, em nome dele as demais autoridades aqui da Mesa.

Eu pedi a inversão da pauta porque eu sabia que o Dr. Breno iria partir para o ataque, então eu precisava da defesa, então eu achei que a estratégia encaixava melhor se eu ficasse para depois – estou brincando. Na verdade, a gente achou que ele faria uma exposição mais ampla, uma contextualização maior do assunto e como é uma Audiência Pública é bom que a gente tente expor o assunto de um ponto de vista mais amplo e aí eu vou apresentar mais detalhadamente a proposta que os Secretários de Fazenda do País vêm discutindo há algum tempo e que já foi apresentada ao Congresso Nacional. Nós tivemos audiência com o Presidente Rodrigo Maia, tivemos também com o Presidente Davi Alcolumbre, do Senado, e conversamos com o Deputado Aguinaldo sobre essa proposta.

Enfim, os Estados, pela primeira vez, e raramente isso acontece, tiveram unanimidade no âmbito do CONSEFAZ – que é o Comitê de Secretários de Fazenda do País, que, junto com o Governo Federal integra o CONFAZ, o Conselho Nacional de Política Fazendária, e essa unanimidade foi construída depois de muito tempo, e não sem sacrifícios, e não sem um longo debate, porque a gente entende que embora a reforma tributária que está posta na PEC 45 não seja talvez o sonho de consumo, não é o melhor dos mundos, não é o modelo mais moderno, mas a gente entende que é a reforma possível. E os servidores fazendários, todos aqueles que operam a administração tributária no nosso País, como falou o Germano, que me antecedeu, sabe muito bem a loucura que é administrar tributos com um sistema tão complexo, tão díspare, tão incompreensível. Existe uma expressão consagrada aí no mundo jurídico de que o Brasil vive o manicômio tributário. E essa expressão não é muito exagerada, não. De fato, existem situações que são absolutamente incompreensíveis, até para quem opera.

Então a gente realmente precisa muito de uma reforma e a possibilidade de consenso em torno da PEC 45, ela tem um histórico muito interessante, porque ela nasceu, como o Dr. Breno mencionou, de acadêmicos, de pessoas que, motivadas pelo setor produtivo, se debruçaram sobre esse tema, estudaram os melhores modelos do mundo e propuseram um modelo que permite conciliar interesses. O grande desafio aqui é justamente conciliar a necessidade de simplificação, de prestigiar o princípio da não-cumulatividade, o princípio da neutralidade do imposto que está presente no Código Tributário Nacional desde 1966, mas que não sendo aplicado. Então, fazer isso e ao mesmo tempo preservar a arrecadação dos Estados, não aumentar a carga tributária, enfim, essa série de premissas, é muito difícil você conseguir trazer todo mundo para a mesma ideia, a mesma proposta.

No entanto, a PEC 45, após muitos debates, essa abertura, inclusive do Deputado Baleia Rossi, de aceitar sugestões do CONSEFAZ e trazer isso para o texto da PEC, permite que o consenso seja construído.

O setor produtivo mencionou aqui, o Raniery, o Marcelo Thomé, todos os demais, mencionaram que interessa muito ao setor produtivo que aconteça essa simplificação. Então assim, não é a melhor, mas é a reforma possível e a gente precisa trabalhar mesmo para ter esse consenso. E temos tentado trabalhar, inclusive com o Governo Federal, nesse sentido. Mas já que meu tempo é curto, eu queria pontuar (é claro que não vou conseguir passar todos os slides aqui; não são 179, mas são pelo menos 25), e vou ser rápido aqui, passando o que mais importa.

(Apresentação de Slides)

As premissas que todos concordam que devem ser perseguidas nessa reforma são essas: a simplificação, padronização (isso é claro de entender), Princípio do Destino.

O que é que é isso? Hoje existem produtos que são tributados na origem do Estado que os produz, e outros são tributados no destino. Energia elétrica, por exemplo, é no destino. Os produtos industriais são na origem. Isso é uma confusão a mais. Isso, além de tudo, traz um problema que é o estímulo à guerra fiscal.

O princípio, quando o ICMS é tributado na origem, ele faz com que o Estado queira conceder benefícios fiscais para atrair a indústria, para atrair investimento para produzir naquele Estado, porque ele pode reduzir o imposto que aquela empresa vai pagar, porque ela vai gerar emprego, porque ela vai permitir a circulação, o aquecimento da economia naquele Estado. Aí, o outro Estado, para atrair investimento, tem que fazer a mesma coisa. E aí, com isso, existe a guerra fiscal. Cada Estado precisando conceder mais benefícios, para que possa atrair investimentos para o seu Estado.

Isso gera desequilíbrio das condições de concorrência também, porque a empresa que não tem benefício, também não consegue concorrer. Então chega a um ponto em que a indústria só opera, só se dispõe a investir se tiver o benefício e isso deprime a receita dos Estados, isso gera desequilíbrio e transfere renda, no final das contas, não para quem deveria ser beneficiado, mas para aquele que é o detentor do capital, do patrimônio, e isso é injusto sob vários aspectos.

Então, priorizar, privilegiar o Princípio do Destino é um dos pontos fundamentais porque os melhores IVAs - Imposto sobre Valor Agregado - do mundo, são aqueles que consagram o Princípio do Destino na tributação. No mundo, existem cerca de 260 países que têm um tipo de IVA - Imposto sobre Valor Agregado. O ICMS é um tipo de IVA, mas é o pior do mundo, sem dúvida. E a gente precisa melhorar muito isso, sem dúvida. A Deputada Mariana mencionou a questão da posição do País no ranking do *In Business*, que é um relatório publicado anualmente pelo Banco Mundial, em que na Edição de 2019 o País figurava em 109º lugar, numa relação de 190 Países. E no quesito facilidade por pagamento dos impostos, a posição é 184. Hoje saiu a Edição 2020 do *InBusiness*, piorou. A gente está agora na posição 124ª no ranking geral. E em relação a pagamentos de impostos a boa notícia é que não piorou continuamos em 184, no total de 190. Mas, estamos entres os dez piores sistemas do mundo, então de fato o sistema esgotou e faz muito tempo. E esses aspectos do Princípio Destino, da guerra fiscal são talvez as principais distorções do sistema.

Combater a regressividade, que o Deputado Léo Moraes mencionou também, que é uma preocupação dele, o que é regressividade? Quanto mais você ganha, menos você paga.

Ou seja, o percentual que os impostos representam sobre a sua renda, diminuem à medida que sua renda aumenta.

Ou seja, pobre paga mais do que rico percentualmente, isso é extremamente injusto. Então, a gente precisa corrigir isso. A PEC 45 não consegue atacar esse problema de uma maneira mais impactante, mas, pelo menos, ela traz no seu contexto, no seu bojo, uma forma de começar a reduzir a regressividade. Eu já vou falar sobre isso, mas, claro, o ideal é que avançasse nos impostos sobre a renda, sobre patrimônio.

A PEC 45 só trata de impostos sobre consumo, os cinco impostos que o Dr. Breno mencionou. Ela também prevê, e isso é um princípio, é uma premissa importante, a política de desenvolvimento regional. Em lugar de conceder benefício fiscal, de conceder redução de impostos para atrair investimento, o

ideal é que o benefício seja financeiro. O Estado quer facilitar a instalação de empresas, a implantação de empresas, que esse benefício seja financeiro e não através de política tributária. Empresas que geram emprego e renda, receberão créditos, receberão incentivos para a sua instalação no Estado, isso privilegiando os Estados que têm menor nível de desenvolvimento, como prevê a Constituição, para combater desigualdade regionais. Então, a política de desenvolvimento regional também está contemplada nisso e a compensação de perdas. Também foi mencionado aqui que os Estados precisam manter o seu equilíbrio, de pagar os seus custos, as suas despesas e elas estão sempre com a tendência de superar as receitas. Então, é preciso manter o atual nível de arrecadação, porque senão os Estados não vão conseguir cumprir com suas obrigações constitucionais.

A Zona Franca também é um ponto importante e é muito bom a gente ter dois Deputados da Região Norte aqui pelo menos na Comissão Especial, Deputado Sidney Leite, Deputado Léo Moraes, porque a Zona Franca é importante. Existem vários motivos para que a gente mantenha o benefício da Zona Franca de Manaus, apesar de ser uma política de benefícios fiscais, mas é uma forma de compensar a desigualdade regional e a Amazônia, precisa dessa compensação. Então, tirar isso seria muito ruim, e há um consenso entre todos os Estados, entre os Secretários de Fazenda de todos os Estados, que não devemos alterar os benefícios da Zona Franca de Manaus, isso inclui as áreas de livre comércio, deve incluir. Inclusive, Deputado Léo, Deputado Sidney, esse ponto da Zona Franca é importante que ele inclua também os municípios que entregam a Zona Franca de Manaus, que são as áreas de livre comércio. Então, isso para Rondônia é um ponto importante, a gente precisa ter isso no texto final.

E, por fim essa ideia, o que foi também mencionado aqui, de que não pode haver aumento da carga tributária, assim como não pode haver perda para os Estados, não pode haver aumento da carga tributária. Então, com essas nove premissas, os Secretários de Fazenda dos Estados se reuniram, discutiram e propuseram emendas a PEC 45, propuseram um texto para a PEC 45, que foi acolhida a priori pelo relator, pelo relator não, pelo autor da emenda, e a gente pretende, com isso, contemplar todas essas premissas dentro do texto.

Então, o que é a PEC 45? O que é reforma tributária que está posta dentro desta Emenda Constitucional? É aquilo que o Dr. Breno já mencionou, substitui os três Impostos Federais: IPI, PIS, CONFIS; o do Estado, que é o ICMS; e do município, que é o ISS, por um imposto sobre Bens, Direitos e Serviços, que é o IBS, mas também prevê na proposta dos Estados o Imposto Seletivo. Então, seriam cinco por dois. O Seletivo é um imposto que não tem finalidade de arrecadação fiscal, mas de desestimular consumo de produtos que tenham, o que os economistas chamam de externalidade negativa, que é quando um produto traz algum prejuízo para a sociedade, traz, deve ser desestimulado, é o caso de cigarro, bebida, munição, arma, enfim, são produtos que tem externalidade negativa, tem um custo social e por isso deve ser desestimulado o consumo através da tributação, é essa a ideia do Imposto Seletivo.

A estrutura da PEC seria essa, os Poderes: União, Estado e Municípios, na proposta dos Estados, os Estados e municípios, bom os três entes participam da receita, mas, a fiscalização, a definição de alíquotas e a gestão do tributo seriam feito por Estados e municípios, por quê? ICMS e ISS são a maior parte da arrecadação a ser substituída pelo IBS. Ele incide sobre todos os bens, tangíveis e intangíveis, serviços, cessão e licenciamento de direitos, locação de bens e outros direitos.

Então, a base é bem mais ampla, o campo de incidência tributária é bem mais ampla. Por isso, haveria certa compensação, o fato desses 5 impostos serem substituídos, eles não precisariam ser substituídos para alíquotas tão altas porque a base de arrecadação aumentando, isso, a base de incidência aumentando, isso manteria o valor arrecadado no mesmo patamar porque a base é mais ampla. Então, sobre as importações ele também incide, como é hoje, não é? Manteria a incidência sobre as importações.

Como é que ele funcionaria? A alíquota estadual única por Unidade da Federação para todos os bens. Então, as Unidades da Federação teriam uma alíquota para cada unidade.

Elas podem definir a sua alíquota, mas essa alíquota é única para todos os bens, direitos e serviços que sejam comercializados naquela Unidade da Federação e isso é definido por PL de iniciativa do Governador, submetido às Assembleias Legislativas dos Estados. Então, a gente poderia ter alíquotas diferentes, mas, dentro da Unidade da Federação é uma só. A alíquota municipal também da mesma forma, seria definida pelo município, por iniciativa do Prefeito submetido às Câmaras, mas vale para todos os bens e serviços. Então, isso evita a diferenciação de produtos. Agora, nessa proposta, para preservar autonomia e adequação do novo tributo à realidade de cada região, permitiria ainda que houvesse alíquotas diferentes, mas com um único regulamento nacional, com uma única regra de aplicação. Então, a gente preserva a ideia de simplificação, embora, ainda com alíquotas diferentes para cada Estado. E o Senado Federal definiria alíquotas mínimas de referência, por quê? Para evitar guerra fiscal. Para evitar que Estados reduzam essas alíquotas a ponto de voltar a ter aquela guerra por atração de investimentos. Então, a definição de alíquotas mínimas, e aí a proposta do Deputado Léo que define alíquotas máximas também, para que evite um aumento de carga tributária.

Em relação à União, existiria a alíquota, parte da alíquota do IBS seria destinada a substituir a arrecadação que hoje existe com o PIS/COFINS e IPI e seria destinado para as finalidades que já existem hoje nesses 3 tributos: seguridade, social, o INSS, o financiamento do PIS, do PASEP e para o Fundo de Desenvolvimento Regional e Fundo de Compensação da Desoneração as Exportações. Esses dois Fundos, que seriam retirados da parte do IBS, que vai para a União, é importante justamente para evitar concessão de benefícios fiscais, para evitar que a gente utilize política tributária para benefícios fiscais. E a União, então, o recurso que vai para a União, cerca de 22% da arrecadação total desses 5 tributos, que é o que correspondem os 3 da União, financiariam esses 2 Fundos: o Fundo de Desenvolvimento Regional e o Fundo de Compensação das Exportações. Porque, hoje, os tributos sobre consumo não incidem sobre aquilo que é exportado. Então, vários produtos que vão, predominantemente, para o exterior não recolhem ICMS, por exemplo. Isso tem um custo para o Estado porque eles oneram a infraestrutura do Estado para produzir, mas o Estado não recebe a contrapartida dos impostos por esses produtos. É o caso dos diversos produtos aqui de Rondônia que produz, por exemplo, que vão quase tudo para o exterior, soja, por exemplo, parte da produção de carne, enfim. Então, para que haja uma compensação pelo impacto que eles causam na infraestrutura dos Estados, existe esse Fundo de Compensação da Desoneração das Exportações.

Bom, quanto com relação à competência, eu vou passar isso aqui porque é menos relevante. Existe, esse é um ponto controverso, o Comitê Gestor Nacional seria, na proposta do Secretário de Fazenda dos Estados, seria formado por Estados

e municípios, isso porque existe uma experiência negativa com o Comitê Gestor do SIMPLES Nacional, que os 3 entes participam, mas a decisão acaba sendo só da União e isso tira a autonomia dos Estados. Então, por isso os Estados propuseram que o Comitê fosse formado por Estados e municípios, mas claro que, no avanço das discussões, há espaço para alteração.

Um comentário importante aqui, o IVA Amplo, ou seja, o IVA que envolva esses 5 tributos é o ideal, é o desejo dos Estados, mas existe também a possibilidade de que a União caminhe com os seus tributos numa proposta e os Estados tenham, Estados e municípios tenham outro IVA, que seria o que se chama de IVA Dual. Ou seja, vigoram sobre as mesmas regras, mas a gestão e a distribuição é separada para a União e para Estados e municípios. Isso é novamente aquilo: se não for possível construir o IVA Amplo, pelo menos o IVA Dual a gente deveria construir porque a simplificação continuaria acontecendo, a parte do IVA, do IBS que iria para a união, que iria para o Estados seria recolhido no mesmo documento de arrecadação, trabalhando sobre as mesmas regras, sem ter tantos regulamentos. Então, isso também seria um avanço possível.

Aqui um cálculo do quanto que seria a arrecadação oriunda desses tributos e o porquê da composição do Comitê. Deixa eu avançar aqui por causa do tempo. O Comitê Gestor Nacional teria então essa incumbência de cuidar do regramento, da fiscalização, do contencioso, etc.

O Simples Nacional que também é uma pergunta, uma dúvida frequente. Como é que ficaria o Simples Nacional? A ideia é manter o Simples Nacional. A PEC 45 não elimina o sistema de arrecadação de tributação pelo Simples, mas o contribuinte pode optar por pagar os demais impostos pelo regime simplificado e o IBS pelo regime geral. Ou seja, ele poderia manter os dois sistemas, estar no IBS e estar no Simples. E se ele optar pelo Simples, ele não pode transferir créditos. Então, qual o efeito disso? Para os pequenos negócios, aquela empresa pequena que vende direto ao consumidor final, seria mais interessante ele ficar no Simples. Mas para empresa que já tem clientes, outras pessoas jurídicas que têm uma complexidade maior de suas operações, ele manter os créditos para evitar a cumulatividade do imposto, é importante. Então, haveria uma tendência de que as operações maiores migrassem para o IBS, e as menores continuassem sendo Simples. O que seria uma forma de corrigir também distorções do próprio Simples, que hoje abrange uma gama de empresas muito, que não são de fato pequenas.

Bom, com relação ao regime de compensação, os Estados que tiverem perdas, quer dizer, desculpa, a compensação com relação à cumulatividade, seria crédito financeiro e não crédito físico. O Marcelo também mencionou isso há pouco. Ou seja, para evitar que o imposto seja cobrado duas vezes é preciso me creditar do imposto que eu já paguei na etapa anterior. Quando eu compro uma mercadoria e depois eu vou vender, o imposto que eu paguei por essa compra tenho que abater do imposto que eu vou pagar pela venda da mercadoria. Então, esse princípio da não cumulatividade seria mais simples de aplicar porque ele não teria que considerar quanto desse bem que você produziu, de fato, é insumo, quanto que não é insumo, ou seja, tem uma complicação grande para definir isso. E quando você decide que todo pagamento é crédito, isso gera uma facilidade maior para determinar o imposto final a pagar.

Com relação a benefícios fiscais, aquilo que eu já mencionei, a ideia é não ter benefícios fiscais. A gente eliminar

essa diferenciação de tributação por empresa e usar o Fundo de Desenvolvimento Regional como medida de benefício financeiro.

Com relação à regressividade, aqui merece um comentário. Eu já expliquei o conceito da regressividade. O que é que a PEC 45 prevê para reduzir a regressividade? O Deputado Baleia Rossi acolheu uma proposta que existia, foi formulada por um colega auditor lá do Rio Grande do Sul, de que ao invés de ter uma alíquota reduzida para determinados setores da economia, por exemplo, os produtos da cesta básica, os produtos hortifrutigranjeiros, os produtos agropecuários ou têm isenção ou têm uma alíquota reduzida, porque, em tese, eles seriam consumidos por pessoas de menor renda. Só que na prática, os estudos mostram que esse benefício nunca beneficia de fato as pessoas de menor renda, porque eles também são consumidos pelas pessoas de maior renda, até em maior volume. Ao invés de ter alíquotas diferentes, já que o imposto prevê alíquota única por Estado, então as pessoas, à medida que compreem, elas colocariam seu CPF no documento fiscal e a partir dessa identificação do consumidor, e fazendo o cruzamento do consumidor com o Cadastro Único do Governo Federal, por exemplo, é um dos critérios possíveis, você identifica quem são as pessoas de baixa renda e você retorna, através de transferência de renda, ou seja, através de transferência bancária para essas pessoas, o imposto recolhido a maior. Ou seja, seria uma espécie de devolução de parte do imposto para a pessoa de menor renda. Então, esse critério torna os benefícios mais direcionados para quem de fato é o público alvo de benefícios fiscais, que seriam as pessoas de menor renda. Então essa ideia do ICMS personalizado, IVA personalizado está incorporado na proposta da PEC 45, e a gente entende que é uma maneira muito interessante de garantir a regressividade, de reduzir a regressividade. Ou seja, eu torno o imposto mais progressivo, mais adequado com a renda das pessoas, a capacidade contributiva das pessoas.

Com relação às exportações a gente manteria a mesma incidência...

O SR. SIDNEY LEITE (Presidente) – Senhor Secretário, para concluir, por favor.

O SR. LUIZ FERNANDO PEREIRA DA SILVA – Está joia. A distribuição da receita e outros aspectos aqui, a gente pode passar. O Fundo de Desenvolvimento Regional, que eu já mencionei. E, por fim, essa questão do Imposto Seletivo, que seria 50% do Imposto Seletivo seria destinado ao Fundo de Desenvolvimento Regional. Então seria uma forma de permitir o combate das desigualdades regionais.

A transição, o Dr. Breno mencionou, seria de 02 anos para fazer a modulação da alíquota e 08 para fazer a transição total do sistema, ou seja, 10 anos de transição da aplicação do novo modelo e mais 20 para garantir, 20 para que os Estados e municípios tenham garantia de que não perderão receita.

Então, isso seria uma garantia para os Estados. Zona Franca de Manaus manteria. E é isso. Muito obrigado.

O SR. SIDNEY LEITE (Presidente) – Obrigado, Secretário. E agora eu concedo a palavra por 10 minutos, ao senhor Ari Coelho dos Santos, Auditor Fiscal e representante do PROFAZ.

O SR. ARI COELHO DOS SANTOS – Bem senhores, boa tarde.

Queria cumprimentar o nobre Deputado Léo Moraes, em nome do qual eu cumprimento toda a Mesa e as autoridades presentes.

Pois bem, eu acho que até agora nós vimos só as afagos da PEC, só as coisas boas, todo mundo dizendo que está legal, isso está bom. Eu acho que cumpriu a mim, depois dessas apresentações de todos aí, apontar algumas incoerências e inconsistências que, em nosso ver, encontramos nesse projeto.

E eu acho que Audiência Pública é exatamente para isso, para discutir, apontar as possíveis incoerências e, de repente, chegar aos consensos. Perfeito?

Por favor, tem uma apresentação, não tem 150, tem só 10. Pois bem, a parte inicial que se falou da simplificação, da alíquota, de outros critérios que estão presentes na PEC 45, é unânime: União, Estado, município, os Fiscos estaduais, federais, municipais e contribuintes, todo mundo é favorável.

Todo mundo entende que o momento para se fazer uma reforma tributária está passando da hora. Ninguém aguenta mais essa questão de pagar tanto tributo.

(Apresentação de slides)

Pois bem, incumbiu-nos, após tantos afagos - não é, Luiz Fernando? -, com relação à PEC, nós descermos alguns cascudos. Então, pois bem, a gente tem alguns pontos que discutimos internamente, isso no âmbito Abrasf (Associação Brasileira das Secretarias de Finanças). Eu vou me permitir ficar um pouco mais afastado aqui para conversar mais com vocês. No sentido que a gente analisasse realmente essas propostas. E ao analisarmos essas propostas, nós verificamos que falta uma coisa essencial. O que é que o contribuinte quer saber? Ele quer saber base de cálculo, alíquota, quanto eu vou pagar? Quanto vai sobrar na minha conta para pagar? E o município quer saber o quê? O município, Estado e a União querem saber quanto que eu vou ter de arrecadação? Qual é o valor dessa sopa de palavras, de letras que estão na PEC que vai resultar para o contribuinte, que vai resultar em receita e que vai resultar também em despesa.

Por favor, pode passar. Perfeito. Aí a gente trouxe aí a questão do PROFAZ que vem trabalhando dentro do município, fortalecendo as administrações tributárias; mas isso aqui não importa o momento. A Abrasf, que é uma entidade municipalista de capitais que vem trabalhando de forma proativa também nas discussões da reforma tributária, já estivemos lá no Congresso Nacional por diversas vezes reunidos com os deputados, com a comissão, discutimos com o Consetraz, que o Dr. Luiz Fernando falou aqui, o Secretário de Fazenda do Estado. E a gente tem algumas questões que a gente gostaria de trazer com mais, uma espécie de um sumário, críticas a PEC. O discurso da burocracia, simplificação e de atrair investimentos; perda de autonomia dos municípios; reduz a capacidade de autogestão tributária? Centralização?

Nós vemos um contrassenso daquele discurso. Mais Brasília; aqui, mais Estados e menos município.

Então, veja bem, nós vimos aqui os discursos que seriam o quê? Mais municípios, mais Estados e menos Brasília. Aqui nós estamos vendo o quê? Uma concentração de arrecadação, o aumento das despesas de custos de investimento social, nós vamos falar isso rapidamente, e a gente traz logo em seguida as proposições. A eficácia das minirreformas que já aconteceram. Nesse âmbito dos 30 anos, nós observamos que já houve várias sub-reformas, várias minirreformas, reformas estruturantes do Sistema Tributário. Embora não seja aquela prolatada reforma tributária, mudando todos os critérios constitucionais, nós já tivemos vários pontos que foram utilizados de forma proativa e tiveram resultados significativos. E aí vem a pergunta: nós precisamos mesmo de uma reforma fiscal ou de uma reforma tributária? Não é? Isso nós vamos tecer rapidamente comentário. E as considerações finais, passa.

Desculpas, não quero demorar muito tempo não, para não me alongar aqui.

Pois bem, essas 1.928 horas que nós discutimos aí: olha, o contribuinte passa 1.928 horas, 2.000 mil horas para pagar imposto, a questão do compliance, do custo de conformidade.

Se a gente for observar isso, no *InBusiness* analisa o quê? Quando se analisou isso, ele analisaram uma empresa de venda de mercadoria. Então, o segmento que realmente traz muita demanda. Nós temos no Brasil quantas legislações com relação à tributação do ICMS? E nós vamos mais, legislações por mercadoria. Nós vemos aí, nós temos lá vários critérios que são colocados que as legislações realmente traçam esse emaranhado de normas. E desse cálculo, dessa época, foi feita uma pesquisa na Confederação Nacional das Indústrias, eles chegaram a esse critério aqui, qual é o tributo que causa maior impacto sobre a competitividade. Nós observamos aqui que o ICMS, diante das legislações, chegou a 42%; o ISS, que é o municipal 1%, ou seja, está tão complexo assim tudo? Ou existem alguns tributos pontuais que podem ser realmente melhorados? Essa seria a pergunta que nós faríamos ao final, não é?

Outra coisa, a gente fala muito em simplificação, que vai aumentar investimento, vai atrair investimentos, pensamos: nós vamos conviver simultaneamente com dois sistemas tributários jurídicos complexos, nós estamos em uma fase de transição de 10 anos, que se fala. Nesses 10 anos, imaginem os senhores, se tivesse como investir? Eu conversando com Heleno Taveira Torres, essa semana passada, ele falando em uma palestra, diz: "olha, estive na Zona Franca de Manaus, uma empresa falou - para ele - que tinha um bilhão e meio de investimentos, mas não pode investir, por quê? Porque vai esperar os 10 aos da reforma tributária, se acontecer". Por que quem será a pessoa, o capitalista que vai ter o bom senso de, ao invés de investir em outros países, em outros locais com maior segurança jurídica tributária, vir e trazer seu dinheiro para colocar em um País que vai conviver durante dez anos com dois sistemas tributários, um capenga, ruim, criticado, péssimo e outro que nós não sabemos ainda o que é - não é verdade?

Outra questão, hoje com relação à arrecadação dos municípios, o Luiz Fernando, eu acho que não vai gostar muito de mim - não é, Luiz Fernando? Mas nós estamos nas discussões. Pois bem, nas discussões aqui, nós observamos que o ISS dos municípios, em receita municipal, ele representa 43% da arrecadação dos municípios no cômputo geral do País.

Então, se nós pegarmos todos os municípios, 43% do que ele arrecada é ISS. A PEC prevê um compartilhamento de Imposto Seletivo também, que é uma questão pontual. Pasmem, na 110 é pior ainda - não é, Luiz Fernando? Na 110, eles colocam a questão da seletividade inclusive para comunicação, energia elétrica, combustível e gás. Isso é coisa seletiva? Não é. Nessa aqui, felizmente, não desceu a esse nível de discussão, que seria na verdade um crime tributário maior com a população, está certo?

Então, veja bem: nós precisamos ter regras claras, claras e objetivas. De regras confusas, de regras que dão dualidade de interpretação, nós já temos muitas, muitas mesmo, não é? A PEC 45 prevê também, não prevê iniciativa legislativa para o município para que ele possa alterar qualquer requisito que for na Lei Complementar Federal. Se a gente analisar: não, por quê? Não seria uma invasão de competência, um conflito de competência? Mas precisaria deixar essas regras claras, quando isso vai acontecer?

Outra questão também básica, os serviços hoje, a questão da tributação dos serviços, que é de competência municipal,

ficaria diluída, um pedaço para o Estado, um pedaço para a União e o município fiscalizando alguma coisa. E, veja bem, a maior demanda, a maior fonte de recursos, a maior renda que existe hoje, que cresce de forma exponencial, é serviços.

Os meninos aí, os adolescentes, os jovens que estão aí, lógico que sabem que nós temos hoje a tal de *deepweb*, aquele monte de operações, de transações que realmente acontecem, que o Fisco não tem conhecimento e por quê? Porque o auditor, hoje, ele está, com uma planilha de Excel, tentando analisar algumas questões e as empresas estão trabalhando num mundo subterrâneo e esses recursos, a gente nem sabe como faz. Aí imaginem os senhores quando nós não estamos trabalhando com mercadoria, nós estamos trabalhando com serviços, serviço não tem físico, serviço eu não pego ele e saio transportando, não é? Então, essa questão da tributação do intangível é uma coisa que tem que ficar mais clara, tem que ser mais estudada, tem que ser mais ampliada, senão nós vamos continuar vendo os recursos escorrerem entre os dedos. Isso é ruim, isso aumenta a carga tributária, isso aumenta o custo, isso aumenta tudo, isso não é bom para o País.

Nós fizemos aqui um gráfico, bem rapidinho, só para a gente ilustrar. Isso aqui o que é que acontece? A gente observa o crescimento do tipo de atividade de serviços no Brasil. Então, é crescente. Então, o nível de serviços está em crescimento sempre, enquanto, neste caso aqui, que a gente não acha interessante, porque as indústrias, vocês observem aí, o nobre Marcelo Thomé não se ainda se encontra, você vê um em descendente isso. E a gente está, pessoal, nós estamos tentando mudar um critério de tributação. O crescimento do serviço do Brasil, também crescendo de forma positiva. Aqui um gráfico, novamente, dizendo como vem crescendo aí desde 2002, a questão do ISS comparando com o crescimento do ICMS. A gente observa que os serviços praticamente cresceram o dobro no Brasil, enquanto a venda de mercadorias cresceu, mas de uma forma não tão grande, não tão exponencial. Isso são fontes oficiais.

Nós temos aqui também uma questão que eu acho essencial quando se trata de reforma tributária. É uma questão que nós chamamos a atenção para que atentem bem: é a ausência de impactos e simulações. Nós não podemos fazer nem uma reforma de banheiro em casa, se a gente não colocar na ponta da caneta e dizer quanto que você vai gastar, quanto que você vai realmente ter que desembolsar. Nós estamos recepcionando vários projetos. Nós temos hoje 219 emendas nessa PEC 45. Mas hoje não foram apresentadas para os municípios (não sei se os Estados tiveram acesso a isso) planilhas dizendo: olha, nós temos cenário A, cenário B, cenário C. Qual o cenário que é melhor para o Brasil? Então, nós estamos indo por letras, por palavras. E aí, Deputado Léo e nobres Deputados que estão presentes, é interessante que a gente atente para isso. Que a gente, de repente, não possa estar dando um tiro no escuro. Então, nós temos um sistema tributário péssimo, ruim, que pode ficar pior, não é?

Aqui nós trouxemos também: como é que fica a questão do VAF dos municípios - o Valor Adicionado Fiscal? Hoje nós temos aquele critério, nós temos o Valor Adicionado Fiscal, que você distribui para os municípios a quota parte do ICMS de acordo com o crescimento e a atividade econômica deles.

Pensa-se, nessa PEC, em mudar para o critério populacional 75% disso. Esses impactos, eu fiz uma simulação para os municípios de Rondônia. Nós temos município que hoje vive de pires na mão em Brasília, que vai perder quase 3%. Ou seja, nós estamos tentando melhorar uma coisa,

senhores, me perdoem a franqueza, mas sem números. Esses números não estão presentes.

E aí fica aquela dúvida: o que realmente nós queremos de reforma tributária? Nós queremos uma reforma tributária para trazer uma solução ou para criar um problema maior? Não estou aqui dizendo que não precisamos. Precisamos. Isso é fato. Todos sabem disso. Agora, nós não podemos discutir um sistema que está consolidado, que pode ser melhorado.

Precisa de emenda constitucional? Precisa, em alguns pontos. Precisa de reforma da legislação complementar? Precisa de muitos pontos, não é, Dr. Breno? Muitos pontos. Mas a gente também não pode sair de uma coisa para ir para um lugar que a gente não sabe ainda como está.

Ainda se fala muito na questão de Fundos: Ah, nós vamos criar um Fundo de Compensação para A, para B, para C, para D. E aí o próprio CONFAZ traz (esses aqui são dados de 2018, não é?), só Rondônia, da tal Lei Kandir, que todo mundo reclama dela, tem represado pelo Governo Federal R\$ 4,3 bilhões. E esse dinheiro é o quê? Das exportações. Nós somos um Estado eminentemente produtor de commodities: madeiras, soja, carne. E qual o nosso mercado consumidor? Exportação. Se exportamos, não temos direito ao crédito de ICMS. E aí? Como fica? Nós vamos continuar perdendo mais recursos ainda? Minas Gerais: R\$ 113 bilhões represados; coisas que estão sendo discutidas no Supremo Tribunal e até hoje não receberam.

Acho que é só para a gente pensar um pouco. Eu acho que o nosso Presidente já está querendo que eu saia, mas só para concluir...

O SR. SIDNEY LEITE (Presidente) - Eu só quero que conclua, Ari.

O SR. ARI COELHO DOS SANTOS – Só para concluir. Então, veja bem, outro Fundo aqui. O Estado de Minas Gerais, por exemplo, reteve a questão do Fundo do ICMS lá e está tentando negociar agora. Passou o ano de 2018 todinho sem descer um centavo para os municípios. Ou seja, experiência de Fundo, de recursos em Fundo, nós já temos muito. Essa é outra questão também. Essa aqui também, não vou comentar muito, porque já falamos.

Outra questão também que é bem relevante, senhores: a gente não está pensando, quando fala que está aumentando a questão dos serviços, fala assim: olha, a alíquota do ISS hoje é 5%. Se for para o IBS, vai para 25. A gente não está somente aumentando a carga tributária em cima do contribuinte. Por quê? Porque Estado, União e municípios também são compradores de serviços. Então, imagine que esses serviços, ficando mais caros, o que é que vai acontecer? Vai precisar se desembolsar mais dinheiro. E nós fizemos uma simulação aqui no Estado de Rondônia, nesse período de 10 anos, para os municípios, vocês observem aí o que aumenta.

Então, nós observamos que há várias questões, senhores, que a gente precisa realmente planilhar. Quem é da área de Economia, quem é da área de Ciências Contábeis, e quem é da área jurídica também, sabe que tudo tem custo, tudo tem valor.

Deixa eu só encerrar, Presidente. Queria só, para finalizar, deixar uma questão aqui. A proposta do Deputado Léo Moraes, muito pertinente, viu, Deputado? Deputada Mariana Carvalho também extremamente importante. E eu pediria aos senhores que atentassem para os números. Reforma tributária é mais importante do que qualquer outra coisa, mas nós precisamos saber valores, saber quanto isso custa, quanto isso realmente representa, se se têm ganhos ou se se têm perdas. Muito obrigado.

O SR. SIDNEY LEITE (Presidente) – Obrigado Dr. Ari. Passo a palavra agora ao último palestrante Saleh Hamdeh, que representa a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas. E o foco dele é para mostrar os incentivos fiscais não só em Manaus, mas também na região da Amazônia Ocidental como no caso Rondônia. E ele traz esses números, principalmente, de insumos e o comércio, que é afetado pela alteração dos critérios da PEC 45. E convido o Deputado Jhony Paixão para compor a Mesa.

O SR. SALEH HAMDEH – Boa tarde a todos. Saudar o Deputado Sidney Leite, Vice-Presidente da Comissão Especial; Deputado Léo Moraes, autor do Requerimento; Deputada Mariana; Presidente Marcelo Thomé, da Federação das Indústrias de Rondônia a quem saúdo todos os demais integrantes da Mesa.

Falar por último tem as suas vantagens e tem as suas desvantagens. As vantagens é que fica fácil falar depois de tanta riqueza de conteúdo dos que me antecederam e a desvantagem é que não tem como não ser repetitivo.

(Apresentação de slides)

Eu vou falar muita coisa aqui que já foi falada, mas enfim, vou tentar passar o mais rápido possível e ser o mais breve possível.

E vou me atentar a um tema específico, porque eu acho que já é consenso de que precisamos fazer uma reforma do sistema tributário, precisamos simplificar, precisamos melhorar os ambientes de negócio, acho que isso tudo já é consenso.

Acho que o grande desafio agora é como fazê-lo trazendo uma justiça fiscal e trazendo justiça social para um País, que eu vou tentar demonstrar, de tamanha desigualdade.

Bom, o tema que eu vou me concentrar é um tema que tem sido bastante debatido lá. Infelizmente, a proposta em si, os mentores da proposta em si, que são os economistas e os tributaristas da CESIF, eles não são muito sensíveis.

Infelizmente, eles não são muito sensíveis a isso e é uma parte que para nós aqui da Região Norte ela é extremamente importante, que a gente entende que ela é extremamente importante, que é a utilização de políticas fiscais como instrumentos de desenvolvimento regional.

Bom, muito se fala em gastos tributários. Gastos tributários, na verdade, são desonerações tributárias, são políticas de desonerações tributárias que são aplicadas no país de Norte a Sul. O que nós temos hoje de gastos tributários fonte e receita federal base 2018? É o Simples Nacional, a desoneração de imposto de renda, é agricultura e agronegócio, a Zona Franca de Manaus, entidades sem fins lucrativos, enfim, esses aí são todas as despesas de gastos tributários que são contabilizadas na União. Hoje nós temos aí algo em torno, de 2018 a variação para 2019 é muito pequena, algo em torno de R\$ 283 bilhões em gastos tributários, ou seja, em políticas de desonerações tributárias.

E aqui é um dado interessante, que eu acho que chama bastante a atenção. Como está o mapa da desigualdade do Brasil? Como está o mapa da riqueza e da pobreza? Então a gente pode perceber que existe ali no Sul, Sudeste e Centro-Oeste uma concentração de riqueza e nós temos no Norte e Nordeste a concentração de pobreza do País. E onde estão as desonerações tributárias? Onde estão os famosos gastos tributários estão sendo aplicados? Então a gente pode perceber que no Norte, de toda renúncia fiscal das políticas de desonerações tributárias que existe, o Norte representa 11.9% e o Nordeste 11.6%. Ou seja, está bem claro nos números que as políticas de desonerações tributárias estão sendo aplicadas nos Estados mais ricos, o que é uma inversão do que determina

a Constituição, que é aplicar para diminuir as desigualdades sociais. E, historicamente, o que tem acontecido é que essas políticas estão estimulando uma riqueza maior nos Estados mais ricos. Então, isso é uma distorção e isso precisa ser corrigido, ou seja, precisamos acabar com a regressividade? Sim, precisamos acabar e precisamos levar justiça social e justiça fiscal para os Estados mais necessitados...

Os gastos tributários, hoje, por exemplo, da Região Norte: onde é que estão sendo aplicados? Na Zona Franca de Manaus, sem dúvida alguma. Na Amazônia Ocidental? Também, sem dúvida nenhuma, e nas áreas de livre comércio. Esses são os gastos tributários hoje que representam basicamente a Região Norte.

Como é que ela está distribuída? Na agricultura, nós temos aí R\$ 1 bilhão de desoneração na agricultura; na indústria, R\$ 6 bilhões; e comércio e serviço, R\$ 16.7 bilhões, que são aplicados em desonerações tributárias da Região Norte, basicamente aqui no âmbito da Suframa.

Então, aqui outro dado interessante: hoje, todas as remessas para a Amazônia Ocidental são isentas de IPI. Então, um levantamento da Suframa, o número que foi identificado pela Suframa é que isso representa hoje, R\$ 31.2 bilhões ao ano. Ou seja, são compras que são feitas da Amazônia Ocidental, de outros Estados da Federação, que são remetidas para esses Estados da Amazônia Ocidental, isentas de tributo.

Aqui uma preocupação. Hoje, o Estado de Rondônia é o segundo que compra mais mercadorias dos outros Estados, R\$ 4.8 bilhões ao ano. Essas remessas, hoje, elas são isentas. Ou seja, nós aqui compramos mais barato por quê? Porque temos uma população de menor renda. Se acabar essa remessa isenta, fatalmente nós teremos uma elevação do custo de vida, um efeito inflacionário que ninguém está tratando isso na Proposta de Emenda Constitucional. Ou seja, a população de baixa renda vai pagar mais caro no consumo dos seus bens e mercadorias que hoje são consumidos.

Qual é a visão da PEC? Estou falando especificamente desse tema. É vedada qualquer concessão de incentivo fiscal.

Ou seja, todas as remessas a partir de agora vão ser tributadas. Vamos pagar mais caro? Sim. Qual é a compensação? É o uso de mecanismos de transferência de renda como forma de diminuição das desigualdades sociais. Ou seja: é bolsa. É trocar emprego por bolsa.

Essa é a visão dos mentores da proposta.

Essa é uma preocupação que a gente precisa realmente tomar cuidado porque trocar emprego por bolsa, nós vamos ter aí uma preocupação de aumento da desigualdade e aumento da pobreza.

A utilização de fundos orçamentários como instrumento de desenvolvimento regional. Esse é um outro ponto que a gente tem se preocupado bastante. Porque fundos orçamentários é uma questão de pires na mão. Fundo orçamentário é: tem orçamento, você tem recurso; não tem orçamento, você não faz política nenhuma de desenvolvimento regional.

E, por fim, para não me alongar muito, quais seriam as consequências para a região? As consequências dessa proposta, se realmente se confirmar tudo o que está lá na proposta e a posição radical dos mentores dessa proposta de não utilizar nenhum tipo de instrumento fiscal para desenvolvimento

regional, nós teríamos o fim da Zona Franca de Manaus, apesar de que há um consenso da continuidade dessas políticas, mas não é o consenso geral dos mentores dessa política, eles não abrem mão disso. É o fim das áreas de livre comércio, e é o fim das remessas isentas para toda a Amazônia Ocidental.

Porque aí é aquilo que eu falei: é o efeito inflacionário, é o aumento de custo, é a elevação dos preços de mercadorias que a gente vai consumir aqui dentro de uma população de média e baixa renda.

E a última coisa é a dependência do orçamento da União para a promoção de políticas públicas nos Estados. Nós entendemos que isso é muito arriscado e a gente precisaria, no mínimo, ter pelo menos uma previsão constitucional desses fundos de compensação.

Era isso que eu tinha que fazer aqui, é isso que a gente tem levado lá na Comissão Especial. É nisso que a gente busca usar o apoio de todos os Estados da Região Norte e aqui destacar, realmente, a participação do Deputado Sidney Leite, da Deputada Mariana, Deputado Léo Moraes, que têm realmente trabalhado de forma bastante importante na defesa, realmente, dessas premissas. Então, era isso que eu queria trazer e muito obrigado.

O SR. SIDNEY LEITE (Presidente) – Obrigado, Saleh. Eu só queria, aqui, dentro daquilo que dessa apresentação do próprio Saleh, Secretário, dos insumos e do que tem de incentivo fiscal destinado a todos os Estados da Amazônia Ocidental, da área da Zona Franca, Manaus aqui, vamos dividir o que é insumo da indústria e do comércio Fica com R\$ 19bi 851. O segundo é Rondônia, com quase R\$ 5bi, entendeu? Então, nós precisamos lutar por isso aqui. Por quê? Porque nós temos dois desafios com relação à PEC 45. Primeiro, é que teria que manter as vantagens comparativas. E a segunda é que você tributa no destino, no local de consumo. Então, esse é um problema grave, certo?

Eu quero aqui agradecer a fala do Secretário de Fazenda. Ele explanou o que é a concepção da PEC 45, concordo e muito com o que o Ari falou. E dizendo, Ari, que essa proposta da distribuição do município se baseia no critério do FPM, que a Confederação Nacional de Municípios defende. Inclusive, eu sou membro, como parlamentar e municipalista e defendo isso.

Agora, o que é importante nós entendermos é o seguinte: nós temos aí, e isso foi muito bem colocado pelo Ari, dez anos de transição para calibrar o tributo, qual vai ser o valor da carga tributária. E outra o que muda radicalmente é o seguinte, o município e o Estado, vão ter relativa autonomia e vai dizer o seguinte: mas, eu não posso dizer que os produtos eletroeletrônicos vão ter uma carga de cinco, e os produtos de linha branca vão ter uma carga tributária de quatro, se for cinco para um, é cinco para todos. Isso é importante que fique claro.

Agora, tem uma coisa que passa despercebido nesse processo e que o Ministro Paulo Guedes tem buscado fazer isso, independente da reforma tributária, é em relação à questão do mercado externo. Nós não temos, essa é uma grande verdade, não é questão de proteger mercado, nós não temos condições de competir. Eu falava para o Deputado Léo, vamos pegar um exemplo, segmento automotivo, não é nem a Coreia e a China, nós não conseguimos competir com o

México. Se abrir, o Brasil, a gente não produz mais nenhum carro aqui no Brasil. - Ah! Fala da Zona Franca. Esses telefones todos que a gente compra é produzida na Zona Franca, mas se acabar os incentivos da Zona Franca, eles não vão para São Paulo, nem para Brasília, eles vão para outros Países. A Coca-Cola, se sair de Manaus, ela não fica no Brasil, ela vai para fora do Brasil. Nós vamos deixar de comprar a Coca-Cola? Não. Nós vamos deixar de comprar celular? Não, nós vamos comprar celular da China. E essa é uma política de desenvolvimento regional. Porque veja bem uma coisa, nós entramos no foco da mídia por questão do desmatamento, mas será que a gente recebe os mesmos recursos do Governo Federal que o Sudeste e o Sul recebem? Com certeza não. Nós não somos vice-campeões de pobreza regional porque nós não temos vontade e nem queremos trabalhar. Não é isso. É porque nós temos tratamento desigual.

Eu, antes de vir para cá, reuni com o Secretário de Meio Ambiente. Nós temos o problema da regularização fundiária, da atualização do zoneamento ambiental, nós temos problemas de investimento em tecnologia e crédito mais facilitado para avançar na cadeia produtiva do agronegócio. E nós temos a logística amazônica e o custo amazônico que as outras realidades e as outras regiões não têm. Esse é o nosso grande desafio.

Agora, eu quero aqui emitir a minha opinião, eu particularmente, eu discordo dessa proposta em que você tributa o consumo e penaliza grande maioria dos trabalhadores. Nós temos que tributar a renda, se costuma utilizar muito o exemplo, americano, mas os Estados Unidos, 48% do seu tributo está concentrado na renda e na propriedade. Aqui é o inverso, 48% é no consumo. Se nós desonerarmos o consumo, nós vamos vender mais, o comércio vai gerar mais emprego, nós vamos, as indústrias vão produzir mais e o Brasil vai crescer. Essa que é grande realidade.

Só que no Brasil, e eu quero até parabenizar por esse informativo que chegou aqui na minha mão, isso é uma verdade, rico não paga imposto no Brasil. Quem paga imposto é o trabalhador. E eu, particularmente, discordo por quê? Porque hoje nós não temos uma legislação definida o que é pobreza no Brasil. Como é que vai devolver através de um CPF de quem é pobre? Só se disser o seguinte: só quem for do Bolsa Família.

Então, nós precisamos não só simplificar a legislação tributária, dando segurança jurídica como muito bem colocou o Ari. Como é que a gente vai ficar num espaço de dez anos sem saber qual é o referido tributo? Isso é uma coisa que preocupa, e preocupa muita gente no Congresso, e nós precisamos ter a segurança jurídica. Mas nós precisamos mexer de quem paga imposto, não dá para continuar, o trabalhador, pagando imposto em detrimento dos ricos.

Eu citava aqui como exemplo, o Deputado Ezequiel e com o Deputado Léo, o sistema financeiro brasileiro, os Bancos só no segundo trimestre tiveram em torno de R\$ 23, R\$ 24 bilhões de lucros. Nós não estamos falando de pouco dinheiro, eu sou a favor da desoneração da folha, para que o setor produtivo possa gerar mais emprego. E como é que nós podemos desonerar? Nós não precisamos de CPMF que é o Imposto Regressivo. Nós precisamos sim tributar a renda, certo?

Então, eu quero agradecer a todos os palestrantes, e passo a palavra ao Senhor Moisés Meireles, que se inscreveu aqui. Três minutos seu Moisés, por favor.

O SR. MOISÉS MEIRELES – Boa tarde a todos. Deputado Leite, eu vou gastar dois, até porque você já reforçou aí, aqui o seguinte: eu acompanhei as palestras. Primeiro, boa tarde à Mesa. Em nome da Deputada Mariana, a única representante feminina, eu cumprimento toda Mesa. Grato aí pela palavra.

Bom, gente, os palestrantes todos defenderam os seus nichos. Se vocês observarem e, claro, consenso na simplificação. Se observar o Secretário defendeu os Estados, o Ari defendeu os municípios. Enfim, em linhas gerais cada um defendeu; o Dr. Breno defendeu os empresários e ninguém defendeu as famílias. O Deputado Leite agora citou o ponto 'x'. Eu acho que a reforma é necessária porque precisa simplificar, isso é consenso. E aí qual é o ponto chave? As famílias, ao longo do tempo, o Estado foi quebrando por aplicar mal o dinheiro e fez o quê? Quebrou e vem quebrando, endividando as famílias. Como é que a gente tem que fazer hoje para retornar a base, voltar os recursos para a família? Empresário, família sem dinheiro não compra; se não compra, não vende; se não vende, não produz; se não produz, quebrou a Nação.

Então nós temos que hoje aproveitar a reforma, ela vem no momento chave, o País está realmente revolucionando e qual o ponto chave da reforma? Deputado Léo Moraes, a questão do consumo. Para a gente observar, eu tenho um mapa aqui da proposta da Federação que é a Reforma Solidária. Está na mão do Deputado Léo Moraes. Um dos pontos que ela aborda aqui é, vamos lá: consumo, País: o Brasil tributa 49 e na renda 21, fazer esse comparativo. Alemanha tributa 27, renda 31; Dinamarca tributa 31, consumo 63 renda; Estados Unidos tributa 17 consumo, 49 renda; Japão tributa 21 consumo, 31 renda e Suécia tributa 28 consumo, 35. Ou seja, do rol dos países que estão na vanguarda de qualidade de vida, de solidez, todos tributam a renda e patrimônio em detrimento do consumo, o País, o Brasil é invertido.

Então, a reforma tem que pegar esse viés. Qualquer reforma hoje que não pegar esse viés, nós estamos trazendo mais, o mesmo, e o que é pior, podemos piorar como disse o Dr. Ari.

Então, na verdade, Deputado Léo Moraes, a chave da questão, consumo: tem que debruçar em cima para quê? Reduzir a tributação sobre consumo e aumentar renda e patrimônio. Olha que eu trabalho mexendo com consumo e eu sei disso na praça, quando eu passo e vejo estabelecimento fechado: "puxa vida! Como é que eu vou vir aqui amanhã aqui cobrar o meu ICMS? Não venho".

Quando eu passo aqui na cidade e vejo estabelecimentos fechado significa: a cidade está quebrando e um dia o meu salário também será reduzido. Entendeu? Então, se eu quero melhorar o circo da economia eu tenho que aumentar a renda para as famílias. E aí eu digo para vocês: não tem que ter guerra entre família alta e pobre não, tem que aumentar a renda de todos, porque se todos crescem, todos crescem; e se todos ficam pobres, todos ficam pobres; entendeu? Quem

não fica pobre tem que ficar preso nos condomínios e tudo e quando sai narua é assaltado. Quando eu saio na rua e vejo, eu estou com o meu carro, mas eu vejo a pobreza, qual é a minha satisfação? Entenderam?

Então, chave, Deputado Léo Moraes, lá no Congresso; Dr. Leite, questão da redução da tributação no consumo. É o ponto que levou a gente no ponto que está hoje e nós temos que fazer a direção contrária. É essa a minha palavra.

E outra questão que não é discutida, é melhorar a aplicação do gasto. Na medida em que a gente melhora a renda das famílias, a economia, as famílias terão dinheiro. Se terão dinheiro faz o giro da economia, aí o Estado começa a ter renda e renda. Outra questão nossa chave é melhorar a qualidade do gasto do setor público e da atuação também.

É isso que eu tinha para falar, muito obrigado a todos, obrigado, obrigado pela palavra é isso aí. Boa tarde a todos.

O SR. SIDNEY LEITE (Presidente) – O Senhor Augusto Pellúcio, Sindicato das Escolas e Faculdades Particulares do Estado de Rondônia, 3 minutos.

O SR. AUGUSTO PELLÚCIO – Boa tarde. Primeiro parabenizar os deputados pelo tema. Eu acho que falar de tributo é um tema bastante propício para o momento que vivemos. Trazer isso para uma discussão regional, fantástico! Então parabenizar os Deputados Estaduais, os dois o Jhony e o Neiva; parabenizar os Deputados Federais Léo Moraes, Mariana e todas as autoridades que vieram debater sobre isso. Eu queria destacar a presença dos empresários, empresários no Brasil precisa vender, precisa empregar, precisa recolher, precisa gastar tempo para fazer todo esforço como o Marcelo Thomé disse, os 3% para fazer toda essa parte e ainda precisa vir em Audiência Pública, Seminário porque senão aquilo que já é ruim pode ficar pior. E esse ponto que eu gostaria de destacar, que vários pontos apresentados aqui foi uma verdadeira aula. O Breno colocou, de maneira brilhante, temas constitucionais. A apresentação do Luiz, de maneira muito clara, trazendo esses pontos de outras propostas. Mas para mim assim, de fato essa proposta do Baleia, nasce errada. Eu, no ano passado eu tive a oportunidade de falar isso para o próprio Bernard Appy, no Centro de Cidadania Fiscal, que a visão dele é muito utópica para um País desigual, para um País que tem de fato uma diversidade gigante e se a gente não conseguir trazer esses temas para a discussão da sociedade a gente vai ver isso, a gente vai ver as pessoas sendo atingidas aonde mais impacta, no consumo, nas famílias. Eu resumo essa discussão da reforma tributária no meio que eu círculo, no meio educacional, nas escolas, nas faculdades, de maneira bem simples. Vai aumentar de maneira substancial as mensalidades. E aí as pessoas começam a prestar atenção nisso. De maneira bem simples, as escolas e faculdades do setor que eu represento, terão impacto expressivo e isso, aqueles pais que já estão à margem da sociedade, que já não têm acesso à educação de qualidade, que optou por pagar, vai ter que pagar mais ainda. Isso eu falo com várias pessoas aqui que eu posso até ver que são vários alunos ou, às vezes, tem filho na nossa escola, isso vai impactar de maneira absurda em todo o serviço educacional. Serviço esse que deveria ser direito do cidadão, direito das pessoas.

Está na nossa Constituição que a gente tem direito à

educação. Você vai, opta por pagar por uma educação de qualidade, você acaba tributado duas vezes. Então, destaco dois pontos que foram colocados aqui. Um, a proposta da Emenda da Deputada Mariana, que fala das instituições, das empresas que têm 60% do seu..., em cima de folha, então são aquelas que geram, de fato, emprego. As empresas de serviços têm isso. Ela não compra produtos, então ela tem basicamente todo o seu tributo concentrado nas pessoas, nos empregos que são gerados. E destaco um dos pontos que foi colocado pelo Deputado Léo, de não aumentar a alíquota. E aí reforço uma pauta que deveria ser grande. A gente não tem que só discutir não aumentar. Nós temos que discutir reduzir. Porque nós já pagamos uma alíquota absurda de imposto. A gente lida com um Estado altamente eficiente. Tributa antes, o produto antes de passar, quando passa na fronteira já está sendo tributado, algo que é altamente eficiente e eficaz. O empresário, o pequeno empresário, ia dar um destaque para o empresário que é lojista no shopping, que ele tem vários sócios. Ele tem o shopping que é sócio dele, ele tem o governo que é sócio dele, ele tem a franquia que é sócio dele. E ele se mata para pagar imposto e para sobreviver, e se sobrar alguma coisa ele tira o lucro, se tiver lucro, se não for tributado, dividendo nessa reforma, que também é uma coisa que é discutida. Mas a gente tem que começar a discutir, com essa pauta liberal de governo, de fato uma redução de imposto, porque a gente está discutindo redução disso, redução daquilo, privatização disso, privatização daquilo. Discutir. Vi ontem uma discussão de reduzir o Congresso, de reduzir a quantidade de cadeiras de senadores, deputados. Acho fantástica a medida. Agora, se a gente está discutindo redução de despesa do Estado, por que não começar a discutir também a redução da alíquota? E reduzir, não só congelar do jeito que está, mas começar, de fato, já que o cidadão tem que pagar pelo serviço de educação, ele tem que pagar por saúde. Eu não digo isso só para quem tem plano de saúde. Cada vez mais a gente vê as pessoas que não conseguem ter acesso aos hospitais, aos serviços, procurando pequenos centros de clínicas, onde ele consegue ter uma consulta, onde ele consegue ter um raio-x.

E aí ele é tributado de novo pelo Estado, porque essa instituição, muitas vezes um serviço também é tributado. Então eu acho que a discussão deve ser um pouquinho mais além. Não sei se seria na PEC 45, porque tem muita emenda nessa proposta. É impressionante a quantidade de emendas que foram apresentadas. Não sei se é na proposta do Haully, que está lá tramitando pelo Senado. Talvez a nossa discussão seja um pouco além, ela talvez tenha que passar aí pela por um pacto federativo, talvez a nossa discussão vai discutir principalmente o que foi falado aqui. O modelo não é sobre o consumo, é sobre renda. Discutir a questão dos subsídios é algo que não passa, é difícil. De Goiânia para cima, quem se instala de Goiânia para cima, do Paraná para baixo, se não tiver incentivo fiscal, não consegue sobreviver.

Então num modelo desses, eu acho muito bacana a apresentação do Luiz. Mas qualquer coisa que não entenda a realidade local, eu acho muito complicado.

E, por fim, destacar a questão da Zona Franca de Manaus. Destacar aqui que hoje é aniversário de Manaus, o Deputado Sidney está aqui. Eu vi que ele saiu da cidade, mesmo Manaus completando hoje 350 anos. E o Bernardo Appy é contra

totalmente a Zona Franca. Ele acha que teria que criar uma bolsa e acabar com isso. É um negócio absurdo! Não entende de fato a realidade local.

Então queria destacar, agradecer principalmente aí o Deputado que veio de outro Estado para escutar e falar sobre a Zona Franca, de algo local. Foi bem colocado aqui as áreas de livre comércio. Todos os Estados aí, o Amapá já foi expandida a zona de livre comércio para todo Estado; Roraima também e tem uma proposta que o Deputado colocou, Deputado Léo Moraes, de expandir nossa Zona Franca de Guajará para Porto Velho. Talvez algo nesse sentido, a gente precisa começar a discutir mais, sabe, talvez para o Estado de Rondônia todo.

Porto Velho é uma capital que faz fronteira com outro País. De fato, a gente precisa pensar local para a gente competir globalmente. Não adianta a gente ficar preocupado só com a guerra fiscal que existe em outro Estado, se a China está ali do lado competindo com a gente ou se um outro país pequeno, Paraguai está sendo cada vez mais competitivo. O empresário faz conta, onde for mais viável, ele vai. Onde tiver mais segurança jurídica, ele se instala. Não interessa o idioma, não interessa o formato. Se tiver boa oportunidade, ele vai lá e se instala e o capital vem, ele acontece.

Então, por fim, o que eu tinha para falar era isso. Parabenizar todas as entidades, todos os deputados, parabenizar a população que está participando, estudando. E para mim foi uma aula que tive aqui hoje de todos os palestrantes que apresentaram aqui. Obrigado.

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Vamos ouvir agora o Deputado Jhony Paixão, o dono de Ji-Paraná.

O SR. JHONY PAIXÃO – Na verdade, senhores, é mais para cumprimentar a Mesa e agradecer a presença de todos. Agradeço nesse momento e cumprimento O Luiz Fernando da Sefin, o qual tem a nobre missão amanhã de salvar nossas escolas militarizadas, que são os reservas remuneradas. Deus esteja abençoando sua vida, abrindo sua mente e abrindo caminhos também. Espero amanhã ter notícias boas aí. Conselheiro Benedito; Breno de Paula; o Marcelo Thomé da FIERO; Germano, da Federação de Auditores; os palestrantes que aqui estiveram, muito obrigado pela presença dos senhores.

Deputado Ezequiel Neiva; Deputado Sidney, do Amazonas, muito obrigado pela presença, nos honra muito; Mariana Carvalho, a mulher que..., a única mulher à Mesa e o proponente desta Audiência Pública, Deputado Federal Léo Moraes.

Nós já sabemos senhores que o ISMC, PIS, COFINS, ISS são inibidores do nosso desenvolvimento, dificultando assim o controle da nossa carga tributária. Foi importante vermos ali a distinção entre Governo Federal, o Executivo Federal, Estadual e Municipal, deveres, obrigações, responsabilidades e benefícios.

Só para finalizar, uma coisa que o Ari falou, que marcou e eu estava a postos, que não está bom, mas pode ficar ruim. Todos, a gente vai a Brasília e ouve as pessoas: o Brasil tem que caminhar. Quando a gente vem para Rondônia, a mesma situação: O Brasil tem que caminhar. Vai para os municípios, nas bases, o Município de Ji-Paraná: tem que caminhar. Só que a frase está incompleta, Deputados. Nós temos que

caminhar sim, mas nós temos que caminhar para o lado correto, nós temos que ter um norte, onde nós vamos, onde nós queremos chegar e qual o trajeto para fazer isso.

Então, parabéns Deputado Léo Moraes por ter iniciado essa propositura. Eu tenho certeza absoluta que quem ganha com isso é o Estado de Rondônia e toda nossa bancada. Meu muito obrigado.

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Agradecemos a fala também do nosso Deputado Jhony Paixão. E nós queremos, o Deputado Sidney disse uma coisa interessante aqui: que os ricos são os que menos pagam e os pobres que mais pagam. Você pode ir à igreja, Conselheiro Benedito, qualquer igreja evangélica ou na católica, quem mais paga o dízimo é justamente aquele que ganha menos, ganha um salário mínimo e está lá, todo mês, entregando o seu dízimo. E a realidade não é diferente também com os impostos da Nação brasileira, os menores são os que mais pagam. Talvez seja por isso que um grande número de microempresas que se abrem, com menos de 01 ano fecham uma grande porcentagem, 02 anos outra porcentagem, com 03 anos quase todas. Sobram muito poucas microempresas, porque elas, talvez, procuram pagar seus impostos direitinho e aí não aguentam essa carga tributária e acabam por se fechar.

Mas nós ouvimos muita gente falar aqui hoje, o Deputado Sidney que é o Membro lá da Comissão que vai levar essas ideias com o Deputado Léo Moraes, com a Deputada Mariana Carvalho. Muito obrigado pela presença de todos vocês, vocês estão andando o Brasil todo, ouvindo essas reclamações da população. O certo é que tem uma proposta, tem a PEC 45, tem a do Senado, tem uma do Governo que ainda vai chegar lá no Congresso ainda para ser discutida. Então, esse tema é um tema que ainda vai se dar por alguns meses e o certo é que o Brasil espera, Deputado Léo, que essa reforma seja aprovada o mais rápido possível e que seja para melhor. A grande preocupação de todos os brasileiros é que ela realmente venha para melhorar.

Eu vou passar mais um pouco aqui para o Deputado Sidney fazer as suas considerações.

O SR. SIDNEY LEITE (Presidente) – Eu só quero agradecer a presença de todos, agradecer a organização do Deputado Léo, saudar mais uma vez a Deputada Mariana que têm sido também uma deputada atuante sob essa perspectiva do desenvolvimento regional. Agradecer todos os palestrantes em nome do nosso Secretário de Fazenda do Estado de Rondônia.

Enfim, agradecer ao Deputado Ezequiel e ao Presidente da Assembleia, por nos ceder o espaço e nós vamos levar aqui as preocupações para o nosso relator Aguinaldo, que bate muito nas preocupações do que nós ouvimos na Audiência Pública em Belém. Então, bate muito essas preocupações do que foram colocadas aqui, inclusive por último, essa questão do valor do que se teria em relação à tributação de serviços, que é uma preocupação que não é só do Norte, mas onde a gente tem andado, e essas compensações, porque ficar dependendo de Fundo é muito complicado e ficar de pires na mão é muito difícil.

No mais, declaro encerrada esta Audiência. Muito obrigado a todos e desejo a todos um bom final de semana.

Obrigado.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 18 horas e 17 minutos).

SUP. DE RECURSOS HUMANOS**ATO Nº3801/2019-SRH/P/ALE**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

EXONERAR

ANDERSON MEDEIROS DE SOUZA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-25, da Diretoria Pedagógica, da Escola do Legislativo, a partir de 1º de outubro de 2019.

Porto Velho, 11 de outubro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3798/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

EXONERAR

ANTONIA DA PAZ SILVA OLIVEIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-30, do Gabinete do Secretário de Modernização da Gestão, a partir de 1º de outubro de 2019.

Porto Velho, 11 de outubro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3697/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

EXONERAR

ANTONIA GONÇALVES LACERDA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, do Gabinete do Deputado Jhony Paixão, a contar de 1º de outubro de 2019.

Porto Velho, 03 de outubro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3612/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão da Servidora **BEATRIZ ALVES DA TRINDADE**, matrícula 200167172, para Secretária de Apoio, código DGS-9, e relatar no Gabinete do Deputado Alex Silva, a contar de 1º de outubro de 2019.

Porto Velho, 01 de outubro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3799/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

EXONERAR

CARLOS ADRIANO COSTA DE LIMA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-30, da Diretoria Pedagógica, da Escola do Legislativo, a partir de 1º de outubro de 2019.

Porto Velho, 11 de outubro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3804/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

EXONERAR

EUZANIA AGUIAR CARDOSO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-15, do Gabinete do Deputado Marcelo Cruz, a contar de 1º de outubro de 2019.

Porto Velho, 11 de outubro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3705/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

FRANCISCO MIRANDA FREITAS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código

ASP-12, no Gabinete do Deputado Dr Neidson, a contar de 1º de outubro de 2019.

Porto Velho, 03 de outubro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3805/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

EXONERAR

GABRIEL MAGALHÃES NAPOLIÃO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-20, da Divisão de Jornalismo - Superintendência de Comunicação Social, a contar de 1º de outubro de 2019.

Porto Velho, 11 de outubro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3703/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

INARA GABRIELLY PRATA MOREIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretária de Apoio, código DGS-9, no Gabinete do Deputado Eyder Brasil, a contar de 1º de outubro de 2019.

Porto Velho, 03 de outubro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3702/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

EXONERAR

JACSON JULIO DO NASCIMENTO, do Cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Apoio, código DGS-9, do Gabinete do Deputado Eyder Brasil, a contar de 01 de outubro de 2019.

Porto Velho, 03 de outubro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3700/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

EXONERAR

JESSE MESSIAS JACINTO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-25, do Gabinete da Comissão Permanente de Fiscalização e Controle, a contar de 01 de outubro de 2019.

Porto Velho, 03 de outubro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3880/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

EXONERAR

JOSE AUGUSTO DIOGO LEITE, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-12, do Gabinete do Deputado Jean Oliveira, a contar de 01 de outubro de 2019.

Porto Velho, 29 de outubro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3698/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

EXONERAR

JULIANA OTILIA LOPES FERREIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-30, do Gabinete do Deputado Jhony Paixão, a contar de 1º de outubro de 2019.

Porto Velho, 03 de outubro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3800/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

EXONERAR

LUCAS DE FREITAS SOUZA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-29, da Divisão de

Estudo, Pesquisa e Informação, do Departamento de Apoio a Produção Parlamentar, a partir de 1º de outubro de 2019.

Porto Velho, 11 de outubro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3696/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

EXONERAR

MARIA CAMILA PIRES BRANDÃO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-30, do Gabinete do Deputado Jhony Paixão, a contar de 1º de outubro de 2019.

Porto Velho, 03 de outubro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3869/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

MARIELE VIEIRA TELES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-29, no Departamento de Arquitetura e Urbanismo – Secretaria de Engenharia e Arquitetura, a contar de 1º de outubro de 2019.

Porto Velho, 11 de outubro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3701/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

EXONERAR

MICHELE ALENCAR DE OLIVEIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-12, do Gabinete do Deputado Eyder Brasil, a contar de 01 de outubro de 2019.

Porto Velho, 03 de outubro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3802/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

EXONERAR

MIRIAN CARVALHO COSTA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-28, do Gabinete da Presidência, a contar de 31 de outubro de 2019.

Porto Velho, 11 de outubro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3631/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

NATAN DANTAS FERREIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-17, no Gabinete do Deputado Eyder Brasil, a contar de 1º de outubro de 2019.

Porto Velho, 01 de outubro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3807/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

EXONERAR

RAIMUNDO DE ALENCAR MAGALHÃES, do Cargo de Provimento em Comissão de Consultor Jurídico, código DGS-1, do Gabinete do Advogado Geral, a contar de 09 de outubro de 2019.

Porto Velho, 11 de outubro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3803/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

EXONERAR

SANDRO MORET NEVES DOURADO, do Cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Apoio, código DGS-9, da

Diretoria Administrativa, da Escola do Legislativo, a contar de 1º de outubro de 2019.

Porto Velho, 11 de outubro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3704/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

TAYLLON WERLLISON SOARES ANTONACCIO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-12, no Gabinete da Comissão Permanente de Fiscalização e Controle, a contar de 1º de outubro de 2019.

Porto Velho, 03 de outubro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3806/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

EX O N E R A R

WAIRIS MONTEIRO DA SILVA AZEVEDO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-30, do Departamento de Compras - Superintendência de Compras e Licitação, a contar de 1º de outubro de 2019.

Porto Velho, 11 de outubro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3868/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

EX O N E R A R

WALTEY DE OLIVEIRA NERY, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-29, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo – Secretaria de Engenharia e Arquitetura, a partir de 31 de outubro de 2019.

Porto Velho, 11 de outubro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

SECRETARIA LEGISLATIVA

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 135/2019

Altera dispositivos da Constituição Estadual.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do § 3º do artigo 38 da Constituição do Estado, promulga a seguinte Emenda ao texto Constitucional:

Art. 1º O inciso I do § 6º e o § 7, do artigo 135 da Constituição do Estado de Rondônia, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 135.....
§ 6º

I - aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da Receita Corrente Líquida prevista no projeto; e

.....
§ 7º. É obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma isonômica, da programação incluída em Lei Orçamentária por emendas individuais, em montante correspondente a 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior."

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 23 de outubro de 2019.

Deputado LAERTE GOMES
Presidente - ALE/RO

Deputada ROSANGELA DONADON
1ª Vice-Presidente – ALE/RO

Deputada CASSIA MULETA
2ª Vice-Presidente - ALE/RO

Deputado ISMAEL CRISPIN
1º Secretário - ALE/RO

Deputado DR. NEIDSON
2º Secretário - ALE/RO

Deputado GERALDO DA RONDÔNIA
3º Secretário - ALE/RO

Deputado EDSON MARTINS
4º Secretário - ALE/RO

**RESOLUÇÃO Nº 460
DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.**

Aprova a indicação de nome sabatinado para o cargo de Diretor de Normatização e Fiscalização de Serviços da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA aprovou, e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica aprovado, o candidato Sr. Magnum Jorge Oliveira da Silva, para ocupar o cargo de Diretor de Normatização e Fiscalização de Serviços da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - AGERO, nos termos do § 7º do Art. 11 da Constituição Estadual.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 30 de outubro de 2019.

**Deputado LAERTE GOMES
Presidente – ALE/RO**

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.124
DE 23 DE OUTUBRO DE 2019.**

Altera a redação do *caput* do Art. 4º, do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º O *caput* do Art. 4º, do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, que "Cria a Medalha do Mérito Legislativo, e dá outras providências", passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º. A entrega da Medalha do Mérito Legislativo será procedida em Sessão Solene, após a aprovação da propositura que a concedeu."

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 23 de outubro de 2019.

**Deputado LAERTE GOMES
Presidente – ALE/RO**

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.125
DE 23 DE OUTUBRO DE 2019.**

Concede Título Honorífico de Honra ao Mérito a Senhora Ivonete Gomes da Silva Costa.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, combinado com os artigos 166 e 167 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Honra ao Mérito a Senhora **IVONETE GOMES DA SILVA COSTA**, pelos relevantes serviços prestados em favor do Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 23 de outubro de 2019.

**Deputado LAERTE GOMES
Presidente – ALE/RO**

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.126
DE 23 DE OUTUBRO DE 2019.**

Concede a Medalha do Mérito Cultural Professor Amizael Gomes da Silva ao Senhor Fernando Zorzanello Bonifácio, nome artístico - Fernando Zor.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 733, de 24 de outubro de 2017, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Cultural Professor Amizael Gomes da Silva ao Senhor **FERNANDO ZORZANELLO BONIFÁCIO**, nome artístico - **FERNANDO ZOR**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia, notadamente na difusão da cultura da música rondoniense.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 23 de outubro de 2019.

**Deputado LAERTE GOMES
Presidente – ALE/RO**

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.127
DE 23 DE OUTUBRO DE 2019.**

Concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Delegado de Polícia Civil de Rondônia Sandro Luiz Alves de Moura.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, combinado com os artigos 166 e 167 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Delegado de Polícia Civil de Rondônia **SANDRO LUIZ ALVES DE MOURA**, pelos relevantes serviços prestados em favor do Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 23 de outubro de 2019.

Deputado LAERTE GOMES
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.128
DE 23 DE OUTUBRO DE 2019.

Concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Senhor Ricardo de Sá Vieira.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, combinado com os artigos 166 e 167 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Senhor **RICARDO DE SÁ VIEIRA**, pelos relevantes serviços prestados em favor do Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 23 de outubro de 2019.

Deputado LAERTE GOMES
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.129
DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Sargento Bombeiro Militar Jesse de Gois, do 1º Grupamento de Bombeiros Militar do Corpo de Bombeiros do Estado de Rondônia.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14 do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016 e 647, de 24 de agosto de 2016, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao Sargento Bombeiro Militar **JESSE DE GOIS**, do 1º Grupamento de Bombeiros Militar do Corpo de Bombeiros do Estado de Rondônia, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 30 de outubro de 2019.

Deputado LAERTE GOMES
Presidente – ALE/RO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.130
DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

Concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Coronel Bombeiro Militar Demargli da Costa Farias.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, combinado com os artigos 166 e 167 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia Coronel Bombeiro Militar **DEMARGLI DA COSTA FARIAS**, pelos relevantes serviços prestados em favor do Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 30 de outubro de 2019.

Deputado LAERTE GOMES
Presidente – ALE/RO

ATO Nº P/022/2019-P/ALE

Cria o Bloco Parlamentar “POR RONDÔNIA”.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO, no uso de suas atribuições regimentais e, em consonância com o Requerimento nº 595/2019, aprovado na Sessão Plenária de 15 de outubro de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica criado, nos termos do artigo 99 do Regimento Interno, o Bloco Parlamentar “POR RONDÔNIA”, assim composto:

- I - Avante;
- II - Partido Social Democrático - PSD;
- III - Partido Verde - PV;
- IV - Partido Social Liberal – PSL;
- V - Partido Republicano de Ordem Social - PROS; e
- VI - Partido Progressista - PP.

Parágrafo único. Fica designado como Líder do referido Bloco, nos termos dos §§1º e 4º do artigo 95 do Regimento Interno, o Deputado Jair Montes e para Vice-Líder o Deputado Adailton Fúria.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, 22 de outubro de 2019.

Deputado LAERTE GOMES
Presidente – ALE/RO